

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 23 DE ABRIL DE 2009

NÚMERO 6.024

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Serafim Venzon

PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA
Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Herneus de Nadal
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO
Pedro Uczai - Presidente
Elizeu Mattos - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Herneus de Nadal
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2024
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 029ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 16/04/2009.....2

Atos da Mesa

Atos da Mesa DI.....15

Publicações Diversas

Audiência Pública.....15
Extrato.....25
Fórum.....25
Ofícios.....26
Projetos de Lei26
Redações Finais27

PLENÁRIO

ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Décio Góes Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Pedro Uczai - Professor Grando - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO JAILSON DOS SANTOS - Comenta duas notas da coluna do jornalista Cacau Menezes elogiando o presidente Lula.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Intercede em prol da atividade de reciclagem de materiais; enfatiza a necessidade de padronizar os tributos entre os estados.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Registra a visita do vice-prefeito de Monte Castelo.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Posiciona-se quanto à necessidade de atender o segmento dos recicláveis; reclama da falta de socorro aos prefeitos por parte do governo federal.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Afirma

que o presidente Lula tem atendido exemplarmente as prefeituras brasileiras.

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Elogia a postura do governador Luiz Henrique em defesa do Código Ambiental; levanta questões polêmicas da capital, que têm sido alvo de ações judiciais.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Lembra do editorial da Rede Bandeirantes de Televisão em defesa do Código Ambiental.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Ressalta o caráter democrático do Código Estadual do Meio Ambiente, diferente do Código Florestal brasileiro.

Partidos Políticos

DEPUTADO RENO CARAMORI - Critica a cerimônia de sanção do Código Ambiental, pelo governador, em Campos Novos.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pronuncia-se acerca das reações à aprovação do Código Estadual do Meio Ambiente.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Rememora sessão em que foi aprovado o Código Ambiental.

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Tece comentários sobre o trabalho da Amfri.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Enaltece a figura do prefeito Wilson Klaus, um dos criadores da Amfri.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Cumprimenta o orador por trazer o municipalismo ao Parlamento catarinense.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Faz o registro da presença dos vereadores Valtemir Schmidt e Luiz Carlos Ferreira e do ex-prefeito de Santo Amaro da Imperatriz, Nelson Isidoro da Silva.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Acusa o governo federal de distribuir benesses com o chapéu alheio.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Informa que o prefeito de Blumenau voltou de Brasília mais uma vez de mãos vazias.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Critica o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Aborda a questão da logística portuária.

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL (aparte) - Enfatiza os avanços já conseguidos nos portos catarinenses e enumera as necessidades ainda pendentes.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Enfatiza a importância da assessoria da Epagri nas questões concernentes à preservação do meio ambiente e alerta para a poluição dos rios urbanos.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Defende os catadores de material reciclado.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Defende o governo federal das críticas do deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença do ex-vereador de São José, Altevir Schmitz.

DEPUTADO JOSÉ GÓES (pela ordem) - Informa que o secretário Ronaldo Benedet agilizará as investigações sobre os incêndios em prédios públicos de Criciúma.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Registra a presença do vice-prefeito de Monte Castelo, do PT.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Proceda à reeleitura de notas a respeito do ministro Geddel Vieira Lima.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Aborda o projeto Pé na Estrada, do PPS; manifesta-se contra emenda à MP 425, que permite a dispensa de licença ambiental prévia quando da execução de obras viárias federais.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Propugna pelo abatimento irrestrito no Imposto de Renda das despesas com educação e medicamentos; reporta-se à conclusão dos trabalhos da CPI das Seguradoras pela Assembléia Legislativa de São Paulo e ao PL de sua autoria referente à matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Expressa satisfação pelas obras realizadas em Rio do Sul pelo governador Luiz Henrique; fala da sua emoção com a sessão solene que concedeu a cidadania catarinense a Neuto De Conto, Casildo Maldaner e Mauro Mariani; afirma que votará em Herneus de Nadal para o TCE; descreve sua agenda do final de semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero, inicialmente, cumprimentar os parlamentares presentes, os telespectadores da TVAL, o presidente e deputado Gelson Merísio, o nosso deputado Moacir Sopelsa, secretário da Mesa, que fez um exercício lendo a ata e que está aprovado pela qualidade da leitura.

Mas, sr. presidente, esses dias fizemos aqui uma intervenção ressaltando o papel do nosso presidente Lula como timoneiro deste país, colocando, inclusive, o que disse Barack Obama sobre o presidente Lula.

No sábado, dia 4 de abril, Cacau Menezes, em sua coluna, falou sobre méritos, deputado José Natal, v.exa. que é do PSDB, partido que com certeza ajuda a construir a democracia deste Brasil ao fazer o debate, disse o seguinte:

(Passa a ler.)

"A oposição precisa, humildemente, se convencer de que Lula é um dos mais populares presidentes de nações do mundo. A declaração de Obama, de que 'eu adoro esse cara', não contém nenhuma gota de ironia. É o reconhecimento da competência de um operário na Presidência do Brasil.

O problema é o sangue burguês, que não admite ser governado por um operário." [sic] Essa é a realidade, deputado Silvío

Dreveck. E no dia 7, posteriormente, ele escreve mais um artigo, também ressaltando esse contexto, que diz:

(Passa a ler.)

"Como somos

Lula e Barack Obama roubaram a cena na reunião do G-20. Lula, pelo elogio que recebeu de Obama - 'Esse é o cara!' -, e Obama, pela moda que virou o presidente negro dos Estados Unidos, com quem todos queriam fotografar, conversar, abraçar e se dizer amigo na reunião dos maiores chefes do planeta. Coisa linda!

Nosso Lula, aliás, gostem ou não, vem dando um *show* com a sua espontaneidade. É campeão em frases polêmicas, tem humor, popularidade, continua simples e comanda um país sem estagnação.

Esse sempre foi o estilo brasileiro de ser: amável, brincalhão, espirituoso, romântico, guerreiro, ousado, exibido, descontrado e desconcertante. Somos todos "Mané Garrincha e Luiz Inácio Lula da Silva", diz Cacau Menezes, deputado Décio.

Eu estou ressaltando isso, porque nesta tribuna o deputado Marcos Vieira havia ressaltado a redução do índice de aprovação do presidente Lula no Brasil, na pesquisa CNT/Sensus, no final do mês passado.

Deputado Silvío Dreveck, antontem o Instituto Mexicano de Consulta, Mitofsky, instituto conceituado da América, fez pesquisa de aprovação e popularidade de governos em todas as Américas. No ano passado fez a mesma pesquisa, na qual o presidente Lula era o 11º da fila. E no dia 14 saiu essa pesquisa do instituto mexicano, que aponta Lula como o presidente com maior índice de aprovação e popularidade das Américas no momento, dentro de um contexto de crise internacional que nos afeta, que remexe com as condições econômicas do Brasil, quando temos que apertar o cinto, como diz o nosso presidente, mas que todo dia apresenta uma medida propulsora anti-estagnante, que permite que este país faça o seu respiro de forma tranqüila. E esse instituto de pesquisa do México coloca Lula com 70% de aprovação e popularidade, num momento de crise. Imaginem se não houvesse crise!

O segundo presidente é Álvaro Uribe Vélez, da Colômbia, e o último da fila é o presidente de Honduras. O penúltimo é a presidente da Argentina, com 25% ou 26%.

Então, quero dizer ao Cacau Menezes que, com esses dois artigos que ele escreveu, ele é o nosso cara no dia de hoje, porque temos que reconhecer quem fez e está fazendo por este país.

Nós temos visto, deputado Silvío Dreveck, v.exa. que também foi prefeito como eu, o grande contingente de reclamações de prefeitos com relação à queda do Fundo de Participação dos Municípios. Eu pedi que a minha assessoria fizesse um levantamento do período em que fomos prefeito. Tirando a inflação, tirando o incremento de receita que o nosso governo passou para as prefeituras, tínhamos um Fundo de Participação inferior ao que recebemos os municípios hoje. O nosso FPM era significativamente inferior, há sete anos, mesmo com a redução hoje do Fundo de Participação dos Municípios, sem considerar o R\$ 1 bilhão que o governo Lula resolveu repassar aos municípios agora, para complementar a receita. Nós, quando fomos prefeito, há cinco anos, ainda tínhamos um FPM inferior ao que os prefeitos de hoje recebem, sem ter esse incremento que o nosso governo está fazendo e sem ter que colocar no contexto a inflação que houve nesse período. E faço essas observações com muita tranqüilidade.

Esta semana eu estava conversando com um empresário, que reclamava da crise. Inclusive, comentávamos que bem ou mal os prefeitos cumprem com o seu papel ao reclamarem, mas eles esquecem o que ganhavam antes do nosso governo, quando não havia esse volume de recursos de crescimento. E esse empresário me falou que a sua empresa está faturando perto de R\$ 20 milhões/ano, mas que há quatro anos não tinha um faturamento de R\$ 5 milhões/ano. Ou seja, em quatro anos passou de R\$ 5 milhões para R\$ 20 milhões. Acontece que agora o contexto que se avalia é só o presente; não comparam com o passado.

Então, faço essas observações. Vamos ser otimistas. Os institutos econômicos do mundo dizem que o Brasil é um país sólido economicamente. Inclusive, agora, saiu o projeto de um milhão de habitações para este Brasil, incrementando empregos, e as estatísticas já mostram que no mês de março houve uma reativação de empregos no Brasil e no estado de Santa Catarina. Essa clareza temos que ter. Vamos parar de choradeira; vamos arregaçar as mangas e mostrar o quanto este país é pujante e o quanto este estado tem capacidade de reação.

Por isso, Cacau Menezes, parabéns a você por seus artigos. Até fiz questão de ressaltá-los da tribuna, porque é isto, o Lula representa o coração do povo brasileiro e também das Américas, sendo o presidente mais popular no presente momento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvío Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, no dia de ontem fiz o meu pronunciamento com relação à dificuldade que as empresas catarinenses de material reciclável estão enfrentando.

Ponderei vários aspectos, entre eles a tributação, a falta de uma política de incentivo a essa cadeia produtiva, porque não pode ser levada em consideração somente a empresa que processa, mas também as cooperativas que fazem a captação desse material, além das pessoas físicas. E essa cadeia produtiva gera emprego, renda e, além disso, fazem uma economia fantástica para os poderes públicos municipal, estadual e federal, uma vez que recolhem um material que, na grande maioria das vezes, vai para os córregos, riachos, rios e para nossas praias, para os terrenos baldios, para áreas que muitas vezes não são fiscalizadas. E à medida que esse material é depositado, seja pet, alumínio, papel, plástico ou outros derivados, na primeira chuva, o processo natural é ser levado para os rios, para os córregos. Conseqüentemente, numa enxurrada maior, numa enchente, surgem prejuízos incalculáveis.

Então, é uma atividade economicamente importante no processo e tem um alcance social imensurável. Mas se não for tomada uma medida imediata para reduzir esses impostos, em especial o ICMS, ou para criar uma política de subsídio, essa atividade está fadada a desaparecer, até por conta da própria competitividade, uma vez que o produto *in natura* se torna mais viável do que fazer todo o processo de reciclagem.

Outro aspecto que chama a atenção, que também é preocupante e alarmante, deputado Lício Mauro da Silveira, é a nossa política fiscal. O Brasil está falando em política tributária há mais de uma década; ora o

governo federal não tem interesse; ora não há entendimento dos governos estaduais; ora não há entendimento dos secretários da Fazenda. Enquanto o Congresso Nacional tenta conciliar todos esses interesses, a atividade econômica brasileira passa cada vez mais por dificuldades, em função da alta carga tributária, dos impostos. Mais grave do que isso é a disparidade entre os estados, que praticam percentuais diferentes um do outro.

O estado de Santa Catarina cobra 17% de ICMS; o estado do Rio Grande do Sul, deputado Gelson Merísio, cobra 12%; o Paraná, 12%; o estado de São Paulo, 12%; o Distrito Federal, 12%; o estado mineiro cobra menos ainda. O que está acontecendo?

Em primeiro lugar, é uma questão pontual. O norte catarinense tem essa dificuldade por conta do Paraná, pois os municípios que ficam na divisa fazem uma concorrência desleal, uma vez que basta atravessar o rio para comprar mais barato no estado vizinho. Ou seja, posso abrir uma empresa apenas para ter um escritório para emitir nota fiscal. E é isso o que está acontecendo hoje. O oeste também está passando por essa dificuldade com o Rio Grande do Sul. Hoje, a cada dia aumenta a abertura de escritórios em estados diferentes apenas para emitir nota fiscal. E a diferença entre 17% e 12%, deputado Lício Mauro da Silveira, dá mais de 6%. Obviamente que se não houver uma padronização, enquanto o estado de Santa Catarina não tomar medidas urgentes, ao invés de arrecadarmos mais, perderemos mais. Vamos perder porque o empreendedor deixa de vir para Santa Catarina.

Por quê? Porque mesmo que tenhamos toda uma infra-estrutura diferenciada de outros estados, pela nossa situação portuária favorável, por termos um sistema viário, principalmente no litoral, já duplicado em grande parte, com portos eficientes, mesmo assim, quando se trata de impostos, o empresário, o empreendedor, vai levar em consideração essa diferença, que é brutal para os seus negócios. E isso, além de prejudicar a nossa receita, ainda fomenta a geração de emprego e renda em outros estados. Nada contra os outros estados, mas o que não podemos é continuar com essa diferença, principalmente a do ICMS, gerando uma competição desleal entre os brasileiros.

Quanto a outros fatores que podem contribuir, seja no aspecto energético, seja na infra-estrutura ou na qualidade da mão-de-obra, Santa Catarina é exemplar e são atributos de cada estado, mas no que se refere a impostos, srs. deputados, deve haver uma padronização.

Lamentavelmente, volto a insistir que a nossa reforma tributária não avança e estamos perdendo oportunidades. Além de perdermos oportunidades no estado, estamos perdendo oportunidades no Brasil. A nossa própria exportação em números tem aumentado, mas em percentual oscila na ordem de 1% há muitos anos! E tem lógica porque a população mundial cresceu, o consumo cresceu. Então, se exportamos mais é porque o consumo aumentou, é porque a população mundial aumentou. Mas, em percentual, estamos na faixa de 1% há muito tempo, há décadas. Nós temos que ter um salto em exportações, e por isso, além de outras condições que o empreendedor-exportador precisa, é importante que haja também no Congresso Nacional a aprovação do crédito-prêmio do IPI, que vai DAS oportunidades ao o nosso exportador e aumentar a renda e o emprego.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Só gostaria de fazer o registro, nesta Casa, da visita do vice-prefeito de Monte Castelo, Alcides Malikoski, um companheiro do Partido dos Trabalhadores. Quero desejar-lhe boas-vindas a este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos prestigiam através da TVAL e da Rádio AleSC Digital, quero registrar, no dia de hoje, apesar de ter sido ontem, o aniversário da cidade de Rio do Sul. Eu estava inscrito para falar, mas em virtude de a sessão ter-se encerrado no tempo regimental eu não consegui pronunciar-me.

Mas quero, desta Casa, saudar toda a população daquela grande cidade, que a cada dia que passa desenvolve-se cada vez mais. O prefeito Milton Hobs, a sua equipe e a população de Rio do Sul estão ajudando a transformar cada vez mais a vida das pessoas. Com certeza absoluta, posso afirmar que, das cidades que tenho visitado por toda Santa Catarina, Rio do Sul é uma das cidades que mais têm preparado as vias públicas para as pessoas com deficiência.

Meus parabéns ao prefeito, a toda a sua equipe e aos cidadãos de Rio do Sul!

Deputado Sílvio Dreveck, hoje é o Dia da Voz, e a maioria dos deputados, quando assoma a esta tribuna, coloca a sua cabeça, o pensamento e, principalmente, o dom da voz em favor das pessoas, em favor do nosso estado.

Se v.exa. permitir, quero, como se diz, pegar um gancho na questão levantada por v.exa. desta tribuna, no tocante à reciclagem neste país. Eu já fiz, desta tribuna, no ano passado e também no decorrer deste ano, referência a um grande problema que vem sofrendo quem trabalha com reciclagem em Santa Catarina, principalmente com o material pet. As pessoas que catam fazem o favor para o estado de catar todo esse produto na rua, mas quando chegam para vendê-lo nesses depósitos de reciclagem, o comprador não paga nenhum tributo para comprar e também para quem faz a reciclagem, lava e faz todo aquele processo que v.exa. citou.

E vejam que é uma mão-de-obra! Não é só chegar lá de qualquer jeito, não! Quem tiver a oportunidade de ver como é feito o processo de lavagem da garrafa pet, de óleo de soja ou de qualquer material semelhante, vai saber realmente o que se gasta de energia elétrica, de água, que é tratada porque não é água corrente, pois senão a empresa não consegue agüentar e, só com o valor da água, já quebra.

Conclusão, depois de tudo pronto, para repassar o seu produto para a indústria ele tem que pagar 17% de ICMS, além de pagar um preço melhor, porque o ferro-velho vai lá, compra, mas tem que ter lucro, e esse lucro ele repassa no material.

Resumindo: a maioria está fechando. Em São José, minha cidade, fecharam três ou quatro. E há outro problema: a Vigilância Sanitária deu para perseguir, no bom sentido, essas pessoas todos os dias. Esse material fica empilhado em fardos e o pessoal da Vigilância Sanitária está todos os dias - desculpem a expressão - infernizando a vida dos proprietários, porque aquilo não pode

estar empilhado lá, porque aquilo não sei mais o quê. E com certeza absoluta, para quem trabalha com critério, e a maioria tem trabalhado com critério, é muito menos prejudicial à saúde aquilo estar lá empilhado do que estar dentro da vala, dentro de um córrego, no mar.

Bom, para acabar esse assunto, gostaria de dizer o seguinte: nós sabemos que a questão econômica transformou o mundo, o nosso país e, principalmente, o nosso estado. As empresas diminuíram o consumo, o preço do reciclado caiu e o catador já não está mais conseguindo sobreviver da atividade. Ele abandonou o ofício, porque quem comprava também diminuiu o preço.

V.Exas. podem perceber que está começando a aparecer nas nossas cidades uma grande quantidade de garrafas pet e de papelão jogados pelas ruas, porque o preço caiu demasiadamente, não estão mais comprando. E deveríamos realmente fazer alguma coisa para que esse trabalho tivesse continuidade.

Eu estive representando esta Casa nos Açores, na ilha de São Miguel, no Colóquio de Lusofonia. Lá nos Açores, em São Miguel, especificamente em Ponta Delgada, praticamente 90% do que se consome vêm de fora, de navio, de avião - de barco pequeno não chega porque é muito longe da capital, Lisboa. E a cada 500m ou 600m há um posto reciclável, até porque é uma cidade que vive do turismo.

Eu, conversando com um vereador - e o vereador lá equivale aqui ao deputado, o presidente da Câmara equivale ao prefeito da cidade, e cada freguesia tem um prefeito -, soube que lá tudo é reciclado, srs. deputados! A cidade vive na mais bela limpeza, até por questão de sobrevivência turística.

E nós aqui, no país e no estado, deputado Sílvio Dreveck, não temos isso. Eu já levantei esse assunto, assim como v.exa. e alguns outros deputados, e pedi ao governador do estado que mandasse para esta Casa um projeto de lei reduzindo realmente o valor do ICMS para quem trabalha no reaproveitamento, mas até hoje isso não aconteceu. E as prejudicadas, e já estão sendo, são as gerações futuras e os prefeitos que terão que investir muito mais dinheiro na desobstrução de redes fluviais, pois todo esse material vai para a rede fluvial e obstrui tudo. E essas pessoas não têm a visão de que há necessidade de incentivarmos cada vez mais os catadores, as pessoas que compram esse material para reaproveitá-lo e para não degradar o meio ambiente.

Então, fica aqui, deputado Sílvio Dreveck, a minha contribuição. E gostaria de ver isso realmente resolvido. V.Exa. conhece muito mais do que eu, pois foi prefeito e conhece realmente as necessidades.

Outra questão é sobre a queda da receita, deputado Jailson Lima, à qual v.exa. se referiu, dizendo que o presidente Lula vai dar um suporte aos prefeitos. Isso não é verdade! O presidente Lula, ladino como é, disse aos prefeitos, no ano passado, que, se houvesse queda na arrecadação dos municípios, daria o suporte no percentual da queda. E o grande problema é que ele continua cada vez mais ligado e mais esperto. Está todo mundo falando em queda, mas no ano passado não houve queda de receita. Conclusão: o presidente Lula não vai dar dinheiro para ninguém. Eles foram lá, e ele disse: "Eu disse que daria se houvesse queda da receita de um ano para o outro". E como não houve queda da receita, o presidente Lula não vai dar dinheiro para ninguém, mandou os prefeitos de todos os partidos se virarem.

Então, não é bem assim, deputado Jailson Lima, a história de o presidente Lula dar um suporte, pois as prefeituras é que são realmente as depositárias dos problemas da sociedade e que precisam ser olhadas.

Os tributos que todos eles pagam, que vai diretamente a Brasília para lá ser distribuído de "n" formas, é que estão errado. A reforma tributária, levantada aqui também pelo deputado Sílvio Dreveck, por mim e por tantos outros deputados - e foi discutida ontem, nesta Casa -, é essencial para este país. Mas não temos lá na Câmara Federal 30, 40 ou 50 deputados peitudos, como se diz, que digam assim: "O meu lema agora é brigar pela reforma, não dou um passo para outro lado", e cada vez mais tentar mobilizar os seus companheiros, como fazem quando é para eleger um presidente, para ser membro de uma comissão e tantas outras coisas.

Volto a externar a minha linha de pensamento: nem parece que a maioria daqueles homens que está em Brasília é representante de grandes empresas. Nem parece! Porque se eles tivessem essa noção, essa reforma tributária teria acontecido.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Sr. deputado José Natal, fazemos coro sobre a questão da reforma tributária, sem sombra de dúvida. Mas ainda nem chegamos ao Natal e o presidente Lula está sendo um verdadeiro Papai Noel com os prefeitos, neste momento. Em primeiro lugar, ao repassar R\$ 1 bilhão aos municípios; em segundo, porque sabemos que só do Fundeb são R\$ 4 bilhões este ano.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Ai é outra coisa.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Então, a visão do estado em relação aos municípios mudou muito. Assim, além de ser o cara, também tem sido o Papai Noel!

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Com certeza, porém ele só coloca a roupa e dá o presente para alguns prefeitos. Para outros, ele coloca a roupa, mas se esquece de dar o presente. Mas que continuamos ainda numa linha de satisfação com algumas coisas que o presidente Lula fez, isso é inegável!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O próximo orador inscrito é o deputado Lício Mauro da Silveira, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente e srs. deputados, eu quero abordar aqui alguns assuntos com relação a Florianópolis. Mas também, como deputado da Oposição, gostaria de reconhecer, neste momento, a posição do governador Luiz Henrique em relação ao Código Ambiental e em relação também ao ministro Minc, que "ameaça", entre aspas, invadir Santa Catarina para fazer valer a legislação maior, que não existe no que tange àquilo que discutimos e aprovamos aqui.

Carlos Minc lembra-me muito bem os idos de 1894, época da Revolução Federalista, quando o então marechal Floriano Peixoto invadiu, com o seu exército, Florianópolis e na ilha de Anhatomirim fuzilou e enforcou centenas e centenas de dissidentes daquela revolução. Apesar disso, a Assembléia Legislativa, em 1895, mudou o nome de Desterro para Florianópolis, em homenagem a Floriano Peixoto, que era vice-presidente do marechal Deodoro da Fonseca, que foi o nosso primeiro presidente.

Agora o Minc quer invadir! Imaginem o Minc invadindo Santa Catarina, trazendo o

seu exército. Talvez seja homenageado numa cidade, lá no futuro, como Minc-lex, Minc-lândia ou Colete Minc.

Enfim, achei desastrosa essa intervenção do ministro. Existe o Supremo para decidir essas coisas - e os srs. promotores assim o estão fazendo - e vamos aguardar a Justiça, porque ainda iremos discutir aqui a lei que regulamenta. Mas não se admite tomar uma atitude desse tipo, ainda mais uma pessoa que conhece o assunto, mas que é, por outro lado, altamente folclórica.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Quero somente enriquecer aquilo que v.exa. está falando. Ontem, acompanhando a Rede Bandeirantes de Televisão, vimos, com muita satisfação, a defesa dos catarinenses em nível de Brasil, inclusive em editorial da emissora. Foi uma defesa veemente do Código Estadual do Meio Ambiente, dos nossos agricultores, inclusive, e uma crítica veemente ao ministro Minc. Isso nos deixou bastante satisfeito porque há o entendimento, pelo menos por uma parte da imprensa, de que o caminho que nós traçamos é o correto.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Deputado Nilson Gonçalves, todos nós sabemos que o PT trabalhou fortemente nesse Código Ambiental. Até na última votação pediu uma série de destaques, e a nossa bancada encampou os destaques petistas. Fomos, logicamente, derrotados nessas emendas porque não conseguimos o quórum mínimo. Mas que é um Código Ambiental importante - e podemos chamá-lo de primeiro Código Ambiental do Brasil -, isto é!

Por isso quis fazer essa colocação, embora esteja na Oposição, da postura do governador, em dar aquela resposta àquele ministro.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. citava alguns adjetivos em relação ao nome do ministro Carlos Minc, com todo respeito. Mas nesse episódio, acho que nós poderíamos taxá-lo de Carlos "Minto", porque está colocando algumas mentiras em relação ao Código do Meio Ambiente, diferente do Código Florestal brasileiro, que é fruto de uma medida provisória que não foi debatida no Parlamento nacional. Já o Código do Meio Ambiente catarinense foi exaustivamente debatido e mereceu os nossos aplausos.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Muito obrigado!

Gostaria de falar de Florianópolis, onde estamos constantemente vendo alguns assuntos que nos deixam arrepiado. Por exemplo, o *guard rail* que o Ipuf interditou. Interditou por quê? Porque o Deinfra foi lá e construiu-o com a altura de 1,45m, quando a altura normal, pela norma brasileira e internacional, é de 90cm. Não houve essa discussão entre os dois órgãos, simplesmente um fez e o outro interditou. Quem perdeu com isso? A sociedade.

Esse projeto não foi submetido à secretaria do Meio Ambiente. Estive lá visitando, querendo saber o problema, e disseram: "Lício, nós nem conhecíamos o projeto". Então, não é assim que se governa!

Por outro lado, o Ministério Público Federal, deputado Reno Caramori, com a ponte Hercílio Luz, que foi inaugurada em 1926,

solicitou a interrupção da obra até que o Ibama emitisse o EIA/Rima, o relatório de estudo. O Ibama, quando solicitado, disse que não era atribuição dele. E a alegação do promotor foi de que é a zona de amortecimento, ou seja, impacto ambiental sobre a população que lá está há muito tempo e em torno dela.

Isso é desagradável escutar! Por outro lado, vemos o aterro da baía sul. E o juiz federal diz que é uma área alvo de disputa judicial e reivindica a área para a União! Depois de todas essas obras feitas em frente à secretaria de Educação e assim por diante, com estacionamento, Camelódromo, Centro de Eventos, reivindica aquilo para a União. Diz que vai reivindicar e acha que vai perturbar um pouco o processo. No fim, que me desculpe o sr. juiz federal, mas o que ele queria mesmo era aparecer na mídia. Por que eles não olham as obras federais, que são verdadeiros palácios e que estão nos aterros? A Receita Federal vai construir agora lá no aterro, o Ministério Público Federal vai construir também. A Justiça Federal e a própria Polícia Federal já estão por ali. E a população? Nada.

Com relação à beira-mar continental, agora mesmo a Procuradoria da República fez uma consulta sobre a existência ou não do EIA/Rima. Ora, essa obra já vem sendo executada há tempo! Na seqüência, venceu o prazo do EIA/Rima, foi solicitada a renovação e, por incrível que pareça, foi entregue o embargo lá na obra a um estagiário da empresa. Por que não entregaram a uma autoridade competente? Essas pessoas realmente estão prejudicando, no meu entender e o no entender de muitos cidadãos de Florianópolis, a nossa cidade.

Bom, paralelamente, estamos com muitos problemas, duas escolas estão sem atividade escolar, uma delas no norte da ilha, que agora voltou às aulas normalmente, aquela escola cuja diretora impediu-me de entrar dizendo que eu, como deputado progressista, não tinha acesso. Apareceu no jornal o descalabro em que se encontra a escola.

Por isso, meus amigos, acho que é hora de colocarmos as coisas no devido lugar, que as autoridades competentes, antes de saírem falando na mídia, conversem entre si para que não causem esse problema à nossa cidade. Isso vem de encontro aos interesses econômicos e até sociais da cidade de Florianópolis. Porém os problemas são muitos...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Lício Mauro da Silveira.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são reservados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até dez minutos, que fala com a anuência do seu líder, deputado Sílvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, o meu líder deu ganho de causa e quem falará no horário destinado ao partido, nas quintas-feiras, é este deputado. O deputado Lício Mauro da Silveira estava reivindicando este espaço, mas o meu líder saiu em minha defesa. O deputado Lício Mauro da Silveira usou das suas prerrogativas no espaço reservado aos srs. deputados.

Mas, sra. deputada, srs. deputados e sr. presidente, a polêmica da lei ambiental vai dar pano para manga. Sou gaúcho de nascimento e trago alguns provérbios da minha terra: dizem que toda provocação encontra uma reação! Toda provocação encontra ou tem como resposta uma reação.

Em junho de 2006, neste plenário - à época presidida a comissão de Agricultura e Política Rural -, entregamos ao então governador em exercício, Pinho Moreira, um documento que foi elaborado não a quatro, mas a 20, 30 mãos, encabeçado pela secretária de Agricultura, secretária de Articulação Nacional, Fiesc, Facisc, Fetaesc, Fetraf/Sul, Ocesc, ACCS, ACCB e por todas as SDRs espalhadas pelo estado, dando despesa, é claro, resultado das audiências públicas que foram realizadas.

Esse documento foi elaborado com o seguinte título: Proposta de agenda ambiental para o setor produtivo do estado de Santa Catarina e foi o boneco que entregamos ao governador, um boneco no bom sentido. Tratava-se de um roteiro, estudado longamente por essas entidades que acabamos de nominar, para que nós tivéssemos em Santa Catarina um desenvolvimento sustentável e programado.

Esse projeto foi longamente discutido com os nossos pequenos produtores, com o setor cooperativista e com todas as entidades ligadas à agricultura, ao agronegócio, ao meio ambiente de cada município. E o projeto tramitou legalmente, deputado Pedro Uczai, ele andou, se bem que - e como parlamentar de quinto mandato não posso ignorar isso, sob pena de ser aqui taxado de ignorante - soubéssimos que o novo código tinha alguns itens inconstitucionais. O governo sabe disso, todos os srs. parlamentares sabem, mas foi a maneira que encontramos de acertar o estado de Santa Catarina, tratando-se de meio ambiente.

Santa Catarina é formado por pequenas propriedades na sua grande maioria, ou seja, agricultura familiar. São propriedades de 10ha, 15ha, 20ha, no máximo 50ha, nas quais esses pequenos agricultores mantêm a sua pocilga, o seu galinheiro, a sua produção de leite, falando bem claro o nosso português. A produção agrícola é pequena, obviamente: dentro dos limites que o terreno oferece em cada propriedade, umas produzem mais, outras menos.

Eu lembro muito bem que, antes de 1985 e 1986, a própria legislação brasileira fixava a preservação da mata ciliar em 5m de afastamento, aumentando progressivamente de acordo com a largura de cada rio. Na Constituição de 1988 isso foi mudado pelo então deputado federal Artenir Werner, que fez uma emenda passando aleatoriamente para 30m em todo o Brasil. Não houve, na época, um questionamento, um estudo, uma discussão mais ampla, e por tudo isso nós e o pequeno produtor estamos perecendo hoje.

Por que na época não foi feito um programa, se sempre pudemos contar com a Epagri, com todo um corpo técnico capaz e experiente, com estudiosos, doutores, mestres, para estudar uma maneira técnica de proteger os nossos rios, as nossas nascentes, os nossos banhedos? Por que não foi feito um estudo nesse sentido para que nós não tivéssemos esse conflito agora?

E não adianta, deputado Nilson Gonçalves, querer dizer que não há nada inconstitucional porque não é verdade. O povo catarinense, quem estudou um pouquinho vê que está em desacordo com a Constituição Federal. Como vamos proceder?

Para toda provocação, como eu disse, vem uma reação. E há mais um ditado gaúcho, sr. presidente: todo exibido paga um preço. E o nosso governador se exibiu demais. Por que ele não sancionou quietinho, dentro dos trâmites legais? Por que não ofereceu à comunidade a publicação no Diário Oficial, de forma modesta, como é o jeito do catarinense,

como é o jeito do estado de Santa Catarina? Não! Reuniram em Campos Novos duas mil pessoas. Para quê? O trabalho do parlamentar é realizado neste recinto. Aqui nós discutimos a realidade das coisas em benefício da comunidade catarinense.

Eu não fui a Campos Novos, eu fui vistoriar a BR-101. Aproveitei o feriado e fui vistoriar a BR-101. Aquele, sim, é um trabalho bem feito. Agora, em Campos Novos, toda aquela pompa mexeu num abelheiro, houve uma provocação. E não pense o governador que o Ministério Público, que os ambientalistas, que o procurador-geral da República estão quietos. Eles vão observar a Lei Maior, eles vão colocar as coisas nos seus devidos lugares. Não é batendo nas costas que nós vamos convencer uma autoridade que tem a responsabilidade da execução das leis e da proteção das leis.

Então, o que eu acho que faltou aqui foi diálogo. O Congresso Nacional está trabalhando em cima disso, sim. E eu espero que lá no Congresso eles entendam também que, tecnicamente tratando a questão ao longo dos rios, podem até ser 2m em certos casos, em outros, 50m, e onde existem as canchadas do rio Uruguai ninguém vai mexer, são 200m de mata nativa.

Agora, nas várzeas do Itajaí podem ser 2m, desde que, tecnicamente, adaptemos o terreno com proteção densa; não adianta plantar 30m de cada lado de pau-a-pique, porque se não há vegetação densa embaixo, o que vai reter as águas? Tudo vai para o rio! O que interessa é a densidade da vegetação, ela precisa reter as águas, ela precisa impedir que as impurezas cheguem aos rios. Temos que pensar nisso.

A provocação do governador com aquela pompa - e repito aqui: todo exibido paga um preço - fez surgir essa polêmica com o ministro. Não estou defendendo o ministro, ele também errou. Acho que, como ministro de estado, errou, porque deveria ter dialogado com o governo de Santa Catarina, com os órgãos competentes e deveria ter analisado melhor o nosso Código Ambiental.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Valeu, deputado Reno Caramori, a sua postura pacificadora no processo do meio ambiente.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Não havendo oradores do DEM que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo oradores do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, que preside esta sessão; srs. Deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Aleisc Digital, não poderia ser outro o assunto que também me faz assomar a esta tribuna, nesta manhã de quinta-feira, a não ser falar das reações, dos movimentos e das diferentes posições sobre o Código Ambiental.

Eu estou aqui muito à vontade depois do pronunciamento do deputado Reno Caramori. O deputado Reno Caramori colocou as questões centrais do Código Ambiental. Primeira coisa: a reação depois de uma provocação. A provocação ao Ministério Público, ao ministério do Meio Ambiente, à lei

federal foi feita por alguns artigos do Código Ambiental, e de forma proposital.

Não foi feio, ruim ou ilegítimo. Os movimentos que produziram essa discussão sobre os 5m não partiram do estudo das bacias hidrográficas, como o deputado Reno Caramori defendeu aqui, pois há regiões arenosas, há determinadas montanhas que precisam ser protegidas porque senão vêm abaixo, mas nas regiões argilosas, que têm outra consistência de solo, pode existir outra configuração. Essa era a posição da bancada do PT, porque a partir daí fugiríamos da inconstitucionalidade e, ao mesmo tempo, respeitávamos os estudos técnicos, os estudos das bacias hidrográficas, ou seja, uma coisa séria, serena. Portanto, aqui foi tomada uma decisão política de desobediência à legislação federal. Essa foi a provocação que esse artigo produziu.

Em segundo lugar, deputado Ismael dos Santos, quando se faz uma provocação, vem uma reação, e aí nos indignamos com a reação, mas não com a nossa posição. Aqui os próprios deputados estão dizendo: "Nós sabíamos que alguns artigos eram inconstitucionais". Ouvi isso aqui, desta tribuna, no dia de hoje. Portanto, essa constatação, esse reconhecimento, gera polêmica.

Claro, precisa-se eleger o inimigo para fortalecer o movimento. Isso faz parte da política, deputado José Natal. Elege-se alguém para fazer do discurso dele um processo de avanço no que se quer. Isso faz parte da política, faz parte do debate. Agora, o que está ocorrendo, o que nós estamos aqui querendo discutir, com serenidade, é sobre os pontos de partida do Código Ambiental.

A nossa bancada participou, contribuiu, mas quando passaram dos 30m para os 5m, nós nos abstivemos. Sobre os campos de altitude, discutimos que não deveriam ser 1.500m ou 1.800m, deveria haver, primeiramente, um estudo técnico. Em alguns casos poderiam ser até 800m, em outros poderiam ser 1.800m, mas isso a partir de um estudo técnico. Como ficam os rios Pelotas e Canoas que dão origem ao rio Uruguai? Qual foi o critério que definiu 1.500m como melhor? Que algum deputado me convença que 1.500m são um critério científico, técnico para os campos de altitude! Qual é o critério técnico? Qual foi o critério que definiu 5m para todo o estado de Santa Catarina e que 30m não servem para o Brasil? Qual é o critério técnico, lá na bacia do rio Uruguai, aqui no vale do Itajaí, na região norte do estado ou na região sul, do carvão? Existe algum critério? Ninguém levantou isso aqui, em nenhuma discussão. Levantou-se como proposta genérica, universal.

Por isso, nós estamos aqui com uma posição de responsabilidade. Quando nós falávamos em área consolidada, qual era o grande consenso da nossa bancada, de todos os deputados, da sociedade e das entidades? Área consolidada está consolidada, mas a preservação da mata ciliar, a preservação do que está colocado ali é fundamental. Por isso, nós queríamos, a partir de um estudo técnico, definir a metragem e, em segundo lugar, imediatamente pagar os serviços ambientais, porque a área consolidada está consolidada.

Essa foi a grande conquista do Código Ambiental, mas a questão da metragem da mata ciliar foi uma provocação, no sentido da inconstitucionalidade, como uma forma de movimentar para então se construir, no Brasil, um novo Código Ambiental. Isso faz parte do debate, da política. Agora, precisamos receber com legitimidade os questionamentos que estão sendo feitos, porque os próprios deputados aqui estão reconhecendo.

Em terceiro lugar, o senador Sérgio Zambiasi fez um pronunciamento no Senado, ontem, quando transcorreu o Dia Mundial da Conservação do Solo. E ele apresentou um projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar um fundo nacional para a proteção dos recursos hídricos, pois contactou, através de um estudo preliminar, que a sedimentação dos dejetos nos rios custa ao poder público, em média, R\$ 2 bilhões. Custa R\$ 2 bilhões por ano aos cofres públicos do Brasil, no âmbito municipal, estadual ou federal, resgatar a sedimentação dos vários rios brasileiros! E coloco aqui não apenas o assoreamento do rio Tietê, em São Paulo.

E ele propõe a criação de um fundo nacional de proteção de recursos hídricos porque o nosso Código Ambiental, deputado Ismael dos Santos, não trata absolutamente nada da questão dos recursos hídricos. Não trata de nada! Não discute absolutamente nada! Há alguns artigos genéricos, mas não há uma política clara para os recursos hídricos do estado. E antes de haver uma política clara dos recursos hídricos, já se antecipa e diz-se que 5m é a base de preservação da mata ciliar. Vejam a responsabilidade que temos aqui!

Entendemos que o nosso Parlamento, da forma democrática como procedeu à discussão do Código Ambiental, cometeu, temos também que reconhecer, algumas inconstitucionalidades. E é normal e legítimo num texto de 315 artigos. Eu li e reli, li textos de especialistas sobre o Código Ambiental, reproduzimos e construímos emendas, mas temos que admitir que há alguns problemas, senão fica como uma coisa consolidada.

Portanto, além do ministro Carlos Minc, que questionou a inconstitucionalidade dos 5m, assisti, hoje, a um deputado que votou a favor do Código Ambiental, mas disse, desta tribuna, que há nele artigos que são inconstitucionais. Portanto, não há uma posição única.

A nossa bancada queria votar a favor? Não! O parecer na comissão de Constituição e Justiça e em todas as quatro comissões foi favorável ao Código Ambiental! A nossa bancada apresentou voto favorável ao Código Ambiental com as emendas, mas as emendas não foram contempladas, entre elas a dos 5m. Nós levamos a sério o debate do Código Ambiental, porque se nós quiséssemos aplausos, teríamos votado a favor!

Com relação à questão do pagamento dos serviços ambientais, nós apresentamos um projeto claro, com seis páginas, regulamentando o artigo, para que o agricultor que preserve pudesse receber a devida compensação. Agora, há 180 dias para regulamentar. Nós teremos eleições em 2010, estamos com dificuldade na regulamentação e votaremos o Orçamento do ano que vem sem previsão de recursos para o fundo, porque não há fundo. Portanto, em 2010 não haverá recursos para compensar os agricultores que preservam.

E está claro para todos que quem preservou 30m, 50m e 100m não pode desmatar! Mas se preservou, por que não pode receber? Se um agricultor que preserva cinco alqueires de terra produzir soja, produziria em torno de 400 sacas, o que, num preço médio, daria R\$ 20 mil. Se colocarmos 20% de lucro, chegaríamos a R\$ 4 mil em cinco alqueires de preservação. Se esse mesmo agricultor preservar cinco alqueires, não desmatar e ganhar apenas R\$ 300,00 por mês, em um ano dará R\$ 3,6 mil.

Eu visitei, agora, a Alemanha e lá há florestas que foram todas replantadas. Há

madeira de tal diâmetro e de tal espécie, porque são várias espécies em uma mesma floresta, não plantam apenas pinus e eucalipto. E eles agem da seguinte maneira: este ano pode-se abater esta, essa e aquela árvore, outras têm que ser preservadas! Então, há um manejo sustentável cotidiano, anual, em cinco ou dez anos. Estão cada vez mais reflorestando as florestas da Europa, porque se paga para as áreas de...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai. Hoje o Padre Pedro Baldissera não está. A vantagem dos parlamentares do PT é que há dois Pedros: um professor e outro padre, e são dois bons parlamentares!

Ainda dentro de Explicação Pessoal, o próximo espaço pertence ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, grande comunicador do vale norte, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, na verdade, estava pautado para falar, no dia de hoje, no horário do partido, o deputado Marcos Vieira, que por alguma razão não pôde estar neste exato momento no plenário. Eu vou aproveitar, então, o gancho da fala daqueles que me antecederam na tribuna para falar também sobre o Código Estadual do Meio Ambiente.

Raramente, desde que estou nesta Casa - eu trabalhei com o deputado Pedro Uczai no mandato anterior, depois ele, que é meu amigo, foi administrar o município de Chapecó e agora tenho a grata satisfação de tê-lo novamente como companheiro de Parlamento -, divirjo das posições do deputado Pedro Uczai, porque entendo ser ele uma das cabeças pensantes mais arejadas deste poder. Eu tenho uma grande admiração por ele, pela sua figura humana, por ser um estudioso das causas públicas. Mas me permito, com todo o respeito, divergir dele, hoje, com relação a algumas colocações que fez ao Código do Meio Ambiente.

Primeiramente, quero ser muito sincero e muita gente não gosta da sinceridade em determinados momentos. Esta Casa, e todos sabem, é composta por 40 deputados. Os deputados que têm um conhecimento mais profundo das matérias que são discutidas no plenário são aqueles que fazem parte da comissão de Constituição e Justiça, da comissão de Finanças e das comissões temáticas. Esses são os deputados que acabam, por força da presença nessas comissões, tomando um conhecimento mais aprofundado dos assuntos que são debatidos aqui no plenário. E nós, que não fazemos parte dessas comissões, muitas e muitas vezes nos norteamos pelo entendimento desses deputados que fazem parte delas.

O Código do Meio Ambiente foi exaustivamente discutido, inclusive em reuniões públicas. Foram realizadas dez reuniões, deputado Reno Caramori, e ele foi exaustivamente discutido nas comissões temáticas e também na comissão de Constituição e Justiça.

Eu procurei acompanhar e ler aquilo que me veio às mãos e formei um juízo muito rapidamente na questão dos 5m de proteção da mata ciliar; tomei uma posição muito rapidamente, inclusive contra a posição da minha bancada, em favor da posição da bancada do PT, que também, naquele momento, entendia não serem ideais, não que fosse contra, os 5m, por haver justamente contradições em decorrência do relevo do nosso estado.

Dispus-me, então, quando o código veio ao plenário, mesmo contra a vontade da minha bancada e também dos companheiros da base do governo, a aprovar emendas, não só essa, dos 5m, mas também outras que o PT havia apresentado para serem votadas à parte.

Na hora votação todos os srs. deputados estavam aqui e eu tinha em mãos as emendas, como também o presidente. Eu tinha certeza absoluta de que o líder do PT, a cada emenda, iria ao microfone explicar. Mas o deputado Dirceu Dresch imediatamente disse: "Não, sr. presidente, eu quero que elas sejam lidas". Só que para ler determinadas emendas iria demorar muito porque cada uma delas continha cinco, seis, sete folhas. O deputado Jorginho Mello, nós notamos, ficou irritadíssimo cada vez que lia uma emenda porque demorava e olhava para o deputado Dirceu Dresch. Chegou o momento em que eles acabaram desistindo de ler. Ai o deputado Jorginho Mello colocou o deputado Dirceu Dresch nos três cantos e disse: "Então o senhor explica". E o deputado Dirceu Dresch, parece-me, naquele momento não tinha em mãos as emendas para poder explicar.

O que aconteceu? Tudo voltou a ser lido da seguinte maneira - é só um exemplo: art. 3º, que substitui o § 2º e não sei mais o quê. E eu, como outros deputados, que tinha vontade de aprovar algumas emendas - e poderiam ter sido aprovadas várias dessas emendas aqui, porque havia muitos deputados com disposição para aprová-las -, fui ali, falei e acabei escutando das galerias o seguinte: "Ele não sabe votar! Ele não sabe votar!" Não era exatamente isso. O que aconteceu foi que o deputado Dirceu Dresch, assim como sua bancada, não soube ir ao microfone explicar cada uma das emendas, de maneira sucinta, rápida e objetiva, e nós ficamos, na verdadeira acepção da palavra, vendidos na hora.

Eu, para não cometer nenhum equívoco, abster-me em todas as votações de emendas, mas lamentei, porque eu queria ter votado a favor, junto com o PT, a questão dos 5m. Isso iria provocar certamente a ira de muita gente, porque essa questão era justamente um dos pontos principais do Código Ambiental e iria atender as pequenas propriedades. Mas a idéia era provocar outra situação, para que nós tivéssemos 10m, quem sabe. Eu tenho certeza de que 5m a mais ou a menos não iria criar uma crise e nem criar problemas em nosso Código Ambiental.

É uma pena que isso tenha acontecido. Votamos como estava previsto, dentro daquilo que o governo queria e do que foi discutido nas reuniões públicas e também nas comissões e acabamos com o Código Ambiental aprovado.

Eu divirjo do deputado Pedro Uczai, que diz que nós, com isso, fizemos uma provocação ao governo federal. Não foi feita uma provocação, em absoluto! Nós aprovamos aqui uma necessidade que tínhamos de resolver problemas pontuais da nossa terra, da nossa Santa Catarina, porque já foi falado aqui que as propriedades rurais do nosso estado, 80%, 90% delas, são propriedades familiares, pequenas. Então, era necessário que nós tivéssemos aprovado esse Código Ambiental.

O que aconteceu? O ministro, o homem do colete, no meu entender, foi quem provocou, dizendo: "Eu vou mandar prender o agricultor que desrespeitar o Código Floresta!" Quer dizer, foi um ato de truculência, muito comum no tempo da ditadura. Eu vivi muito isso no tempo da ditadura! Eu era garoto, mas gravei bem isso. Mas não se admite agora, nesses tempos de democracia consolidada neste país, um ministro fazer uma ameaça

dessas. Isso, sim, foi uma provocação! E em função dessa provocação, houve a reação do sr. governador do estado, da sociedade catarinense.

Existem setores da imprensa que não leram direito o Código Ambiental e estão interpretando de uma forma e existem setores da imprensa que estão de pleno acordo com o que foi feito aqui. Que vai dar discussão, não resta a menor dúvida. Mas o que se espera é que se discuta, que se faça um entendimento no campo político, sem essas truculências do tipo eu prendo, eu arrebento, eu coloco onde eu quero. Não é assim. Vamos discutir isso no campo político, até chegarmos a um denominador comum. É isso que eu espero.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Adherbal Deba Cabral.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que nos assistem pela TVAL e nos ouvem pela Rádio AleSC Digital, neste momento em que estou usando o horário do PMDB, o nosso partido, gostaria de agradecer, primeiramente, ao nosso líder, deputado Antônio Aguiar, e fazer uma homenagem à Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí.

A Amfri - Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - foi fundada no dia 10 de abril do ano de 1973 e hoje congrega 11 municípios da foz do rio Itajaí-Açu, municípios esses progressistas e na maioria balneários. A Amfri é formada pelos municípios de Itajaí, Balneário Camboriú, Bombinhas, Porto Belo, Itapema, Camboriú, Navegantes, Piçarras, Penha, Ilhota e Luis Alves, é o segundo pólo de desenvolvimento tanto industrial quanto pesqueiro e terminal portuário do estado de Santa Catarina.

Por isso quero, nesta oportunidade, parabenizar o presidente atual da Amfri, que é o prefeito de Ilhota, Ademar Felisky. Como ex-presidente, quero dizer que tive a satisfação de presidir aquela entidade, juntamente com alguns deputados que já tiveram assento nesta Casa, como o ex-deputado Arnaldo Schmidt, que foi prefeito de Itajaí, como o ex-deputado Jandir Bellini, que retornou à prefeitura de Itajaí, e como o atual vice-governador Leonel Pavan. Ou seja, são pessoas que trabalharam durante 36 anos para o desenvolvimento daquela entidade.

Eu solicitaria também que fossem mostrados, através do vídeo, os relevantes serviços que aquela associação tem prestado à região e aos 11 municípios da foz do rio Itajaí-Açu.

É importante salientar que, hoje, um dos trabalhos importantes da nossa Amfri é ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios da foz.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Muito obrigado, deputado Deba. Quero aliar-me a v.exa. nessa homenagem à Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí e enaltecer aqui uma figura que acabei contemplando há pouco, uma figura simpática, fantástica, que foi um dos arquitetos dessa associação, o ex-prefeito Wilson Klaus, o Rolinha, que já nos deixou, mas que merece a nossa homenagem.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Deba, quero cumprimentá-lo por trazer à tribuna a questão da organização das associações de municípios, que estão montando políticas públicas para melhorar a vida do povo, e a Amfri é um exemplo disso.

Tive o prazer de, na condição de prefeito de Chapecó, ser presidente da Amosc e depois da Fecam. E hoje é muito importante ver as gestões públicas melhoradas com o fortalecimento das associações de municípios e da Fecam, com a luta municipalista, inclusive, com o papel das regiões metropolitanas sendo retomado, eis que o próprio projeto de habitação do governo federal poderia avançar em várias regiões, como o vale do Itajaí, com a sua constituição.

Parabéns por trazer o municipalismo ao Parlamento catarinense.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai. Acho que o importante dessa matéria é vermos que o municipalismo e a descentralização partem das nossas associações de municípios.

Já fiz referência aos ex-presidentes e ao ex-presidente da Amfri, ex-prefeito de Itajaí e nosso colega, o ex-deputado Volnei Morastoni, que foi uma pessoa que trabalhou muito para fortalecer o desenvolvimento do municipalismo.

Quero parabenizar o secretário executivo, nosso amigo Célio Bernardino, com quem tivemos a oportunidade de trabalhar, dizendo que hoje temos um projeto importante que está sendo elaborado com os municípios de Itajaí e Navegantes. Esse projeto está sendo feito pela Amfri para a construção da ponte que liga Navegantes a Itajaí. Inclusive, para essa ponte estão colocados no Orçamento da União R\$ 100 milhões, uma ação do Fórum Parlamentar Catarinense, tendo à frente o nosso deputado federal João Matos. Além disso, temos hoje, dentro do Orçamento estadual, uma importância para que possamos construir essa nossa ponte. Acho que está dependendo apenas dos prefeitos de Itajaí e de Navegantes darem o aval, para que possamos assinar o convênio com o governo federal.

Além disso, fizemos uma indicação nesta Casa, a ser enviada ao governo federal, via ministérios da Infra-Estrutura e das Cidades, para que sejam destinados R\$ 50 milhões para os 11 municípios que compõem a Amfri, para que possamos aplicar esse recurso em obras preventivas contra as enchentes. Porque de nada adianta em toda enchente que acontece correr atrás do prejuízo, pois existe muita demora, como está acontecendo agora, quando muitos recursos ainda não chegaram para as cidades que foram atingidas pela enchente, como Blumenau, Luis Alves, Itajaí e Ilhota. Temos que conseguir, portanto, recursos para obras preventivas em nossa região.

Também temos o projeto da nossa penitenciária, sobre o qual já fizemos um pedido, da tribuna desta Casa, ao secretário da Segurança Pública, ao secretário de Justiça e Cidadania, ao governador e ao secretário de Desenvolvimento Regional de Itajaí, uma vez que a descentralização está fazendo muitas obras, inclusive na região da foz, em toda Santa Catarina. Mas a nossa penitenciária de Itajaí, cujo terreno foi adquirido pelos municípios de Itajaí, Balneário Camboriú e Camboriú, está com a construção um pouco lenta, um pouco a passos de tartaruga.

Então, faço um novo pedido, também desta tribuna, para que as nossas autoridades procurem adiantar aquela obra, a fim de, se possível, inaugurarmos até o final do ano, porque a partir do ano que vem queremos dar início à construção do presídio.

Hoje, a região da foz, uma das mais desenvolvidas no turismo no estado de Santa Catarina e no Brasil, tem dois presídios, um em Itajaí e outro em Balneário Camboriú, com lotação praticamente triplicada. No caso de Itajaí, temos capacidade para 200 presos e estamos abrigando mais de 600 presos. Então, é muito importante que essa obra da penitenciária seja entregue ainda este ano, pela empreiteira, pela construtora. E estamos acompanhando de perto. É importante o seu término, para, a partir do ano que vem, darmos início à construção do presídio.

Temos outros presídios em construção na nossa região e em outros municípios, pois queremos colocar os nossos presos dentro da nossa região, para que eles não tenham que cumprir suas penas em outros municípios.

Então, eu gostaria, nesta oportunidade, de agradecer ao nosso secretário Ronaldo Benedet, pelo empenho que está fazendo em prol da nossa região, ao próprio governador e ao vice-governador, que são pessoas que têm interesse, uma vez que o vice-governador é da região.

Ontem ainda morreu um taxista em Balneário Camboriú. Então, gostaria que a Polícia Militar e a Polícia Civil, que o comandante da Polícia Militar e o secretário da Segurança procurem incrementar uma ação na nossa região, principalmente em Balneário Camboriú, pois nesses últimos 30 dias foram assaltados sete taxistas, e ontem aconteceu uma morte.

Eu gostaria de agradecer também o empenho do diretor-geral da Polícia Civil, dr. Maurício Eskudlark, que tem trabalhado nesse sentido, e a todas as autoridades da Polícia Militar. Mas temos que incrementar uma ação preventiva neste momento, porque são muitos assaltos durante o dia, são muitas mortes que estão acontecendo na região.

É importante, então, que nós, deputados, que a Assembléia Legislativa e o Poder Executivo tenham consciência de que hoje um dos maiores problemas na nossa região, a região litorânea, a região que compreende o turismo de Santa Catarina, é justamente a segurança pública. Temos que nos debruçar sobre esse assunto.

Faço parte da comissão de Segurança Pública nesta Casa e já conversei com o presidente da comissão, deputado Darcy de Matos, para que se procure melhorar a segurança pública na região turística, porque precisamos dos recursos que o turista leva para aquela região. Mas sem segurança não podemos fazer turismo!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Sr. deputado Marcos Vieira, v.exa. fará uso da palavra logo após encerrarmos a Ordem do Dia, que será reduzida e durará poucos minutos.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Sr. presidente, então, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Quero apenas fazer o registro da presença, nesta Casa, dos vereadores Valtemir Schmidt, da cidade de São José; Luiz Carlos Ferreira, o Ferreirinha, da cidade de Bom Retiro; e do ex-prefeito da cidade de Santo Amaro da Imperatriz, Nelson Isidoro da Silva, o Nelsinho.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0251/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0252/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin; 0253/2009, de autoria do deputado Décio Góes; e 0254/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência também comunica que defere os Requerimentos n.s.: 0407 e 0408/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0409, 0410, 0411 e 0412/2009, de autoria do deputado Reno Caramori; 0414 e 0424/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0415/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin; 0417/2009, de autoria do deputado Jailson Lima; 0418/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0419 e 0425/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0420 e 0423/2009, de autoria da deputada Ada De Luca; e 0421 e 0422/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Encerrada a pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Marcos Vieira, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, hoje pela manhã, quando do início da sessão, estava no meu gabinete e assistia pela TVAL ao pronunciamento do ilustre deputado, segundo vice-presidente desta Casa, Jailson Lima. Dizia ele, e invocava o testemunho do deputado Silvio Dreveck, que foi prefeito de São Bento do Sul, dizendo que os municípios não podiam reclamar do FPM, pois nunca receberam tantos recursos do FPM como receberam nesses últimos anos.

Deputado Jailson Lima, eu vou-me permitir ocupar a tribuna desta Casa para dizer que os municípios catarinenses - e aí eu quero falar para todos os prefeitos de Santa Catarina, deputado Ismael dos Santos - estão num processo pré-falimentar. Isso significa dizer que o governo federal não está dando os recursos necessários para que cada um dos municípios possa ter uma sobrevida normal.

O governo federal alardeou, no ano passado, que reduziu o IPI para as montadoras, no sentido de fazer com que elas não entrassem num processo de degradação financeira. Mas esqueceu, deputado Ismael dos Santos, o governo federal, de dizer que o IPI, o Imposto sobre Produtos Industrializados, não fica 100% com a União. O IPI é repartido com estados e municípios. O governo federal esqueceu de dizer para as montadoras e para os brasileiros que os estados e os municípios também estavam ajudando-as a sair do sufoco financeiro. E um dos itens que fez reduzir a receita de cada um dos municípios de Santa Catarina e do Brasil foi exatamente a redução do IPI para as montadoras.

Por isso chegamos ao caos financeiro em que, hoje, se encontram as prefeituras, e parece-me que o governo federal, deputado Jailson Lima, quero aqui dizer, tem por costume trabalhar sob pressão. E não foi diferente sobre o chamado pacote, através do qual o governo federal, deputado José Natal, está dizendo que vai dar R\$ 1 bilhão aos municípios. Mas não é verdade! Não vai dar! É dinheiro dos municípios, é dinheiro dos estados, é dinheiro da pressão que os municípios fizeram, em Brasília, na semana passada. Setecentos municípios estiveram em Brasília e pressionaram o Congresso Nacional

e o Palácio do Planalto. E o governo federal se sentiu acuado; o governo federal se sentiu envergonhado de ter concedido benefício com o chapéu alheio.

Srs. prefeitos, sras. prefeitas, eu estou falando a verdade! Desculpe-me por dizer isso, deputado Jailson Lima, mas eu estou falando a verdade!

A mesma coisa ocorreu quando foi baixado o pacote habitacional, deputado José Natal! O governo federal baixou um pacote habitacional dizendo que as moradias só atenderiam cidades com mais de 100 mil habitantes. E o que aconteceu? Dias depois, o governo federal fez a sua decisão e ampliou o pacote habitacional para as cidades do Brasil inteiro. Mas por quê? Porque sofreu pressão, porque os jornais do Brasil inteiro estamparam que o pacote habitacional baixado pelo governo federal estava excluindo mais de 60 milhões de habitantes. Então, parece-me que, efetivamente, o governo federal só trabalha sob pressão.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - É isso que está fazendo, deputado Ismael dos Santos, e quero avocar o seu testemunho, pois nós conversávamos hoje pela manhã. E o deputado Jailson Lima diz que o governo federal libera recursos para isso, para aquilo. Quero invocar o seu testemunho, e concedo-lhe um aparte para isso, perguntando: Blumenau recebeu os recursos prometidos pelo governo federal para as enchentes? Vou fazer uma pergunta mais direta: dos R\$ 250 milhões prometidos pelo governo federal para cobrir o prejuízo das enchentes em Blumenau, quantos vieram e quantas vezes o prefeito João Paulo Kleinübing já foi a Brasília requerer o dinheiro?

Concedo um aparte a v.exa.!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - O prefeito João Paulo Kleinübing retornou ontem de Brasília.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Repita, por favor!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - O prefeito João Paulo Kleinübing retornou ontem de Brasília com as mãos vazias.

O *ranking* dos investimentos na restauração de Blumenau: R\$ 23 milhões investidos pelo município, R\$ 11 milhões investidos pelo governo do estado, R\$ 9 milhões pelo governo federal. Mas quero crer, deputado, apenas para concluir, que não é falta de dinheiro. Santa Catarina mandou para Brasília, em 2008, R\$ 13.320 bilhões. Queremos apenas 10% para reconstruir o vale do Itajaí!

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Então, v.exa., em aparte que lhe concedi, afirma que, para a desgraça acontecida no ano passado em Santa Catarina, mais especificamente em Blumenau, região que o presidente Lula sobrevoou e para a qual editou uma medida provisória concedendo R\$ 250 milhões, vieram só R\$ 9 milhões?

Deputado Jailson Lima, solicito a v.exa. que use todo o prestígio que tem junto ao governo federal, assim como o deputado Pedro Uczai e os demais deputados da bancada do PT, para pedir ao presidente Lula, ao governo federal, que, efetivamente, libere os recursos para a população de Blumenau, para a população atingida pela enchentes em Santa Catarina.

Agora, o que não podemos admitir, deputado José Natal, é que o governo federal diga publicamente para todo o Brasil que está concedendo um benefício às montadoras, enquanto esse benefício está sendo dado com

chapéu alheio: dinheiro do governo do estado, dinheiro dos municípios. O governo federal tem que saber dividir o bolo da carga tributária. Santa Catarina é o quinto maior produtor de alimentos e é o sexto estado em arrecadação neste país! E quanto dinheiro vem? Deputado Ismael dos Santos, é verdade, R\$ 13 bilhões saíram dos catarinenses para os cofres do governo federal! E quanto é reinvestido em Santa Catarina? V.Exa tem razão, deputado Ismael dos Santos, o prefeito João Paulo Kleinübing, mais uma vez, volta de Brasília com as mãos vazias.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Só para v.exa. e a sociedade de Santa Catarina saberem, quero dizer que o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, para fazer a tramitação para a liberação do dinheiro para Santa Catarina parece que até hoje não resolveu, mas para comprar colchões, se não me engano, foram gastos R\$ 54 milhões, adquiridos de uma pessoa física! O ministro Geddel Vieira Lima cometeu isso com Santa Catarina e com o país! São aquelas famosas empresas de mala. Investiguem, srs. deputados do PT, porque aconteceu isso e o dinheiro para Santa Catarina ele não mandou; mandou colchões comprados de uma pessoa física!

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Só para encerrar, gostaria de dizer que o agronegócio em Santa Catarina está num processo pré-falimentar há vários meses, e somente hoje o governo federal anuncia um pacote para salvar a agroindústria do país inteiro, depois de vários meses. São centenas de pessoas desempregadas, centenas de empresas querendo dinheiro e não têm.

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edison Andrino.

(Pausa)

Na ausência o deputado Edison Andrino, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, quero apresentar aqui um assunto que considero de muita importância: a questão da logística portuária. Esta Casa, por indicação minha, formou o Fórum Permanente da Logística Portuária, que tem o objetivo de reunir todos os setores interessados para dar mais agilidade às importações e exportações.

Santa Catarina tem pelo menos seis importantes portos: Laguna, Imbituba, Itajaí, Navegantes, São Francisco do Sul e Itapoá. O nosso estado, que tem o melhor PIB do Brasil, que tem a melhor distribuição de renda e que tem a melhor socialização da renda é uma grande porta de entrada e saída de mercadorias. O mundo cada vez mais se abre e o nosso estado precisa melhorar o serviço portuário, pois essa é a melhor maneira de exportar e importar cargas em grandes volumes e a preços acessíveis à população.

Por isso, sr. presidente, no dia 22 de abril, quarta-feira da semana que vem, o Fórum Permanente da Logística Portuária estará reunindo os deputados desta Casa com o objetivo de traçar inúmeras audiências para ouvir o setor de transporte e saber o que Santa Catarina precisa fazer para melhorar e baratear o acesso da mercadoria aos portos.

Vamos ouvir as empresas que recebem a mercadoria próxima ao porto e que depois transportam na hora em que chegam os navios. Vamos ouvir como estão os serviços de dragagem do canal, até porque a última enchente, em outubro e novembro do ano passado, assoreou o canal de acesso aos nossos maiores portos, os de Itajaí e de Navegantes. Como agora a obra já está em fase de conclusão, eu imagino que, estando concluído o serviço, Santa Catarina poderá melhorar, e muito, a logística.

O Sr. Adherbal Deba Cabral - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Deputado Adherbal Deba Cabral, v.exa., como ex-prefeito de Navegantes e como deputado representante da região, também tem interagido com esse setor. Assim, dou-lhe a oportunidade do aparte.

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Deputado Serafim Venzon, parabéns pelo seu pronunciamento.

Eu acho que esse assunto é muito importante. Hoje Santa Catarina se ressentida da logística portuária, pois temos já o problema da BR-101, cuja duplicação está um pouco lenta. Temos as vias portuárias de Navegantes e Itajaí. Em Navegantes, através de um convênio com o governo do estado, o município e a própria Portonave, que é a concessionária do porto de Navegantes, uma vez que ele é privado; em Itajaí, em convênio com o governo federal, uma vez que é público e hoje está sob administração da prefeitura do município.

Então, é muito importante nós, parlamentares, termos essa preocupação com o desenvolvimento, principalmente com a exportação. Agora, a partir de julho vamos iniciar a exportação de carne suína. Hoje estamos com a exportação também de aves. Assim, é muito importante que o porto de São Francisco do Sul - e está em vias de ser duplicada também a rodovia federal que vai de Jaraguá do Sul até o porto de São Francisco do Sul - tenha condições de competir com os portos internacionais, porque hoje a diferença é muito grande em termos de custos em portos nacionais e internacionais.

Portanto, parabéns pelo seu pronunciamento e vamos continuar lutando, nós, que somos da região, para que os nossos portos sejam competitivos e tenham condições de exportar dentro de prazos, que, pelo menos, compitam com os dos portos internacionais.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Inclusive, deputado Adherbal Deba Cabral, o presidente da Fiesc, Alcantaro Corrêa, na última viagem aos países asiáticos, visitou portos com mais de 350 berços de atracação de navios, com mais de 300 ou 400 guindastes para carga e descarga de contêineres.

Então, v.exa. pode imaginar o quanto precisamos aumentar a capacidade dos nossos portos, principalmente dos portos de Itajaí e Navegantes, que aumentaram muito nos últimos anos graças ao trabalho do prefeito Jandir Bellini, na sua primeira gestão, e do ex-prefeito Volnei Morastoni. Quando v.exa. foi prefeito conseguiu, com sua participação, levar o porto de Navegantes à Portonave. E tenha certeza de que isso é um grande instrumento, pois além de melhorar a capacidade de Santa Catarina exportar e importar, será também um grande instrumento de equalização social para Navegantes, que tão bem v.exa. conhece.

Navegantes, de certa maneira, foi, talvez, uma cidade dormitório de Itajaí e dentro dos nossos princípios de divisão da renda do estado e do país, certamente foi marginalizada

por muito tempo. Agora, com a Portonave, tenho a certeza de que aportarão em Navegantes não só as cargas e as descargas, mas, principalmente, atrairá o equilíbrio social para levar ao seu povo aquilo de que é merecedor.

Assim, temos que melhorar a logística portuária, desde o canal, até os entrepostos, o transporte, a questão tributária, enfim, toda a legislação, para dar mais agilidade com o objetivo de ganhar tempo e, principalmente, preço.

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - V.Exa. nos concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Deputado, com referência à logística portuária, é muito importante salientar que hoje temos o projeto do ramal ferroviário, que deve ligar o sul e o oeste do estado com a região do vale do Itajaí e com a região de São Francisco do Sul e Itapoá. Então, é muito importante que esse projeto também caminhe, e a Fiesc, através do seu presidente, também tem-se empenhado, além das associações de municípios.

É muito importante quando v.exa. fala dos portos internacionais. Eu, que tive a oportunidade de visitar muitos portos, como o de Cingapura e Roterdã, sei que temos que trabalhar muito para chegar perto da sua competitividade.

O nosso canal, com o qual v.exa. está preocupado, deve ficar pronto esta semana. Nós devemos também, via governos federal e estadual e portos de Navegantes e Itajaí, manter uma draga durante 365 dias fazendo a retirada de todos aqueles problemas que temos no canal.

É muito importante a nossa preocupação e vamos trabalhar para conseguir pelo menos competir com os portos internacionais.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado pela sua participação. Quero convidá-lo também para fazer parte do Fórum Permanente da Logística Portuária. Tenho certeza de que v.exa. dará uma grande contribuição para melhorarmos o serviço portuário.

Por fim, sr. presidente, quero agradecer a presença do vereador Ademar Bertan, do município de Morro da Fumaça, do PSDB, que nos tem auxiliado nos trabalhos no sul do estado.

Gostaria de agradecer a presença do prefeito do município de Atalanta e convidar os nobres pares desta Casa e a comunidade catarinense para que, neste fim semana, marquem presença em Atalanta, na festa daquele município.

Agradeço também a presença do prefeito de São Joaquim...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e sr. deputados, nós nos inscrevemos também no horário de Explicação Pessoal para continuar o assunto que iniciamos, que foi tão debatido nesta manhã e que é de uma responsabilidade muito grande.

Eu fiz uma afirmativa, no horário do partido, de que deveríamos usar a Epagri, que é o órgão técnico do governo, para fazer o levantamento de propriedade por propriedade e para fazer a avaliação dos procedimentos que devem ser tomados para preservar o meio

ambiente. Essa é a obrigação da empresa de pesquisa, a Epagri, e ela já tem pessoal preparado. Se falta pessoal, o governo que elimine um pouco daqueles que estão nas secretarias de Desenvolvimento Regional e que não fazem nada e contrate técnicos ambientalistas, técnicos engenheiros, para que façam essa análise. Daí eu tenho certeza de que o governo terá gente.

Tanto é que, folheando o jornal *A Notícia*, eu me deparei com uma matéria intitulada "O Código Ambiental", de Luiz Gustavo Assad Rupp, advogado, mestre em Ciências Jurídicas, professor e coordenador do Centro de Direitos Humanos de Joinville. Nas entrelinhas ele diz o seguinte:

(Passa a ler)

"[...]Quem legisla em matéria ambiental deve unir esforços com todos aqueles que estudam o ambiente para disciplinar o que, como é e de que forma deve ser preservado.[...]"[sic]

Srs. deputados, justamente o que eu defendo, e tenho defendido sempre, é que essa regra, uma para todo o país, está errada. E para o estado também eu não concordo que sejam tantos metros para cá e tantos metros para lá. Cada propriedade tem a sua característica: tipo de solo, tipo de vegetação. O que nós precisamos é aplicar a técnica.

Se este país, se o homem vai à Lua, será que não há alguém que possa criar uma metodologia para minimizar a situação ao longo dos rios e tecnicamente aplicá-la? É o fim da picada! Como é fácil plantarmos capim-elefante, que é uma erva daninha, até se pode dizer, porque é invasora, mas é de excelente proteção. E não é só plantar nas barrancas das estradas para segurar os aterros. O capim-elefante é uma vegetação que se adapta em qualquer situação em nosso estado. A ervacideira, da mesma forma, com raiz profunda e com uma densidade muito grande, retém a terra e as águas que podem carregar detritos e defensivos agrícolas ao longo dos rios.

Agora, é claro que também não podemos aceitar, deputado Professor Grandó, que se seque banhado. Banhado não se seca, cerca-se se o gado estiver atolando e se for um banhado que surgiu nos nossos córregos, nos nossos rios. Também não vou concordar nunca que se desmatem as nascentes. Tem que haver a consciência da preservação destas áreas, tanto o banhado como a nascente. Mas ao longo dos rios não pode haver uma regra geral fixando em 5m, 10m ou 20m, tem que ser de acordo com a topografia do terreno. Nós fazemos a defesa dos nossos córregos, com mais investimentos e com menos investimentos, mas sempre usando a própria natureza.

Por isso, eu volto a insistir nessa tese. E aqui quero cumprimentar Luiz Gustavo Assad Rupp pela matéria de hoje, no jornal *A Notícia*.

Claro que as coisas divergem, nós temos que ser consciente daquilo que é realidade. Nós não podemos querer convencer a comunidade catarinense toda de que eu tenho a razão. A razão quem tem é a natureza e o sistema técnico de proteção. Há muitas maneiras de trabalhar em benefício do nosso meio ambiente. E quanto aos rios urbanos, que recebem todo o tipo de dejetos humanos, será que não podemos preocupar-nos um pouquinho com eles?

Todos nós, ministro, governador, presidente da República, precisamos preocupar-nos com a saúde dos rios e dos córregos, com a saúde dos mananciais de água que estão sendo maltratados em todos os perímetros urbanos.

Lá no interior, deputado Décio Góes, eu noto que o pequeno produtor faz das tripas

coração para não deixar dejetos suínos, bovinos e de aves atingirem, alcançarem os rios. No perímetro urbano dá nojo! O termo que estou usando é para causar impacto, ou seja, para que aqueles que nos assistem entendam. Dá nojo, muitas vezes, olharmos para a péssima qualidade da água dos nossos rios, porque não há tratamento de esgoto neste estado. O tratamento dos dejetos humanos no estado não chega a 14%, não chega nem a 10%, deputado Pedro Uczai! Vai tudo para os rios, mas ninguém vê. Procuram até esconder quando sabem da gravidade do problema.

E a comunidade catarinense toma essa água na cidade. Não, tudo bem, ela é tratada pela Casan, alguns podem dizer. Nós sabemos que é tratada. Quanto é que custa o tratamento dessa água? Quanto é que custa retirar as impurezas e as imundícies que estão sendo transportadas até a estação de tratamento?

Então, não adianta, minha gente! Nós não podemos tapar o sol com a peneira. Precisamos ser conscientes, como homens públicos, e fazer com que não só o Parlamento, mas o Executivo estadual e federal entendam que temos que discutir tecnicamente essa problemática que está assolando Santa Catarina, o Brasil e o mundo todo.

Agora, enfrentamos a situação dos catadores de papel, de garrafas pet - chamados catadores porque o produto não tem valor. Os que reciclam estão sem capacidade de competição porque o imposto é muito caro. Não há mais interesse em reciclar. Tudo isso para onde vai? Na hora em que os catadores pararem de juntar latinhas, latas, plásticos, vidros, garrafas pet, irá tudo para os rios. A nossa gente não está ainda sensibilizada, preparada para guardar, porque depois alguém vai levar. Mesmo que guarde lá no fundo do lote, não jogue isso no córrego, na valeta, na rua, porque vai tudo para o rio. Isso é importante para o meio ambiente!

Não basta simplesmente proibir o corte - se bem que ninguém está cortando -, o que nós queremos é que as propriedades consolidadas se mantenham como estão e, é claro, preservem cada vez mais.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Não existe melhor agente ambiental neste país do que os catadores, eles são os verdadeiros agentes ambientais deste país. E não estão trabalhando por dinheiro, porque o que ganham é uma miséria. Por isso, há crise! Porque não são valorizados. Mas com certeza absoluta, na hora em que melhorarem as coisas, nós vamos ver o que v.exa está dizendo, que as cidades vão estar mais limpas, o meio ambiente vai estar melhor e tudo mais!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Nós vamos voltar a esse assunto, que é muito importante, muito interessante e de grande responsabilidade. E você, catarinense, também é responsável pelo meio ambiente. Faça a sua parte!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Reno Caramori.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado Jailson Lima, deputado Décio Góes e srs. parlamentares, estou muito tranquilo e muito à vontade aqui para dizer que não esperava de um deputado da Oposição, o

deputado Marcos Vieira, o discurso feito desta tribuna, nesta manhã. Não esperava por várias razões.

Começarei pelas manchetes de jornal trazidas por ele: "Governo federal apoia em R\$ 10 bilhões o agronegócio". Essa era a primeira manchete. Segunda manchete: "Governo federal amplia para municípios de menos de 100 mil habitantes e 50 mil habitantes a construção de casas."

Um milhão de casas foram anunciadas e o deputado Marcos Vieira critica o governo federal por esses anúncios, dizendo que o governo ampliou porque sofreu pressão. Mas que legítima pressão! E parabéns ao governo, porque o que Fernando Henrique fazia com os prefeitos era por cachorros para que eles corresse de Brasília. Nunca mais esqueço o pronunciamento do Ivan Ranzolin, da base do governo, feito desta tribuna, quando voltou de Brasília indignado, porque haviam tocado os cachorros nos prefeitos, nos deputados e nas lideranças políticas, pois nunca um ministro, nunca o presidente Fernando Henrique Cardoso, em oito anos, recebeu os prefeitos.

Deputado Jailson Lima, quero dizer para v.exa. - e ontem os membros da Caixa Econômica Federal afirmaram isto - que há problemas com relação aos recursos que estão indo para os municípios, porque os municípios não estavam preparados para receber emendas parlamentares nesse volume. Isso é sincero e verdadeiro, porque antes era uma emenda a cada três ou quatro anos, quando era liberado, porque para alguns não era liberado. Agora, cada deputado federal de Santa Catarina poderia vir aqui, nesta tribuna, se tivesse oportunidade, e anunciar quantas emendas parlamentares estão indo aos municípios. Qual é o problema que está acontecendo, deputado José Natal? É que os municípios não têm assessoria técnica para elaborar, em tempo hábil, os projetos, de tanto recurso que está sendo aprovado. Só dos deputados federais são mais de R\$ 100 milhões por ano para Santa Catarina. Mais de R\$ 100 milhões!

Bem-vindos os R\$ 10 bilhões ao agronegócio do governo Lula. E o deputado Marcos Vieira critica. Bem-vindo esse um milhão de casas. São 400 mil casas para quem ganha até três salários mínimos, 400 mil casas para quem ganha de três a seis salários mínimos, e mais 200 mil casas para quem ganha de seis a dez salários mínimos. Que bom que ampliaram para os outros municípios. Mas, para alguns, a ampliação para os outros municípios é motivo de crítica. Um deputado da Oposição que faz esse tipo de pronunciamento anima-nos muito, deputado Décio Góes, para que percebamos o quanto o governo do presidente Lula está respondendo à crise.

Quando houve a crise da Ásia, o ex-presidente Fernando Henrique deixou quebrar o país. Em 2009, desvalorizou o real? Não, foi o mercado que desvalorizou o real no país, passando para mais de R\$ 3,00 o valor de um dólar.

Por isso, eu não posso calar-me diante da fala do deputado Marcos Vieira, incitada e com a colaboração do deputado Ismael dos Santos ao se pronunciar sobre os recursos em Blumenau. Os nobres pares precisam de seriedade, precisam ter informações para falar. O prefeito pode ter recebido R\$ 9 milhões, mas a Caixa Econômica Federal, sem o apoio da prefeitura, sem o apoio do prefeito, distribuiu milhões de reais. Cinco mil, seis mil, até sete mil pessoas, em Blumenau, foram atendidas na Vila Germânica, recebendo os recursos do FGTS. Recurso direto para a população atingida! Não é

recurso público? Não é recurso do governo federal por decisão política? Ou o prefeito quer dinheiro direto para si? Para quê?

Srs. deputados, catarinenses, todos os compromissos que o governo federal assumiu está cumprindo. Há algumas dificuldades burocráticas, é verdade. O próprio presidente Lula, quando esteve em Santa Catarina, reconheceu o problema da burocracia. Mas dizer que não vieram recursos para o porto de Itajaí?! Dizer que não foram destinados recursos para habitação?! Dizer que não foram liberados recursos do FGTS? Isso tudo além dos recursos que estão sendo destinados para as prefeituras!

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu só quero terminar esse raciocínio e depois dou o aparte para v.exa. Desculpe, é que eu acabei construindo um raciocínio.

Mas quero dizer, deputado Jailson Lima, que essas críticas são bem-vindas. Deputado José Natal, é para essa direção que o Brasil está caminhando e a Oposição está com dificuldade.

O colunista Marcelo Cunha, do Terra Magazine, escreveu um texto, e vou ler aqui só uma parte:

(Passa a ler.)

"É dura a vida de colunista e escritor. Não adianta eu falar, insistir, berrar aqui nesse espaço ou onde mais me deixarem à solta. Tem que vir o Obama pra dizer em alto e bom inglês que o Lula é o cara, Lula *is the man* e aí, sim, a imprensa repete aos milhões, o Fernando Henrique tem um choque anafilático de tanta inveja e todo mundo cai na real.

Isso não significa que não tenha críticas ao Lula ou ao Partido [...]"

E aí ele continua.

"Vivemos em um mundo real, com defeitos reais, conseqüências infelizes da nossa humanidade. Compreender esse mundo e governar para ele, tentando ao mesmo tempo torná-lo melhor, com direito a alguma quantidade de sonho, é o que diferencia um político competente de um estadista. E Lula é um estadista, o maior que já tivemos.

Eu acho que boa parte desse preconceito contra o Lula é preconceito mesmo, do ruim. Olhem o que eu ouvi ontem mesmo de uma moradora de um bairro nobre daqui. Ela explicou que não torce para o Corinthians, porque afinal 'tenho todos os meus dentes e conheço o meu pai'. Uffff.

Lula, por exemplo, que mal conheceu o pai, na infância, e não sei quanto aos dentes, mas sei quanto aos dedos, torce para o Corinthians. E eleger o Lula foi um momento sublime para os brasileiros porque ele representou a nossa aceitação de nós mesmos por nós mesmos, condição essencial para uma nação ser algo maior do que um mero país. Eleito, Lula nos libertou e o Brasil deu o salto que todos vivem, mesmo que não queiram ver. Na América Latina, e eu leio a imprensa dos nossos vizinhos, Lula é idolatrado como um grande líder nacional, que ama seu povo e se dedica a defender os seus interesses, ao mesmo tempo em que tenta sinceramente ajudar a integrar os que nos rodeiam.

Somos admirados por que passamos a nos levar a sério e deixamos de puxar o saco do primeiro mundo, como fazia o nosso pomposo FHC. Barramos espanhóis (inocentes, claro) na fronteira exigindo tratamento decente aos nossos viajantes que entram na Europa. Lula não tem medo de ninguém e exige estar no G-20, mas junto com o G-8, ou onde quer que se decida alguma coisa. Lula ajudou

Chávez a sobreviver e hoje o enche de elogios, enquanto sabota seus piores planos e ajuda o Brasil a vender e ganhar muito com a Venezuela. Garantiu o empate na quase guerra de araque entre Colômbia e Equador, fazendo o Brasil atuar como o líder que tem que ser.

Lula abriu agências da Embrapa em países africanos, onde nossa biotecnologia tropical vai ajudar a combater a fome e criar uma agricultura moderna."[sic]

E em todo o texto o jornalista vai falando do seu orgulho, apesar das críticas que faz ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

É disso que o PSDB e o DEM, ex-PFL, critica-nos neste país! Receber crítica, desta tribuna, de que o governo Lula está apoiando nossos municípios; receber crítica de que o governo do presidente Lula está investindo R\$ 10 bilhões no setor produtivo, que está em crise; receber crítica de que o governo do presidente Lula vai construir um milhão de casas, ampliando agora o programa para todos os municípios, dando direito aos trabalhadores de terem a sua própria casa, isso chega a ser elogio da Oposição!

Sr. presidente, a isso se chama uma nação, um Brasil para todos os brasileiros. E orgulhamo-nos de ser do Partido dos Trabalhadores, orgulhamo-nos de ter Lula como presidente do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Com justiça e com muita alegria, quero registrar a presença, neste plenário, do meu amigo, suplente de vereador, que já foi vereador ao meu lado no município de São José, o sr. Altevir Schmitz, o amigo da comunidade, como é conhecido em São José, que agora, numa parada brava, contra tudo e contra todos, não quer que seja construído o cadeião na cidade. Ele está lutando, é um guerreiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Seja bem-vindo, vereador. Este país precisa mais escolas do que de cadeias.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Ontem conversei com o deputado Ronaldo Benedet, secretário de Segurança Pública do estado de Santa Catarina, no sentido de solicitar agilidade na apuração dos quatro incêndios seguidos que ocorreram no Hospital Infantil Santa Catarina. Foram incêndios aparentemente criminosos, acontecidos depois que o prefeito anunciou a privatização dos serviços, a concessão ou uma parceria público-privada para se livrar do hospital pelo fato dele presumivelmente dar R\$ 300 mil de prejuízo.

Então, houve esses incêndios no hospital, sem contar o incêndio ocorrido, também em janeiro, no Centro de Educação Infantil Professor Lapagesse. A cidade está muito temerosa com o número de incêndios que têm ocorrido.

O deputado secretário de estado da Segurança Pública já está consciente da gravidade dessa situação na cidade, cuja população está preocupadíssima com o número de incêndios em prédios públicos. O secretário concordou em agilizar as investigações para que a população volte a ter tranquilidade. E se houver alguém por trás disso, que realmente seja punido severamente.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente registro a presença do vice-prefeito do município de Monte Castelo, do Partido dos Trabalhadores, sr. Alcides Malikoski, que hoje visita esse Parlamento e é meu particular amigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Companheiro Alcides, hoje foi registrada a sua presença três vezes, logo, é o vice-prefeito com mais registros de presença na história da Assembléia Legislativa.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, rapidamente, com a compreensão do deputado Professor Grandó, como falei sobre o ministro Geddel Vieira Lima, quero passar a informação correta.

Diz a primeira matéria:

(Passa a ler.)

"Ao relento

O ministro da Integração Geddel deixou em Santa Catarina diversas pessoas ao relento na época das enchentes porque a burocracia não o deixou liberar os recursos para o estado."

A outra matéria diz:

"O sono profundo

Outra operação montada pela equipe de Geddel, entretanto, foi concluída a toque de caixa. Mesmo sem teto, os desabrigados em Santa Catarina dispõem de 200 mil colchões e 200 mil travesseiros. Nesse caso a emergência serviu de argumento para a dispensa da licitação. O negócio de R\$ 40 milhões foi fechado com um fornecedor pessoa física de Brasília. E quando o sol surgiu em Santa Catarina, as pessoas voltaram à vida e a burocracia do dinheiro" - e tudo isso foi colocado pelo meu líder Marcos Vieira e pelos deputados da região - "continua emperrando, sim."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Baiano trabalha muito e precisa de colchão para dormir, deputado José Natal.

Com a palavra o sr. deputado Professor Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, nós queremos anunciar a presença da presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vereadora Luzia Ferreira. Ela estará no Auditório Antonieta de Barros, às 16h, lançando o projeto Pé na Estrada, do PPS.

O que é o Pé na Estrada como projeto do PPS? É uma iniciativa ousada para as eleições já de 2010. O projeto visa a melhorar o desempenho eleitoral do partido por meio de um trabalho específico nos 164 municípios brasileiros com mais de 100 mil eleitores, que representam 46% do eleitorado nacional. Essas localidades terão prioridade e nas suas campanhas eleitorais o diretório nacional e os diretórios estaduais trabalharão juntos, levando para o restante dos 66% dos eleitores de cada estado esse projeto, viabilizando-o também nos municípios menores.

Portanto, é uma iniciativa do PPS de ir em busca do eleitor, colocando seus projetos e suas idéias. Nos dias 7, 8 e 9 de agosto, na cidade do Rio de Janeiro, teremos o 16º Congresso Nacional do PPS, cujo título por si só já diz muito sobre o momento que estamos vivendo: 'Sem Mudança não há Esperança'.

Daí a necessidade de avançarmos ainda mais, diante do momento de crise, diante do momento político que estamos

vivenciando. Notem bem o título do 16º Congresso do PPS que será realizado nos dias 7, 8 e 9 de agosto: 'Sem Mudança não há Esperança'.

Falando sobre congresso, tradicionalmente os nossos congressos são momentos privilegiados para cada militante. Discutem-se questões que envolvem o fazer político, seja no plano internacional ou nacional, assim como aspectos orgânicos da atividade partidária. Há participação com direito a voz e voto a todos aqueles que no Brasil e no exterior estejam empenhados na busca das transformações que, a seu ver, possam assegurar nos marcos da democracia um futuro melhor para a humanidade.

Nós estamos resgatando a esperança, principalmente com os jovens que necessitam da participação política. Nesse sentido, depois de realizarmos este ano o 16º Congresso do PPS que antecede o pleito de 2010, teremos o compromisso de construir uma coesão de um novo bloco político, democrático e reformista capaz de ganhar as eleições e governar a partir de 2011. Propomos também discutir e reformular o nosso estatuto e modernizá-lo conforme os novos tempos.

Portanto, o partido passa por um processo interno e passa também pela discussão de um novo bloco político para as disputas eleitorais de 2010 e após 2010 começar a governar em 2011 com toda a tranquilidade, porque 'Sem Mudança não há Esperança'. Nós fazemos política de forma propositiva, de contribuição e sabemos quanto importante é a participação de todos. É um partido que se moderniza e está na luta.

Sr. presidente, o deputado federal de Santa Catarina e líder do PPS em nível nacional, Fernando Coruja, levantou uma questão que nos preocupa também. Refiro-me à Medida Provisória n. 425, que tem uma emenda do deputado José Guimarães, do PT do Ceará, que permite a dispensa de licença ambiental prévia quando da execução de obras viárias federais.

Notem, srs. deputados, que aquilo que combatemos e que tanto se discutiu aqui, o deputado do PT propõe através dessa emenda, dispensando o licenciamento ambiental.

O presidente Lula sabe da burocracia, das dificuldades para se obter o licenciamento; nós aqui também sabemos, basta lembrar a questão da rede elétrica que passa de forma submersa em nosso oceano em direção à ilha, cujo licenciamento ambiental atrasou praticamente três anos a obra. Agora, o presidente que assumisse isso e enviasse a MP com essa redação e não fazer com que, como alerta o nosso líder Fernando Coruja, um deputado que todos conhecem, que é lá do Ceará, José Guimarães - o mesmo cujo assessor foi preso em um aeroporto brasileiro portando US\$ 200 mil, dizendo que era dinheiro decorrente de vendas em uma feira - apresentasse uma emenda que contempla o que ele quer.

Então, nós estranhamos essa emenda. É uma grande discussão que está ocorrendo no Senado, e o nosso posicionamento, que é bastante claro, é contra essa emenda, pois sabemos que temos que reforçar os órgãos ambientais, melhorar as condições de trabalho, para que possamos atender a demanda, já que essa é a função do serviço público. Como sempre digo, governar é estabelecer prioridades e a infra-estrutura é uma das grandes prioridades. Portanto, devemos fazer com que os órgãos públicos, tanto em nível municipal, com a descentralização, que pode licenciar atividades

de pequeno impacto, quanto em nível estadual, que licencia atividades de grande impacto, e em nível federal.

Mas quero dizer que a emenda desse parlamentar deve ser derrotada na Câmara Federal para não ser inserida no contexto do meio ambiente nacional. Essa, sr. presidente e companheiros deputados, é a nossa realidade, é a luta do PPS.

Para terminar, quero dizer a todos que o dia 21 de abril, já que esta é a nossa última sessão antes do feriado, simboliza Tiradentes na sua luta; simboliza Tancredo Neves; simboliza o aperfeiçoamento da democracia e da participação popular, que com muito custo vem sendo aprimorada, pois sempre há esperança e alternativa através da organização partidária.

O nosso partido não é o maior partido do país, mas procura contribuir com as suas idéias, com o seu avanço e com a sua coerência na trajetória dos seus militantes, dos seus parlamentares, dos seus representantes, e tem como presidente nacional Roberto Freire, do qual todos conhecem a história e a firmeza; tem como presidente estadual o nosso companheiro Fernando Coruja, que quer fazer para as eleições de 2010 essa mudança, a fim de resgatar a esperança de um novo bloco de coesão partidária, para que haja alternativa de poder e para que o país possa avançar ainda mais no bem, para atender a população, que é tão carente e tão necessitada, para que o Brasil retome os seus caminhos, que são meritórios, pelo que já foi construído, pelas riquezas que possui e por este belo povo, pela sua tradição e pelo seu trabalho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu só queria registrar a presença, hoje, nesta Casa, de lideranças de Bom Retiro, o ex-vereador Vicente, o Orni, o Luiz Carlos e a Márcia, que nos estão visitando e acompanhando a sessão na Casa do Povo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo inscrito, deputado Joares Ponticelli, voz vibrante do PP, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Quero cumprimentar v.ex.a., presidente, quero cumprimentar os srs. deputados, os catarinenses que nos acompanham através da TV Assembléia, da Rádio AleSC Digital e aqueles que também comparecem à nossa sessão no dia de hoje.

Sr. presidente, eu continuo na expectativa de uma manifestação dos nossos deputados federais, dos senadores de Santa Catarina, do Fórum Parlamentar Catarinense, no que diz respeito ao assunto que levantamos aqui, na semana passada, deputado Peninha, sobre a injustiça tributária que se pratica contra o assalariado neste país com relação ao Imposto de Renda.

Eu tenho dito sempre que não há ninguém tão penalizado, deputado Adherbal Deba Cabral, quanto o assalariado. Ele é o único que não tem como diminuir a carga tributária! Sonegar, então, a possibilidade é zero porque a retenção do imposto já é feita na própria fonte, no próprio contracheque.

E aí, ao se fixar em R\$ 2.520,00 o limite para dedução com despesas de educação, está sendo praticada uma injustiça, pois esse valor não paga nem o custo da mensalidade somente de um filho. Se esse

filho estiver na universidade e dependendo do curso, R\$ 2.520,00 pode ser o custo de um mês de mensalidade. Num curso da área da saúde, por exemplo, Odontologia, Medicina, o custo mensal não é menos que isso. Mesmo que esse filho, um só, esteja no colegial cumprindo o ensino fundamental, o custo anual já vai ser superior a R\$ 2.520,00.

Então, o que nós pretendemos? Que seja banido o limite de dedução com despesas de mensalidade e matrícula, ou seja, que tudo que for investido com educação dos filhos possa ser deduzido no Imposto de Renda. E que, além disso, possam ser incluídas as despesas com aquisição de material didático-pedagógico, porque esse material é um componente das despesas com a educação.

Isso é justiça tributária. Nós conhecemos a situação de pais que têm gastos de R\$ 10 mil, R\$ 12 mil, R\$ 20 mil por ano com educação, só conseguem deduzir R\$ 2.520,00 e ainda não podem incluir as despesas com material didático-pedagógico. Liminares, então, já começam a pipocar em várias instâncias da Justiça deste país, permitindo a inclusão de todas as despesas com educação durante o ano.

Além dessa questão da educação, é preciso que no Imposto de Renda possam ser deduzidas também as despesas com medicamentos. Ora, se é possível a dedução sem limites das despesas com consultas, com exames médicos, odontológicos e até com internação, não é possível que não se possam deduzir as despesas com medicamentos! Como faz, então, a pessoa? Depois do diagnóstico da doença, deputado Jailson Lima, a pessoa não pode deduzir os gastos com os medicamentos para curar essa doença?! O princípio do Imposto de Renda é o leão tomar para si uma parte do lucro, mas despesas com medicamentos não é lucro! Esse dinheiro é despendido para a recuperação da saúde do contribuinte.

Portanto, nós esperamos que o Congresso debata essa questão, para que se corrija essa injustiça e que possam ser incluídas as despesas com material didático-pedagógico, abolido o limite de dedução na educação e também sejam incluídas as despesas com medicamentos para dedução no Imposto de Renda.

Vou voltar a esse assunto com muita frequência até que haja, por parte, pelo menos, dos nossos representantes em Brasília, uma manifestação acerca dessa matéria.

Outro assunto que quero abordar, deputado Jailson Lima, e repercutir hoje é a matéria publicada na *Folha de S.Paulo*, amplamente divulgada na grande mídia nacional, no dia de ontem, com respeito à conclusão da CPI das Seguradoras pela Assembléia Legislativa de São Paulo.

Aquela Assembléia criou uma CPI para investigar as irregularidades patrocinadas pelas seguradoras. É a conclusão vem ao encontro, e eu fiquei muito satisfeito com isso, do projeto de lei que apresentei nesta Casa, deputado Jailson Lima, no dia 7 de abril. Nesse dia, deputado Peninha, eu propus e foi lido em plenário um projeto de lei muito curto, muito objetivo, mas com grande efeito, que tem o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"Art. 1º - Ficam as empresas seguradoras de veículos estabelecidas no estado de Santa Catarina obrigadas a informar ao Departamento Estadual de Trânsito, o Detran, os sinistros que acarretaram perda total do veículo, devendo para tanto ser procedida à competente anotação no prontuário do mesmo, sob pena, em assim não procedendo, de estarem sujeitas à multa.

Art. 2º - A multa referida no artigo anterior será aplicada no valor de R\$ 5 mil por veículo sinistrado.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação."

O que nós pretendemos com isso? Obrigar as seguradoras a comunicar ao Detran sempre que houver um sinistro com perda total do veículo. Por que isso tem que acontecer? Porque a seguradora, muitas vezes, indeniza o proprietário do veículo, paga a perda total, paga o valor do veículo, mas fica com a carcaça, deputado Deba, com o chassi, e acaba revendendo essa carcaça para um ferro velho, para um desmanche. Eu próprio já fui vítima disso, como tantos outros.

No episódio de Tubaçu nós éramos 130 compradores de boa fé! Eu sei o quanto me incomodei e o desgaste político, explorado equivocadamente por alguns, inclusive, que tive com aquele episódio.

Na semana passada, recebi o telefonema de um cidadão da capital que me disse que o seu veículo, que foi sinistrado com perda total há mais de um ano, está circulando com outras peças, e a responsabilidade ainda é do proprietário anterior!

Então, a nossa proposta é simples, deputado Peninha: obrigar a seguradora a comunicar ao Detran quando ocorrer um acidente com perda total do veículo, para que seja dada baixa naquele chassi, naquele veículo, para que ele não possa mais rodar, não possa mais ser aproveitado por uma montadora qualquer, utilizando-se, de repente, de peças de veículos desmanchados, de veículos furtados. Se a seguradora comunicar ao Detran, ele terá que dar baixa e aquele veículo não existirá mais! Senão o ferro velho comprará a carcaça, que tem o chassi, e a partir dali poderá legalizar um veículo com peças que vêm não sei de onde.

Eu espero que esta Assembléia possa debater esse assunto rapidamente. Não há nenhuma implicância. Para quem trabalha de forma honesta, transparente, não há problema algum! Sinistrou, deu perda total do veículo, comunica ao Detran para dar baixa definitiva naquele documento, naquele veículo, naquela carcaça.

Ora, se o segurado recebeu a indenização pelo seguro que havia contratado, pela perda total do veículo, não pode a seguradora negociar essa carcaça! Não pode, deputado Peninha, porque vai parar num ferro velho ou num desmanche para alimentar essa indústria do crime!

Nós queremos, portanto, que a Assembléia se manifeste rapidamente, porque essa foi a conclusão à que a CPI de São Paulo chegou. Lá, depois de meses de investigação, eles decidiram que deveriam encaminhar um projeto de lei idêntico a esse que apresentamos já no dia 7 de abril, e eu espero que possamos aprová-lo rapidamente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Rogério Mendonça, Peninha, por até dez minutos, que na noite de ontem participou da sessão solene de entrega do título de Cidadão Catarinense a três figuras públicas do estado de Santa Catarina: senador Neuto De Conto, secretário Mauro Mariani e ex-governador Casildo Maldaner.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, nosso orgulho do alto vale e que novamente preside uma sessão nesta Casa, gostaria de saudar v.ex.a. e também os demais deputados aqui presentes, especialmente o deputado Adherbal Deba Cabral, do nosso vale

do Itajaí, Navegantes, que não está há muito tempo nesta Casa, mas que se tem destacado pelo seu trabalho em defesa da sua região. Até quero dizer ao deputado Adherbal Deba Cabral que tenho certeza de que s.exa. voltará a esta Casa, a partir de 2011, como deputado efetivo, titular.

Neste meu espaço gostaria de falar sobre alguns assuntos, deputado Jailson Lima, relativos à cidade de Rio do Sul, que ontem completou 68 anos.

O deputado Jailson Lima, este deputado, com o governador Luiz Henrique, o prefeito Milton Hobus e diversas lideranças daquele município participaram de solenidades em Rio do Sul, em comemoração ao seu aniversário. Participamos de uma solenidade em frente à prefeitura; participamos de diversas inaugurações.

O povo de Rio do Sul estava feliz, contente, pelo aniversário, deputado Adherbal Deba Cabral, e pelo que o governador Luiz Henrique, o governo do estado, tem levado àquele município. Inclusive, ontem o governador reiterou o seu carinho com Rio do Sul. E todos que usaram da palavra disseram que nunca na história do município um governador ajudou tanto Rio do Sul quanto Luiz Henrique da Silveira. Fico contente com isso, até porque sou deputado do alto vale, de Rio do Sul, e todas aquelas obras, aquelas conquistas, deputado Professor Grando, têm também a minha participação.

Nobres pares, eu gostaria de reverenciar Rio do Sul pelos seus 68 anos. E também quero, deputado Jailson Lima, parabenizar v.exa., pela sua participação, porque, mesmo v.exa. tendo feito oposição, na campanha, ao atual prefeito, jamais se negou a participar e a trabalhar por Rio do Sul, em todos os sentidos.

Estávamos todos lá. E o governador, em todos os momentos, levantou o meu braço, levantou o braço do deputado Jean Kuhlmann e também do deputado Jailson Lima, dizendo que as conquistas de Rio do Sul se devem a esses deputados. Mas devem-se também ao próprio governador Luiz Henrique da Silveira. Até porque quando o governador foi candidato, pela primeira vez, quem o apoiou foi o deputado Jailson Lima, que era o prefeito da cidade, à época. Nessa última eleição, o prefeito Milton Hobus, que está fazendo uma belíssima administração, também apoiou Luiz Henrique. E é importante ver que a rivalidade é deixada de lado em prol da nossa cidade, no caso, a capital do alto vale, Rio do Sul.

Eu gostaria também de falar aqui neste momento sobre a sessão solene que tivemos ontem, por minha proposição, quando foi entregue o título de Cidadão Catarinense a três ilustres homens públicos do nosso estado: o senador Neuto De Conto, que nasceu no Rio Grande do Sul; o ex-governador e ex-senador Casildo Maldaner, também nascido em solo gaúcho; e o atual deputado federal Mauro Mariani, que nasceu no Paraná. Os três têm uma vida pública muito extensa, muito bonita e de muito trabalho, mas ainda não eram catarinenses de direito como passaram a ser a partir de ontem.

Foi uma solenidade bonita, de muita emoção, e as pessoas que usaram a palavra falaram muito bem. O senador Neuto De Conto, em seu pronunciamento, de um conteúdo muito bonito, falou sobre sua

trajetória pela história de Santa Catarina e sobre o seu orgulho em receber aquela homenagem; o senador Casildo Maldaner, com aquela maneira descontraída de falar, brincalhão como sempre, falou com muito orgulho sobre seus tantos anos de vida pública; e o deputado Mauro Mariani, uma jovem promessa da política, aliás, não é promessa, porque s.exa. já tem vários mandatos, ainda subirá muitos degraus na política catarinense.

Além desses três atores principais, tivemos outras pessoas que utilizaram a tribuna, como, por exemplo, o ex-governador Paulo Afonso Vieira, que representou o PMDB. Inclusive, ontem, o PMDB estava em festa, tivemos a presença de lideranças de todo o estado e a Casa do Povo ficou lotada com muita gente vibrando. Tivemos também o deputado Jailson Lima na tribuna, que falou pela Oposição. S.Exa. fez um pronunciamento que foi muito elogiado. Já o deputado Manoel Mota falou pela bancada da Situação, enquanto o secretário Valdir Cobalchini falou em nome do governador.

Enfim, foi uma sessão solene muito bonita que esta Casa realizou. E tive o orgulho de ser o deputado proponente da homenagem a esses três, hoje, ilustres catarinenses.

Quero também falar aqui, deputado Jailson Lima, sobre a questão do Tribunal de Contas. Todos sabem que estou inscrito para a vaga de conselheiro do Tribunal de Contas. Hoje, inclusive, participei de uma sabatina, poderíamos assim dizer. Até quero parabenizar a comissão, composta pelos deputados Joares Ponticelli, Elizeu Mattos, Professor Grando, Décio Góes e Serafim Venzon, que fez, realmente, um ato muito bonito, ouvindo todos os inscritos.

Eu disse lá, naquele momento, que não concorrerei com o deputado Herneus de Nadal. O meu nome só está inscrito porque sei da pressão que s.exa. está sofrendo - logo ele, que foi o deputado mais votado da história de Santa Catarina - de lideranças da sua região e de todo o estado, eis que querem que continue nesta Casa. Mas acredito que ele vá, sim, disputar a vaga de conselheiro do Tribunal de Contas.

O meu nome só estará à disposição, ou seja, eu só concorrerei se o deputado Herneus de Nadal disser que abre mão da disputa. Portanto, quero deixar isto bem claro: o meu nome está à disposição, mas, em primeiro lugar, o meu respeito e o meu voto serão para o deputado Herneus de Nadal.

Gostaria também de aproveitar este momento, como sempre faço nas quintas-feiras, deputado Adherbal Deba Cabral, para falar um pouco da minha agenda do final de semana.

As pessoas dizem que deputado trabalha pouco, que só trabalha na Assembléia três dias, quatro dias e que depois vai descansar em casa. Mas os deputados trabalham no fim de semana, assim como os vereadores. Sabemos que o vereador trabalha sempre. Quando ele vai, aos domingos, lá no bar, tomar uma cerveja,

é porque está sendo cobrado; quando sai às ruas, também é cobrado. E assim também acontece com os deputados.

Hoje, quinta-feira, estarei em Tijucas, deputado Adherbal Deba Cabral; à tarde, em Canelinha; à noite, em Bombinhas, no aniversário de Mário Pera. Amanhã, sexta-feira, durante o dia estarei em Timbó e em Benedito Novo, e à noite, no município de Atalanta, na abertura da 1ª Ecofest, uma belíssima festa daquele município. Já no sábado estarei no município de Rio do Sul visitando lideranças, e ao meio-dia almoçarei com vereadores e com lideranças daquele município. No domingo estarei participando de diversos eventos no alto vale, em especial em Imbuia, na localidade de Campos das Flores. E convido v.exa., deputado Jailson Lima, para ir junto, eis que é uma grande e belíssima comunidade, onde tenho sempre marcado presença nas festas.

Na segunda-feira da semana que, sr. presidente, estarei, durante o dia, visitando diversos municípios, especialmente Rio do Oeste, onde vou almoçar numa reunião com as lideranças; à tarde estarei visitando a prefeitura de Laurentino e as lideranças daquele município. Na terça-feira, porque ninguém é de ferro, reservei para voltar a Florianópolis, pois é feriado, onde almoçarei com a minha família, que também cobra de vez quando a minha presença.

Então, vejam só que final de semana. O deputado vai descansar? Não, porque ele trabalha e muitas vezes muito mais do que durante a semana, aqui.

Um abraço a todos e um bom trabalho aos deputados nesse final de semana que se avizinha.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O deputado Peninha prestando conta do trabalho como sempre. Inclusive, sou testemunha viva do seu trabalho no alto vale e nos municípios por onde s.exa. tem andado.

De acordo com o art. 108 do Regimento Interno, a Presidência comunica que são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 30ª sessão ordinária, de 22/04/2009: discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0020/2009, de autoria do deputado Jailson Lima: discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0066/2009, de autoria do deputado Darci de Matos; discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0035/2008, de autoria da deputada Ana Paula Lima; discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0324/2008, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0357/2008, de autoria do deputado Gelson Merisio.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para quarta-feira, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

A T O S D A M E S A

A T O S D A M E S A D L

A T O D A M E S A N. 019-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONCEDE licença ao Senhor Deputado Edison Andrino, para ausentar-se do País, no período de 20 a 26 de abril do corrente ano, a fim de participar junto a Missão do Conselho Regional - Assembléia Legislativa de Valparaíso - Capital 5ª Região Administrativa.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 17 de abril de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

A T O D A M E S A N. 020-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Elizeu Mattos para ausentar-se do País, no período de 24 a 29 de abril do corrente ano, para tratar de assuntos inerentes a reunião da União Parlamentar do Mercosul - UPM, em Assunção/Paraguai e Santiago/Chile.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 17 de abril de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente
Deputado Valmir Comin - 3º Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

A U D I Ê N C I A P Ú B L I C A

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL, PARA DEBATER SOBRE A QUESTÃO DOS TERMOS DE AJUSTE DE CONDUTA NO SETOR PRODUTIVO DA MANDIOCA, REALIZADA NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 15H, NO MUNICÍPIO DE JAQUARUNA

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Walter Filho) - Senhoras e senhores, é com grata satisfação, carregada de emoção e preocupação com a situação dos produtores de mandioca de Jaguaruna e região, que a Assembléia Legislativa está aqui neste salão imbuída do mais firme e forte desejo de auxiliar cada um dos senhores, trocando idéias junto com todas as autoridades correlatas dessa preocupação com a produção da mandioca e o seu impacto no sistema ecológico.

Convidamos para compor a mesa dos trabalhos o presidente desta audiência, o deputado estadual Dirceu Dresch, da bancada do PT; o deputado estadual Décio Góes, da bancada do PT, e ex-prefeito de Criciúma; o senhor Silvío Tadeu de Menezes, representando o secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Antônio Ceron; o senhor João Paulo da Silva Teixeira, presidente da Associação das Indústrias Processadoras de Mandioca e Derivados do Estado de Santa Catarina (AIMSC); o senhor Enílto de Oliveira Neubert, coordenador do Projeto Mandioca, da Epagri; o senhor João da Silva, secretário municipal de Agricultura de Sangão; o senhor Valter Arino Vieira, representando o Sindicato Rural de Jaguaruna e Sangão; o senhor Eclair Coelho, gerente regional da Epagri de Araranguá, neste ato representando as demais gerências da Epagri do sul do Estado; o senhor Lorisvaldo Felisbino Constante, representando o Sistema Cresol, de Jaguaruna; e o senhor Adriano Margote, do Sintraf de Treze de Maio. (Palmas.)

Para conduzir os trabalhos desta audiência pública para tratar do Termo de Ajuste de Condução (TAC) da mandioca, convidamos o senhor deputado estadual Dirceu Dresch.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Boa-tarde a todos e a todas, mulheres e homens da nossa agricultura familiar e da agricultura em geral da região litoral sul.

Com muita satisfação quero agradecer a todos que atenderam o convite da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa.

Gostaria de comunicar a ausência do presidente da nossa Comissão, o deputado Moacir Sopelsa, que por problemas de saúde teve que permanecer em Florianópolis. Mas temos aqui o deputado estadual Décio Góes, que nos honra com a presença, a confirmação do deputado estadual Joares Ponticelli, que deve chegar daqui a pouco, e o deputado estadual Genésio Goulart, ficou de comparecer, possivelmente deve estar chegando daqui a pouco.

Nós tínhamos uma expectativa também da presença do Ministério Público. Recebemos hoje, pela manhã, uma carta do promotor de justiça do Ministério Público aqui de Jaguaruna, e também da Fatma comunicando que não estariam presentes hoje. O promotor de justiça efetivo de Jaguaruna está em férias e, portanto, não foi mandado ninguém daquele órgão. Com certeza todos vocês também tinham a expectativa de o Ministério estar aqui. Mas já quero de antemão garantir a todos que vamos continuar essa luta juntamente com o Ministério Público, vamos trabalhar enquanto Comissão de Agricultura para que as questões que levantarmos aqui hoje sejam todas encaminhadas.

O nosso objetivo hoje é ouvir em nome da Assembléia Legislativa do Estado e da Comissão de Agricultura e Política Rural, acompanhar e buscar soluções para os problemas aqui na produção da mandioca.

Nós buscamos números nos últimos dias nos inteirando sobre o assunto e, de fato, nos surpreende o grande número de agricultores envolvidos nessa atividade. São cerca de sessenta mil agricultores, principalmente familiares, e a maioria envolvida na produção da mandioca; cerca de quatrocentas empresas pequenas e maiores envolvidas nessa atividade e que geram uma renda extraordinária e o desenvolvimento para os municípios. Então jamais pode se pensar que essa atividade não deva continuar.

É nessa perspectiva que estamos aqui hoje querendo buscar juntamente com vocês soluções, encaminhamentos, para que a safra que vem aí seja de fato tranquila. Não queremos os agricultores preocupados, desanimados. Nós queremos buscar caminho, esse é o papel da Assembléia Legislativa, e acredito que isso também seja papel da Fatma e do Ministério Público de não excluírem, de não tirarem as pessoas do processo produtivo em que estão, mas sim dar condições para elas continuarem a sua atividade.

Então, queremos agradecer toda a equipe da Assembléia, através da rádio; da TV; do jornal; das nossas taquígrafas, que vão fazer o relatório, tudo o que vocês falarem vai estar no relatório, depois vamos passar para os demais deputados, vamos passar para a Secretaria da Agricultura, que o nosso secretário Ceron está aqui representando, e vamos dar todos os encaminhamentos possíveis desta audiência pública. Gostaria de agradecer a presença de vocês trazerem esse nosso grande compromisso.

Eu conheço e acompanho essa região aqui em torno de treze anos, catorze anos, sempre organizando e ajudando os agricultores, enquanto agricultor familiar que sou. E agora como deputado estadual e como dirigente sindical há muitos anos. Então, a gente quer de fato deixar esse grande compromisso aqui com vocês, e que durante esta tarde de hoje façamos bons encaminhamentos.

Queremos registrar algumas presenças: senhor Carlyll Menezes, professor da Unesc; doutor Airton Luiz Bortoluzzi, professor e pesquisador da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio; e os pesquisadores e professores que lideram os estudos técnicos nas suas instituições sobre as atividades.

Então, queremos aqui de imediato passar a palavra para o deputado estadual Décio Góes - antes de passá-la ao Enílto, que vai fazer a palestra aos nossos convidados aqui - para a sua saudação inicial.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DÉCIO GÓES (SC) - Quereria dar o meu boa-tarde a todos os presentes e saudar a mesa em nome do deputado Dirceu Dresch, que preside os trabalhos.

Gostaria de dizer que, como deputado do sul, não poderia deixar de estar presente acompanhando uma questão que incomoda a vida de grande parte da nossa comunidade. E nós precisamos encontrar o ponto de equilíbrio entre produzir e a questão ambiental.

Para isso que a Assembléia Legislativa está aqui, para se inteirar dessa questão. E como presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, estamos aqui para escutar e colocar o nosso mandato à disposição.

Quero deixar essa breve saudação a todos vocês e parabenizá-los pela mobilização que fizeram. Tem muitas pessoas, e estamos aqui para escutar e nos inteirarmos da questão que vocês têm para colocar.

Bom trabalho a todos e boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Com a palavra o senhor Enilto de Oliveira Neubert, coordenador do Projeto Mandioca, da Epagri, para fazer um breve relato sobre a situação.

O SR. ENILTO DE OLIVEIRA NEUBERT - Boa-tarde a todos e a todas. Cumprimento o deputado Dirceu Dresch, e por extensão os demais colegas da mesa.

Dentro do que me foi atribuído vou tentar fazer um relato situando os presentes da condição, ou um histórico, ou um quadro, ou uma síntese, do estágio em que estão essas conversações, essas negociações que tratam do licenciamento da atividade do processamento da mandioca no Estado.

Antes, porém, só registrando (assim que me consultaram sobre a questão da exposição) que a nossa compreensão, da Epagri, é que esse tipo de síntese, de histórico, talvez fosse mais adequada ser realizada pelo Ministério Público, que foi o grande articulador, o grande parceiro e o grande coordenador de todas essas discussões. Mas na impossibilidade dos colegas vamos tentar passar para vocês rapidamente uma síntese do estágio, do estado de arte desse debate. A intenção é utilizarmos vinte minutos a trinta minutos para tentarmos situar os presentes e criar alguns subsídios que possam enriquecer e ajudar no debate.

Sobre a audiência pública o próprio deputado ou a própria Associação das Indústrias pode trabalhar um pouco o histórico, porque foi quem articulou e trabalhou essa idéia. Eu vou me ater mais na questão do problema, da discussão aqui em si, em que estágio ela se encontra.

Antes de entrarmos no assunto do licenciamento ambiental, acho que é muito importante todos nós termos uma idéia clara sobre o que estamos falando, que é a cultura da mandioca em Santa Catarina.

(Procede-se à projeção de imagens.)

Eu acho importante entendermos um pouco do produto sobre o qual estamos tratando e o que vai implicar ou impactar aquilo que nós decidirmos ou encaminharmos.

Primeiro, essa cultura ainda hoje se faz presente em Santa Catarina praticamente em um terço das unidades familiares do Estado. Em 60 mil unidades você vai encontrar a mandioca ora como alimento de mesa (como aipim), ora como a mandioca que vai para indústria fazer a farinha, o polvilho, a fécula. Então, é uma cultura talvez das mais presentes em todo o Estado de Santa Catarina. São 32 mil hectares, e tem produzido em torno de 600 mil toneladas por ano. Isso é uma média de cinco anos. Santa Catarina é o décimo primeiro produtor nacional, mas certamente em qualidade é um dos primeiros ou o primeiro na qualidade do produto.

Aqui uma questão interessante sobre o que tratamos hoje, o objetivo desta audiência: são quatrocentas unidades de beneficiamento e processamento distribuídas em torno de sessenta municípios de Santa Catarina. Então, em sessenta municípios do Estado não temos lá só uma lavourinha de mandioca, mas temos um engenho de farinha, uma feccularia ou uma polvilheira - e óbvio que em alguns deles até mais que uma dessas unidades. É uma atividade que tem uma boa abrangência no Estado e uma alta capilaridade.

Temos oito mil empregos diretos - aqui foi uma contribuição de um setor do Incepa, uma metodologia que eles nos forneceram, aí chegamos nesse dado.

Pensando só em raízes, aqui um dado um pouco defasado, se vendêssemos toda a fécula, toda a farinha, todo o polvilho e todas as raízes produzidas, essa produção (ano base 2006), hoje talvez um pouquinho mais, estaria nessa faixa de R\$ 200 milhões e com um potencial de arrecadação de impostos de R\$ 10 milhões. Então, enquanto setor, ele tem um peso e tem ainda contribuído com o desenvolvimento do Estado. Se nos reportarmos um pouco à história nós vamos ver que boa parte dos municípios catarinenses é o que é hoje graças à mandioca, porque lá no início a atividade econômica era essa. Hoje a história é outra, mas lá (do que eram e de onde saíram) cresceram a partir da mandioca.

Aqui uma questão que muito nos preocupa. Acho que a mandioca, quando se fala nas outras culturas -, não querendo menosprezar nenhuma delas - é o mais brasileiro de todos os cultivos. E esse produto brasileiro tem uma importância muito grande em Santa Catarina. Como diz uma faixa aqui: "Santa Catarina é o berço da industrialização da mandioca no País", essa frase dá um seminário, para não dizer uma palestra.

Quando nós trabalhamos em cima desse setor e tomamos algumas atitudes que podem nos levar para um lado ou para outro, não estamos impactando somente na questão social e econômica, mas estamos talvez promovendo ou não a nossa cultura, a nossa história. E hoje não tenho dúvidas de que matando um setor desses, estamos matando uma parte de cada um de nós, porque a história e a nossa cultura fazem parte da gente, isso é uma identidade inclusive de Santa Catarina. É muito importante a gente se ater e trabalhar esse assunto com o maior cuidado possível.

A mandioca é uma cultura que, em função de ser muito rústica, nunca foi de interesse do grande agronegócio. Então ela

passou um pouco despercebida e a sociedade acabou sempre deixando à margem, e junto com ela ficaram aqueles que trabalhavam, ficaram os donos dos nossos engenhos, das nossas feccularias, do nosso agricultor. Por quê? Porque não se vende muito adubo para mandioca, não se vende muita ou nenhuma semente para mandioca. A rama é o agricultor mesmo que faz, isso foi deixando a cultura à margem. Isso é importante a gente ter em mente porque vai explicar um pouco do que nós vamos ver para frente.

Nesse quadro começam a surgir as cobranças ambientais do setor, e aí surge a questão do TAC, e isso chega até a Epagri. O termo tinha que se ajustar às questões ambientais, e a Epagri é muito clara nisso: realmente temos que nos ajustar, todos nós temos que dar a nossa contribuição e fazer o nosso esforço.

Então colocamos que sempre aparecem lá - e a gente visitou esses engenhos - dizendo: "Lá vem o cara da Fatma, do Ministério Público e não sei mais quem, lá vem encrenca". A gente trabalhou numa outra lógica com o setor. Na realidade, o Ministério Público tem sido um grande parceiro nessas questões ambientais, da mesma forma a Fatma, e o setor acabou reconhecendo isso e conseguimos estabelecer um diálogo interessante e evoluir nisso aí, não como adversários, mas como parceiros comprometidos com o mesmo propósito. Acho que tivemos uma evolução grande, e esse trabalho que vocês vão ver pela frente ocorreu até então nesse clima de parceria, e sempre sob a coordenação e muito importante atuação do Ministério Público.

Aqui temos os engenhos para vocês se situarem e verem onde estamos hoje. Mas de onde saem esses engenhos? O engenho vem da beira d'água (certamente vocês conhecem melhor essa história do que eu), a gente tem que ter essa compreensão do setor. Quando nasceu, essa atividade - claro que a história é um pouco mais longa - era assim: a água era utilizada para quê? Servia para o transporte, para a energia, para lavar as raízes, como insumo, para trabalhar dentro do engenho, e o rio também servia para levar o que sobrava embora. Era assim que a coisa funcionava. E esse engenho nasce, ele vem da beira d'água, tem uma tendência muito forte disso. Então é uma atividade que nasce nesse ambiente ou ela estava muito próxima desses ambientes. Então temos que entender isso para, na hora que nós quisermos dar esses passos, considerar essas questões que são a história dessa atividade.

O que aconteceu num momento seguinte? Isso foi evoluindo, o pessoal começou a ficar preocupado em não jogar aquele líquido todo para dentro do rio, começaram a fazer alguns buracos lá por perto, foram jogando isso para lá, mas ainda alguma coisa escorria e parava lá nos córregos. Também é uma situação que não é mais aceitável, obviamente. Se lá nos idos de 1950, 1960 ou 1970 isso era possível, hoje já não é mais.

Essa era uma das situações mais recentes que nós tínhamos aqui.

Claro que uma situação daquelas não era mais aceitável. Então, a sociedade, com esse novo olhar, com essas preocupações nas questões ambientais, vem e começa a criar toda uma pressão, toda uma cobrança, e os órgãos começam a se voltar, pois unidades começam a ser fechadas (*aponta para foto*), como engenhos, feccularias, outros começam a ser autuados, num claro recado da sociedade, digamos assim, que diz: olha, o setor precisa se adequar. E por que precisa se adequar? Qual é o problema?

Efluente. Sobre isso eu não vou entrar muito nas questões técnicas, e até tenho algumas lâminas mais técnicas, mas não vou explorar essa parte. Depois no debate, se for o caso, a gente pode voltar. Na verdade, vou procurar passar rapidamente um histórico dessa discussão.

A manipueira é aquela água que sai da raiz da mandioca. Ao processar a raiz, espreme, vai para a prensa ou então lava a massa, e aí sai uma água, a mais pura delas, que é a da prensa da farinha (engenho de farinha se chama manipueira, é a água da raiz). O que é esse suco? Na verdade, começou a se criar certo entendimento de que isso era o grande veneno. Qual é a diferença entre o veneno e o remédio? Às vezes é a dose. Então, tem problema, sim, mas ela é um suco natural, e isso é importante.

Água vegetal. Na realidade, isso é mais para feccularias e polvilheiras, quando se lava a massa, mistura essa água aqui (manipueira) com a água que é injetada no sistema, aí sai uma água um pouco mais fraca, mas também com certa carga orgânica, que se mal manejada vai criar problemas, sim. E ainda tem a água de lavagem da raiz.

Então, esse conjunto de águas é a grande preocupação da sociedade, e com razão. Essas são as águas que estão na pauta hoje da nossa conversa.

A composição desse líquido numa feccularia é muito rica. É um suco muito rico; como fertilizante então, tem essa função... Óbvio, não é um fertilizante equilibrado, tem coisas de mais, tem coisas de menos, como nutrientes... Mas aqui está (*aponta para a tabela*) a composição desse líquido.

Qual o problema citado aqui? Olha, esse tal cianeto é um veneno! Realmente, cianeto é letal, mas nós manejos, nós trabalhos,

vocês vão ver que não é como se falava, não é o grande problema. Mas aqui existia uma tensão muito grande e obviamente que também procedente em termos de cuidados, mas não com aquele impacto todo que se colocava. E a parte de carga orgânica? Ai sim, a carga orgânica desse líquido é muito forte e nós temos que ter bastante cuidado com esse tipo de produto.

O que existia para tratar esses líquidos? O que tem até então para tratar essas águas? Se essas águas têm problemas, se forem mal manejadas, qual a tecnologia para tratar isso? Olha, a única tecnologia que existe, comprovada com estudos, com trabalhos, é essa tecnologia aqui (*aponta para imagem*), sistemas de lagoas de sedimentação/estabilização. Mas é importante observar uma coisa: se formos fazer um projeto adequado, dentro desse sistema, tecnicamente bem feito, o que temos? A primeira ou a segunda lagoa já precisa ter uma profundidade entre 4 metros e 5 metros (se pudermos fazer com 5,5 metros, melhor, porque os bichinhos ali dentro precisam trabalhar na ausência de ar, então nós teríamos que criar essa condição). E vocês sabem que muitos dos nossos terrenos se cavamos 1,5 metro, 2 metros, já aparece água. Então como vamos adotar essa tecnologia? É uma tecnologia que não cabe para boa parte daqueles quatrocentos engenhos que temos lá, daquelas quatrocentas indústrias.

Bom, pode ainda ter um problema de área. Aqui, no mínimo umas três lagoas (*aponta para imagem*), mas nós temos casos em que são necessárias mais cinco, seis, sete lagoas. E aí, onde está essa área? Às vezes não se tem mais essa área disponível. Outra questão: nós temos engenhos de farinha que são pequenos, e isso tem um custo. O engenho terá condição de arcar com o custo dessa tecnologia?

Então, a gente começa a ver que, mesmo sendo a única tecnologia disponível, acaba não sendo acessível ou adequada para boa parte dos nossos engenhos, das nossas indústrias. Esse era um problema central, esse era um problema sério, pois nós tínhamos que tratar aquele líquido, tínhamos que dar um destino adequado, não podíamos aceitar a contaminação ambiental, mas de que forma fazer isso se a única tecnologia não nos possibilitava aplicar em todas as situações?!

E tem uma questão que hoje não está posta... Quer dizer, ela já está posta, mas não está sendo cobrada: mesmo quem adotar esse sistema vai ter que, logo, logo, começar a se preocupar com o metano, porque hoje está aí a discussão do aquecimento global e você sabe que a produção de metano é muito mais violenta em termos de aquecimento global do que o próprio CO₂. Essa é uma questão que está no sistema, então também não é uma tecnologia 100% ecologicamente correta, digamos assim. Ela vai exigir complementaridades mais adiante, mas isso era o que se tinha.

Então, se aquilo lá era o que se tinha, o que nós vínhamos fazendo em Santa Catarina antes desses estudos? Como estava Santa Catarina antes dos estudos? Porque quando começaram as cobranças, nós chegamos: "Bom, se a única tecnologia não é possível..." Mas como está Santa Catarina, o que vem se fazendo? Primeiro, já existia no setor uma orientação dos técnicos, da Cidasc, da Epagri. Então, boa parte já fazia esse trabalho de separação de casca e de massa. O que é isso quando se separa a casca e a massa? A gente está empobrecendo a carga orgânica desse líquido. E obviamente que faziam isso porque parte vai para a alimentação animal, já era um subproduto que tem uso lá dentro da propriedade, mas ajuda a criar, a diminuir os problemas que poderiam ter sido causados se tivessem sido colocados no meio ambiente.

Aqui o sistema, as indústrias, o que tinha que melhor (*aponta para foto*). Isso era, digamos assim, entre outras, um dos melhores projetos que nós tínhamos: aqui um decantador e aqui uma feculária. Passaria o decantador, empobrecia essa carga orgânica (é mais ou menos isso que faria) e iria para um sistema de lagoas - isso que vinha sendo licenciado, isso que é um projeto licenciado - e aqui, então, era realizado o tal tratamento. Quem fazia melhor, fazia isso; e quem não fazia melhor, era aquele que continuava escorrendo para algum lugar para o qual não deveria, não é? Mas essa era a situação mais ou menos que estava ou que está.

Isso aqui era o que vinha se recomendando (*mostra fotos*). Olhem aqui: nós precisávamos de uma lagoa de 4,5 metros, mas a lagoa que existia aqui tinha menos de 2 metros. Então, isso aqui não funciona! Isso aqui já não funcionava, mas era o que vinha sendo recomendado. Aqui tem um exemplo do que não funcionava, olhem só: aqui estão entrando três, quatro canos escorrendo no pouquinho [de líquido] e aqui está passando só um - foto tirada no mesmo horário. O que isso significa? Que está infiltrando. Então, todo mundo sabe hoje que contaminar uma água superficial é uma coisa, mas contaminar uma água subsuperficial é outra coisa. Para você conseguir recuperar uma água de superfície é mais fácil, mas a de subsuperfície é muito complicado.

Então, essas são preocupações que a gente começou a levantar na hora em que foi conhecer o problema mais de perto.

Aqui é mais uma questão técnica que mostra a inviabilidade daquele processo anterior dessa situação. Esse processo aqui é pior

do que aquilo que o nosso engenho fazia, exceto aqueles que jogavam direto para o rio. E se a gente for aprofundar a conversa talvez ainda não... É uma situação muito pior, porque isso aqui é uma injeção na veia de poluição.

O que acontece geralmente com as indústrias? Ninguém é de ferro, não é? Chega no sábado, por aí, tem que parar de trabalhar. Quando chega lá, na sexta-feira, sábado ao meio-dia ou à tarde, a lagoa está cheia. Ai pára a indústria e o cara volta na segunda-feira, quando ele voltar o buraco, a água já está lá embaixo, porque infiltrou tudo. Quer dizer, isso é tecnologia de se recomendar? Não é.

Se a única tecnologia recomendada tem dificuldades, e o que estava se fazendo não é a mais adequada, que estudos existem ou trabalhos que mostram como poderíamos usar outros sistemas.

Então, vamos ver na bibliografia, tenho aqui o trabalho de dois autores que mostra que nenhum dos outros sistemas que eles estudaram foi eficiente no controle desse produto.

Aqui teve um trabalho por filtro de prensa, que no caso de um determinado produto, um determinado composto, ainda consegue um pouquinho mais de 60% de eficiência. Então, realmente vocês podem ver que não existia uma solução para poder trabalhar isso.

Portanto, diante desse quadro, o que fazer? Imaginem todas essas discussões, todos nós conversando à luz daquela realidade, e daí? Uma tecnologia não pode ser adotada por todo mundo, não tem uma adequada, como é que nós vamos fazer?

Então, no início de 2003, juntaram-se: Cidasc, Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, Epagri, prefeituras (através dos seus técnicos), industriais (quem participou mais no início foi o pessoal do polvilho), Casan, UFSC, Sebrae, Fatma e Unesc, com o acompanhamento e a coordenação do Ministério Público Estadual. E aí fomos, então, tratar dessa polêmica. Colocamos todo esse caldo, toda essa realidade em cima de uma mesa para discutir o que fazer: vamos fechar todo o setor, vamos aplicar a lei, enfim, o que vai se fazer?

Nessa discussão surgiram três propostas de pesquisa. Na realidade quatro, mas a UFSC retirou [a proposta] no final. A Escola Agrotécnica Federal de Sombrio apresentou uma proposta, a Epagri também uma e a Unesc outra, com uma observação: apesar das propostas terem origem em cada uma dessas instituições, todos os técnicos que participaram fizeram uma discussão sobre cada uma delas. Então, na realidade, apesar de ser uma proposta de cada instituição, tem o trabalho dos colegas da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio; do professor Carlyll; da professora da Unesc; do professor Airtton, da Escola Agrotécnica; e do pessoal da Epagri. Definiu-se, então, coordenado pelo Ministério Público, que esses trabalhos iriam a campo, esses seriam os estudos a serem realizados, buscando uma alternativa para aquele problema que vocês viram lá.

Foram conseguidos recursos na Fapesc, que é uma Fundação de Pesquisa do Estado, e a Fundagro foi quem viabilizou e administrou esses recursos para executar esses projetos.

Como este é um assunto novo, na Epagri tínhamos outros envoltimentos. Até a nossa área de formação não é a mais adequada ou a que mais deveria estar envolvida em uma equipe para tratar dessa situação. Então, reconhecendo isso, contratamos a senhora Marney Cereda, pode-se dizer que hoje é uma autoridade internacional nesse assunto, que é professora aposentada da Universidade de São Paulo, e acabou sendo a nossa consultora para nos orientar e auditar todos os nossos trabalhos. Inclusive, como temos aqui a presença do professor Airtton, da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, e do professor Carlyll, da Unesc, nos debates, eles podem abordar um pouco do trabalho deles. Eu só vou tentar colocar aquilo que chegou numa proposta de tecnologia em relação a essa questão.

A Epagri optou por um caminho, e aí debateu com essas outras instituições, com esses outros professores.

Então, se isso é um suco natural, por que não podemos de repente avaliar a capacidade de processamento que tem o solo? Nós poderíamos aplicar esse líquido distribuindo no solo até num ponto em que não contaminasse a água lá debaixo. Essa era a lógica: vamos aplicar esse líquido no solo em vez de colocar no rio e vamos fazer um estudo para ver se isso é possível ou não. Mas vamos estudar esse negócio, não vamos sair aí orientando. Então, o estudo da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio nos ajuda a compreender isso; e o estudo da Unesc caminha numa outra linha, porque trabalha num ambiente fechado, que também seria uma alternativa interessante.

Aqui é uma idéia só da área experimental, que foi um trabalho a campo. É um estudo de caso, inclusive, na parte mais técnica, tem uma argumentação sobre tudo isso que exige um pouco mais de conversa.

Vamos, então, pegar as conclusões desse estudo (trabalho da Epagri) para apressarmos um pouco e termos uma idéia (essas conclusões a gente também avaliou com a equipe técnica das outras instituições).

Primeiro, quando se vai fazer um estudo desse tipo, a área experimental tem que ser virgem, tem que ser uma área que nunca recebeu esse tipo de efluente (líquido de mandioca). E essa era uma

área que nunca tinha recebido esse tipo de líquido. Então, quando fizemos o estudo, os dados mostraram que aquela água de subsuperfície, a água lá debaixo, já estava poluída. Mas os dados que nós temos não dá para afirmar que foi só pela indústria da mandioca, pela cultura da mandioca, porque lá aparecem elementos que não têm origem nessa atividade. Isso foi uma conclusão, uma constatação, que também agrava depois na área de interpretação, porque você foi avaliar uma água onde nunca foi aplicado e já tem uma série de componentes acima do que deveria ter.

Esse é um problema. A composição desse efluente, quando vai se trabalhar com essa tal de manipueira, com essa água da mandioca - esse líquido é uma loucura -, é muito variável, é um subtrato muito rico. Os microorganismos atuam de forma muito ligeira, muito violenta. Se a temperatura é baixa, a coisa vai mais devagar; se esquenta um pouquinho, aquilo se transforma num outro líquido. Não é mais aquele que saiu da indústria há uma hora, duas horas. Então, isso cria uma dificuldade para trabalhar com esse líquido.

Nós estivemos apresentando esse trabalho na Bahia, e lá também dizem: é uma loucura trabalhar com isso.

Nós temos que criar uma metodologia para poder trabalhar, porque ele varia muito, tem uma série de fatores que levam a variação da concentração desse líquido.

O sistema de tratamento licenciado agrava o problema da poluição. Em razão desse trabalho que nós fizemos, até quero chamar atenção, tem um documento aqui do Ministério Público (*mostra o documento*), é uma questão que mais adiante a gente vai abordar, nós estamos vivendo um problema de compreensão. Não há compreensão. Há uma confusão. Isso que está escrito aqui não é verdadeiro.

O trabalho da Epagri conclui: a água está poluída, a composição é muito variável, o sistema que vinha se adotando não é recomendado porque polui mais do que aquilo que os agricultores vinham fazendo. A tecnologia, depois nós vamos chegar lá, não é de uso permanente.

As lagoas precisam ser impermeabilizadas. Quem fizer um buraco para colocar aquele líquido, não tem que dizer... Não adianta o técnico chegar lá e dizer: não precisa impermeabilizar porque não vai infiltrar. Vai infiltrar, sim! Nós temos que ter essa realidade. Não adianta. Não somos nós, da Epagri, que queremos que infiltre. Mas vai infiltrar e contaminar o lençol. Então, vai ter que ser impermeabilizado. Outra conclusão do trabalho.

O HCN, o tal ácido cianídrico, que era o grande problema colocado, não se mostrou um grande problema. Por quê? Os microorganismos do solo - não se fez esse estudo, mas alguém deu conta dele - transformaram-no numa outra coisa. Então, o HCN não foi o grande problema.

Dia 26 ou 27, numa parceria com a Embrapa de Cruz das Almas, estamos trazendo um pessoal aqui para coletar e avaliar a parte biológica desses solos, onde foi e onde não foi aplicada a manipueira. Porque, no trabalho que fizemos, não conseguimos envolver professores para fazer o trabalho de biologia. Então, ficou faltando esse trabalho. E nós estamos agora tentando, nas áreas que foram aplicadas, trazer o pessoal da Embrapa. Eles vêm aqui coletar o solo das nossas unidades, e nós vamos fazer uma avaliação de como está esse solo na parte biológica. Mas é uma outra conclusão, não é o grande problema.

Aqui (*faz referência à apresentação*), então, está uma síntese do que nós vimos que esse trabalho produziu. É possível a aplicação de até 400 metros cúbicos hectares/ano, com monitoramento e com empobrecimento da carga orgânica do efluente. Essa seria a recomendação desse trabalho.

Por que o monitoramento? Também a discussão aqui é grande. Mas, em síntese, esse trabalho foi um estudo de dois anos. E o efeito cumulativo qual é? Muito pouco. Naquele solo foi um estudo de caso. E você me pergunta: se for naquele solo que é mais pobre, dá para aplicar durante dois anos? Pode ser que não dê. E se for num outro, não dá para aplicar durante dez anos? Pode ser que dê cinco anos. Então, tem que ter monitoramento. Isso faz parte da recomendação.

Esse tipo de recomendação, com os dados que nós temos, é um avanço em relação ao que nós vínhamos fazendo. Nós temos ganho ambiental com isso.

Mais ainda: mesmo que haja resistência à aceitação desse tipo de encaminhamento, nós entendemos que deveria ser feito em cima da análise dos dados produzidos. De repente, nós, da Epagri, e mais os colegas que nos ajudaram das outras instituições, podemos não ter feito a melhor análise, podemos não ter feito a melhor interpretação daqueles dados. Então, vamos estudar os dados, mas não negar a tecnologia só por negar.

Outra conclusão: é necessário aprofundar a interpretação dos dados e realizar mais estudos sobre o trabalho.

O trabalho é conclusivo. Agora, essa tecnologia nós estamos dizendo que é possível aplicar, só que nós não estamos dizendo que ela é permanente. Nós a entendemos como transitória e vocês vão ver por quê.

De posse dessa conversa toda, porque tudo isso tem relatório, tem discussão no Ministério Público, reuniões da equipe técnica, reuniões com o setor, reuniões com a Fatma, o trabalho foi apresentado para todos esses órgãos em vários momentos, não só num momento, e o que surgiu daí é o estágio em que nós chegamos hoje.

Primeiro, esse Termo de Ajuste de Conduta (TAC) não poderia mais se limitar só ao polvilho, ele teria que ser para toda a indústria, englobar a parte da farinha, a parte da fecularia. O que aconteceram nessas conversas? Nós começamos a criar problemas de compreensão do tipo: o trabalho não é conclusivo. O trabalho é conclusivo. Agora, essa metodologia não é a que nós podemos recomendar permanentemente.

Olha, está resolvido o problema do setor; não está resolvido o problema do setor. Com a proposta que a Epagri está fazendo não se resolve o problema do setor permanentemente. É uma proposta intermediária, mas com ganhos ambientais, sim.

Vamos ver aqui: qual é a preocupação? Essa daqui é uma foto recente da Bahia. Essa é uma preocupação que fica quando se fala da mandioca. Nós estamos aqui querendo entrar no detalhe do detalhe, mas o produto que concorre conosco está sendo produzido na Bahia nessas condições. (*Mostra foto.*) Tem uma comunidade lá - que nos foi passado -, que tem mais de 200 unidades dessas, uma ao lado da outra. Isso aqui é produção de polvilho.

Então nós vamos acabar com o nosso polvilho e depois vamos comprar esse polvilho aqui. (*Aponta para foto.*) É isso? Essa aqui é a farinha. Nós estivemos do lado desta casa. (*Mostra imagem.*) Essa é uma casa de farinha, bem típica, em homenagem a um poeta da Bahia; e do lado tem uma casa de farinha como deveria ser, já com mais ganho. Aí eu perguntei ao pesquisador: qual era a farinha produzida..... quantos por cento numa casa melhor e quanto nessa situação? A grande maioria é nessa situação aqui. (*Mostra foto.*)

Então, mais uma vez: a nossa farinha tem que evoluir? O nosso engenho tem que se adequar em questões sanitárias e ambientais? Tem, é verdade! Agora, com essa atividade que foi esquecida ao longo do tempo, nós não temos condições de fazer isso tão rápido. Então vamos terminar com a nossa farinha e vamos passar a comprar e comer essa farinha daqui.

Vamos ver como isso se traduz a campo. Isso tudo eu já reportei a vocês: começou em 2002, 2003 e com a discussão foi se chegando a esses engenhos e com aquele pessoal que trabalhou mais próximo a essa discussão. Mas o que seria essa tecnologia aplicada a campo? Isto aqui é um engenho pequeno (*mostra foto.*) O líquido não vai mais para um buraco sem revestimento. Essa é a recomendação: tem que ser revestido. O dono desse engenho não tem como tirar esse líquido daqui. Mas lá, com a prefeitura, ela pega daqui e aí distribui no solo esse líquido. Não tem um ganho ambiental em relação àquele buraco anterior? Tem, e ele está fazendo, e é acessível.

Tem que fazer o empobrecimento da carga orgânica - tem esse nome bonito -, mas o que é isso? É filtrar, é tirar a parte mais grosseira possível. O cara até fez com taquara, com bambu. Então, é acessível. Ele está fazendo um manejo mais adequado que o anterior. E essa água que vocês estão vendo aqui (*mostra imagem*) é a da lavagem que é uma água mais fraca, menos problemática, mas também temos que nos ater a ela.

Cada engenho já começou fazendo o seu sistema de colocar, separar isso. Aqui já vai para a alimentação do animal, já sai do meio ambiente. Alguns já mais adequados com correia, separando e indo para o trator, e ali já vai para o animal. Outros aqui já de forma mais eficiente.

Olhem como passou a ser as lagoas (*mostra imagem.*) Todos aqueles que participaram dessa discussão, não fizeram mais lagoas para colocar o líquido lá no baixo. Era tudo revestido. E daqui vai se tirar para um encaminhamento adequado. Esse é um processo que vem em curso. E uma recomendação: hoje, quem fizer a lagoa, vai ter que fazer desta forma aqui (*mostra imagem*). Por quê? Não é porque o técnico, a Fatma ou o Ministério Público quer. É porque a água é de todos nós, e se contaminar essa água, como fica? Só para ter uma idéia dos impactos.

Eu tenho também criatividade colocando na pastagem, sei que isso depois foi bastante melhorado. Então, colocando na pastagem a hora que ela começa a esquentar, vai crescer muito alimento para o animal, numa época que não tem alimento, que é na saída do inverno, já vai ter um pasto melhor.

Olhem aqui o pequeno (usando inclusive mangueira preta) já fertilizando a lavoura, o engenho de farinha produz dessa água dez vezes menos que a fecularia ou a polvilheira. Aqui, coloca pouco, e nem tenho aquela quantidade para colocar, e usa como adubo na lavoura. Aqui está a vista de onde colocava. (*Mostra imagem.*)

Olhem só, num solo pobre desse, começa a usar aquele líquido, vai usar pouco. Nós estamos falando de 400 metros, mas essa pessoa vai usar 10 metros, 20 metros, 30 metros, é muito pouco. Para usar 100 metros de água sobre um terreno de um hectare, é um centímetro de água sobre a superfície.

Então, essas são soluções que já começaram a fazer. Aqui se colocou um filtro, tudo adequado. O nosso agricultor, o nosso dono de engenho é criativo. Vocês sabem disso. Vocês que estão aqui são criativos. Então, têm soluções que não são de mérito da Epagri, desse ou daquele. É mérito da nossa gente, do nosso agricultor. Ele foi dando a solução. No trabalho a Epagri pode usar um canhão, uma coisa mais complexa. Para quem pode, tudo bem. Mas dá para se adotar todos.

Esse aqui - inclusive o senhor Sotero está presente, falei para ele que se aparecer muita carta é porque o material dele está andando no País inteiro

- já está fazendo um trabalho para controlar a água da lavação. Então, isso está em curso e com ganhos ambientais muito grande, como vocês podem ver.

Olhem só aqui (*mostra imagem*): esse líquido que está saindo, tem engenho que não tem mais esse líquido para colocar hoje nem como adubo. Ele vai ser fornecido na alimentação para os animais, com resultados que não têm estudos - não conheço estudos sobre isso para dizer o quanto dá, o quanto não dá. É tudo conhecimento empírico, é conhecimento da comunidade, é conhecimento do agricultor. Ele vai testando, ele vai... Porque com a mandioca sempre foi assim, tratar animal com mandioca se começa aos poucos para ele se acostumar, depois vai.

Essa é a realidade, não tem estudo, mas estão fazendo. Então, tem lugar em que não vai ter mais, não adianta fazer um buraco muito grande porque essa aqui ele vai tirar daqui e vai colocar para o animal, não vai nem colocar sobre o terreno. Então, temos que nos sentar com as entidades da área ambiental para podermos fazer uma normatização que contemple essa nossa realidade. E não seguir uma linha e tentar aplicar a todos o que muitos não podem assumir.

Outra recomendação que a gente tem hoje, fruto desses estudos, é para quem tem um engenho, para quem vai mexer. Esse líquido é tão rico que ele tem que se preocupar com uma forma bem higiênica de lidar com o líquido, como esta aqui de coleta (*mostra imagem*), porque amanhã ou depois isso vai ter um uso mais nobre. Daqui a pouco, ele vai vender esse líquido. Isso vai ser renda, isso deixa de ser problema, como vocês viram ali, e já passa a ser renda - vai como alimentação animal, vai como adubo. Então, por que essa polêmica toda se nós temos como encaminhar isso de forma melhor?

E aí vêm as adequações em curso (*mostra imagem*): temos que avançar em relação aos efluentes, esse debate continua, tem muita coisa a se fazer ainda; e a própria qualidade da farinha, que também tem trabalhos aí, tem discussões.

Eu fiz aqui um quadro (*mostra imagem*), rapidinho, só para vocês verem de onde se partiu. Então, quando a gente diz: será que se está fazendo alguma coisa? É o setor que não quer evoluir? É a parte técnica que não está trabalhando? Não. Nós saímos, aqui, de um engenho de beira d'água, começamos a ter um pouquinho mais de controle aqui, já com alguns buracos para essa água não ficar direto dentro do rio. Isso aqui, esse buraco já é coisa superada, hoje isso tem que ser revestido. Esta água que sai daqui não vai para outros meios, já pode ser usada, inclusive, como fertilizante ou solo, como descarte. Nós já estamos numa fase em que não vamos ter mais essa água para colocar aqui, ela já está na fase de entrar na alimentação animal.

E o grande desafio é chegar à alimentação humana, talvez isso não esteja muito claro. Recentemente, trouxemos aqui o mestre Ofir. Vocês sabem que desse líquido se faz o arubé, que é a mostarda do índio. Convidamos um pessoal da Associação, eles estiveram lá. É uma mostarda excelente (entre aspas a mostarda), que se faz a partir desse líquido.

Então, são questões que a gente tem que evoluir. E aí, como tivemos um quadro que meio se interrompeu, começaram a se criar algumas incompreensões ou a faltar um pouco mais de entendimento para darmos seqüência a essa evolução. É onde nós chegamos, nos dias de hoje, com a nossa audiência pública. Era isso o que eu tinha a dizer em termos de dar uma situação nos presentes.

Agradeço a atenção de vocês.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, Eniilo.

Queremos registrar a presença e chamar para a mesa a senhora Lidiane Camargo, que representa aqui a Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Santa Catarina. (*Palmas*). Obrigado, Lidiane.

Queremos registrar a presença do senhor Valmir Perdoná, secretário municipal da Agricultura de Treze de Maio; do senhor Gilvan Simão de Carvalho, diretor da Associação da Indústria da Mandioca de Santa Catarina; do senhor Zalmir Nunes, presidente do Sindicato da Agricultura de Tubarão; do senhor Robison Borges, da Cidasc; do senhor Jaldecir Pedro Mazzorana, da Epagri de Cocal do Sul; do senhor Vilmar José da Silva, gerente regional de Agricultura de Araranguá; do senhor Valmir Daminelli, secretário municipal de Agricultura de Sombrio, neste ato representando o deputado Joares Ponticelli. O Valmir poderia vir para a mesa, acho que o deputado não vai conseguir chegar.

aqui à mesa, por favor, para representar o deputado Joares Ponticelli. (*Palmas*)

Gostaria de continuar registrando a presença do senhor Jorge Duflath, da Epagri de Urussanga; do senhor José Ferreira, presidente da Cresol de Treze de Maio; do senhor Luiz Leme, representando o prefeito de Araranguá; do senhor Antônio de Pieri, da Cresol de Morro Azul, em Jaguaruna; do senhor Sotero Cardoso, proprietário de engenho e agricultor de Sangão; do senhor Alexandre Eládio Luiz, secretário-geral da AIMSC; do Luiz Henrique da Silva, acadêmico de engenharia ambiental; do senhor Marco Antônio Remor, engenheiro agrônomo de Sangão; da senhora Fernanda Neves de Andrade, engenheira agrônoma de Sangão; do senhor Márcio Sônego, da Epagri de Urussanga; do senhor Leonir Roque Funez, da Epagri de Imaruá; do senhor Jacson Goulart. Pereira, engenheiro agrônomo de Jaguaruna; do senhor José Antônio de Pieri, presidente do Sindicato Rural de Tubarão; do senhor Leandro Fernandes, da Cooper Treze de Maio, de Treze de Maio; do senhor César Farias, da Microbacia de São João do Sul.

Com a palavra o senhor João Paulo da Silva Teixeira, presidente da Associação das Indústrias Processadoras de Mandioca e Derivados de Santa Catarina.

O SR. JOÃO PAULO DA SILVA TEIXEIRA - Boa-tarde, companheiro Dresch e demais componentes da mesa, e também aos presentes que enfrentaram o mau tempo e estão lotando a casa hoje.

Como já foi falado pelo Eniilo, a cultura da mandioca está presente no Estado todo e com aquela importância socioeconômica que foi citada anteriormente. Mas essa cadeia hoje está ameaçada, e se não forem adotadas medidas urgentes que permitam o desenvolvimento da atividade aliada à preservação ambiental, esse segmento vai terminar desaparecendo.

Então, o setor e a AIMSC preocupados com isso têm feito toda essa tratativa citada pelo Eniilo, todo esse trabalho - já são sete anos lutando com relação à questão ambiental -, e temos aqui alguns pontos para elencar que precisam ser trabalhados.

(*Passa a ler.*)

"1 - Manutenção e continuidade da metodologia de TACs. O setor precisa de tempo para se adaptar." Isso não dá para fazer do dia para a noite. Nós entendemos que o TAC se aplica por um período transitório em que não é possível a aplicação imediata da legislação, obviamente, neste período, mudanças devem acontecer aproximando a atividade da situação desejada.

A indústria da mandioca tem trabalhado intensamente e cumprido o seu papel, como foi citado aqui, dos ganhos ambientais em torno dessa atividade durante esse período. E nós cumprimos - isso é importante, todas as nossas obrigações pactuadas no primeiro TAC, diferente do que tem sido veiculado, em alguns momentos, a indústria da mandioca, principalmente a do polvilho azedo, que foi objeto de primeiro TAC - com todas as obrigações, inclusive buscando recursos e viabilizando os três estudos que foram citados anteriormente.

"2 - Que seja aceito o processo de distribuição do efluente no solo, na forma sugerida pelo grupo de estudos coordenado pela Epagri, como manejo ambiental e aceito pela Fatma no processo de licenciamento ambiental". Neste momento, voltam a ser exigidas as adequações já tratadas no primeiro TAC, as quais foram questionadas por não estarem ao alcance da maioria das unidades de processamento, inclusive por dificuldades técnicas. Foi exatamente isso que levou ao TAC e, agora, voltam novamente à discussão.

A disposição do efluente do solo já foi estudada e comprovada. Por ser nova, até pode assustar alguém ou contrariar alguns pré-conceitos, mas está longe de ser uma proposta sem fundamentação. Os estudos foram feitos e foram concluídos, ao contrário do que foi citado e aí, acho que cabe registrar aqui, nesta carta do Ministério Público está citado que os estudos não são conclusivos ou não foram concluídos. Os estudos foram, sim, concluídos. Foram R\$ 316 mil e alguns quebrados financiados pela Fapesc. Foi um trabalho dos técnicos da Unesc, da Escola Agrotécnica Federal e da Epagri. Um investimento dessas instituições, um investimento do setor, disponibilizando unidade industrial, disponibilizando tempo, disponibilizando toda a sua estrutura para que se tivessem condições de efetuar esses trabalhos, e eles foram, sim, concluídos e conclusivos.

"3 - Participação da Comissão de Agricultura e Política Rural no processo de elaboração, monitoramento e avaliação do TAC". Como já foi citado, o setor está há sete anos nessa luta - em 2003, foi assinado o primeiro TAC; em fins de 2006, por todo 2007 e por todo 2008 o setor tem procurado o Ministério Público e a Fatma para resolver o problema, para dar encaminhamentos, e o TAC não saiu. O setor hoje trabalha na marginalidade, sem licença ambiental. Todas as unidades, independentemente tamanho, estão correndo o risco de serem embargadas a qualquer momento, e se forem embargadas, quebra-se o elo da cadeia, e aí todo produtor de raiz, que tem com maior ou menor importância essa atividade como fonte de renda, vai ser prejudicado, porque onde vai botar a raiz? Uma sugestão é levar e descarregar em frente à Fatma.

Cabe lembrar também que em 2000, quando foram embargadas as duas primeiras fecularias em Santa Rosa do Sul, o setor começou a se adequar, iniciando o processo do TAC. O setor foi atrás do Ministério Público, foi atrás da Fatma, procurou solução, porque o que vinha sendo sugerido pela Fatma até então (e aí cito até 2003) eram processos de poluição ambiental. O melhor projeto licenciado foi apresentado pelo Enlito e bem pontuado aqui que não tem nada de seguro. Aquele era o melhor. Nós não aceitamos aquele tipo de coisa. Sabíamos que era um problema, que estava sendo comprada uma briga, mas esperávamos encontrar, pelo menos, um caminho de boa vontade de solução. No primeiro momento houve. Acho que tem que ser registrado o empenho do Ministério Público num primeiro momento no sentido de resolver o problema, mas isso parou. E nós sabemos que não temos mais condições de encerrar esse processo sozinho. Por isso acho importante a participação da Comissão ou de outra entidade, alguma coisa que tenha peso, porque sozinho a coisa não vai.

"4 - Que o TAC ambiental aborde apenas questões ambientais. O setor não tem condições de resolver todos os problemas ao mesmo tempo, ainda mais que os concorrentes de outros Estados seguem alheios a tais questões, gerando concorrência desleal." Isso ficou claro na exposição do Enlito, e é algo comum.

Então, temos aqui as empresas, por exemplo, de Sanguão que mandam farinha para o Rio de Janeiro, para o Espírito Santo e outras regiões do País. Porque, quando chove no Nordeste, aquela farinha, que é feita naquelas condições citadas anteriormente, desce e disputa mercado de igual para igual com o produto daqui. Então, se nós temos problemas, eles têm mais. Não dá para transformar aqui num espelho e deixar numa disputa que torna impossível de ser travada do setor, porque toda adequação gera custos e eles acabam agregados ao produto.

"5 - Realização de novos estudos que permitam aprimorar os cuidados ambientais e o destino do efluente, buscando identificar novos usos para este líquido, classificado pelos especialistas como 'muito rico' e também citado anteriormente aqui;

"6 - Implantação de política pública de incentivo ao cultivo de mandioca de alta qualidade e produtividade, aumentando a renda do agricultor e a competitividade das agroindústrias;

7 - Implantação de política pública de apoio às agroindústrias que permita a reestruturação e modernização do setor;

8 - Fiscalização para que os termos que forem acordados sejam cumpridos por todos."

Como em todos os grupos sociais, existem pessoas sérias, comprometidas em resolver problemas, e outras nem tanto. É necessário que se garanta o cumprimento dos termos acordados, por mais simples que eles sejam, e aí estamos falando o seguinte: tecnologia eficiente não é a cara, é a que funciona. Então, o importante é que funcione. Qual é o nosso objetivo aqui? O objetivo é permitir o desenvolvimento da atividade aliada à preservação ambiental. Portanto, temos que produzir farinha, polvilho, fécula e os outros 597 derivados de mandioca, com responsabilidade ambiental. Isso tem que ser cobrado de todo o setor que industrializa, e não só de Santa Catarina, porque senão caímos numa situação em que o sério, o bom, a pessoa que investe, que quer se manter na atividade é penalizada. Isso é um problema muito grave, porque daí você acaba tendo uma situação em que baixam as margens do setor. Hoje temos setor enforcado, trabalhando com margens complicadas porque tem sido jogado custo fixo todo dia nesse setor, que trabalha à margem, sozinho. Então, se aliado a tudo isso nós tivermos uma situação em que as adequações, as cobranças e os investimentos sejam cobrados só de meia dúzia, então, daqui a pouco, estaremos na situação da Bahia.

(Passa a ler.) "A mandioca é uma planta fantástica capaz de originar mais de seiscentos produtos derivados, é o mais brasileiro dos cultivos, mas por ser uma planta rústica, não geradora de dependências de interesse do grande agronegócio foi historicamente 'esquecida' pelos detentores de poder maior.

O setor reconhece a necessidade de adequações, tem se esforçado e evoluiu nos desafios que lhe são postos. Contudo, sozinho não será capaz de superar esse desafio, aproveitar o potencial da cultura e contribuir para o desenvolvimento do nosso Estado."

Então, em todo esse processo, deputados, tem que ficar claro que o setor procurou, tem trabalhado e tem evoluído. Se não saiu um TAC até agora não foi porque o setor não quis ou porque não quis definir um cronograma ou não quis assumir compromissos, mas aceitamos tudo o que foi posto aqui. A coisa anda mais para frente e aparecem novas exigências e, na verdade, efetivamente não tem solução e conclusão do processo.

Então, estamos entrando numa próxima safra - a gente pode citar aqui que de toda essa indústria do polvilho e da farinha temos apenas uma que está adequada - e se está correndo o risco das outras serem embargadas. E aí pergunto para vocês: como o empresário, o produtor vai pegar o seu dinheiro e investir na melhoria, investir na safra (a safra é cara) correndo o risco de ser embargado, de repente?

Como fica tudo aquilo que o negócio exige de planejamento em médio e em longo prazo? Esse setor não existe em médio prazo, quem dera em longo prazo! Porque a gente vive à margem e na ameaça de ser de uma hora para outra embargado!

Eu pergunto mais uma coisa - existe um monte de linhas de crédito para fomentar a atividade -, como um setor, uma atividade, uma agroindústria vai conseguir acessar recursos sem licença ambiental? Tem alguma entidade ou algum financiador que financia? Não! Esse é o primeiro requisito. Temos associados que estão com clientes exigindo licença ambiental, sanitária, uma série de exigências que o mercado já está cobrando.

Todas as empresas precisam se modernizar e se adequar. Como elas vão fazer isso? Vão fazer um investimento e depois será embargado? O que fazer com o equipamento daquelas construções? A construção vai servir para o aterro e o equipamento vai ser vendido para o ferro-velho! Então, fica complicado. Essa situação precisa ter uma definição, uma formalidade.

O setor tem, sim, trabalhado; tem, sim, se esforçado. É claro que desse processo vai ter alguém que diz respeito, que acha que pode ficar à margem e não haver nenhuma ação de punição. Mas o setor em si tem trabalhado, sim, tem se esforçado, tem investido e tem tratado com seriedade esse assunto.

Nós precisamos que as entidades que participam desse processo, que têm poder de decisão, que regem a atividade, participem também da mesma forma que o setor está participando. Porque se os órgãos que regulamentam tivessem o mesmo interesse que o setor tem de resolver o problema, nós já teríamos resolvido. Não é falta de vontade do setor. Ninguém pode colocar essa culpa no setor.

O que eu tinha para colocar, neste momento, era isso. Agradeço a oportunidade.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado.

Com a palavra o senhor Silvío Tadeu de Menezes, representando o secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Antônio Ceron.

O SR. SILVÍO TADEU DE MENEZES - Boa-tarde a todos. Quero cumprimentar os deputados Dirceu e Décio Góes, e em seus nomes saudar os demais componentes da mesa.

Vimos aqui representando o secretário da Agricultura, Antônio Ceron, que em face de compromissos agendados não pôde estar presente.

Eu entendo que a solução aqui está bem próxima em função dos trabalhos apresentados pelo Enlito, a quem eu cumprimento, a Epagri, e seus parceiros. E já vejo a solução bem encaminhada.

Estranhamos até a não-efetivação do Termo de Ajuste de Conduta em face que hoje a gente tem participado na discussão, e em outros momentos, do TAC do arroz irrigado, em que não se tinham dados, estudos assim tão concretos. Então na verdade nós estranhamos essa dificuldade em realizar esse TAC, até pelo depoimento do presidente da Associação, que aqui informa que cumpriram no primeiro TAC todos os compromissos agendados. Então, isso já evidencia e dá um *handicap* para que possa efetivamente ser realizado esse segundo Termo de Ajuste de Conduta. Nós até estranhamos porque a coisa não foi bem assim, para quem participou do Termo de Ajuste de Conduta do arroz os resultados não foram esses. Havia muitas denúncias dos rizicultores, porque muitos não tinham aderido, não foi uma unanimidade. E até se discutia muito a questão do cumprimento, por parte dos produtores com relação aos compromissos agendados. O que não é o caso aqui, como foi falado pelo presidente da Associação.

Eu entendo que há necessidade de um diálogo com o Ministério Público. Acho que é importante a presença dos deputados no sentido de abrir esses caminhos. E também vamos levar essa preocupação ao deputado Antônio Ceron, que é o secretário, que também dentro do que for possível estará colaborando nesse sentido.

Outro caminho que aponto aqui: sou representante da Secretaria no Consema, Conselho Estadual de Meio Ambiente, e um dos caminhos que poderia ser solicitado é que saísse uma resolução em nível de Consema com relação às questões desse tratamento de efluentes, visto que há dados científicos aqui que teriam bastante fundamentação no sentido que fosse aprovada no Consema. Eu fico preocupado com relação a essa sugestão, porque isso demoraria certo tempo, e parece que não haveria muito tempo porque em abril essa situação já precisa estar regularizada.

Então, fica aqui o empenho no sentido de a Secretaria - uma vez que a própria Epagri e a Cidasc, que são empresas ligadas à Secretaria da Agricultura, já estão colaborando e estão envolvidas enquanto Estado - colaborar para que possa ser resolvida essa situação, que efetivamente eu vejo que teria tudo para já ser sacramentada.

Portanto, fica a nossa manifestação de apoio à Associação, pela importância, aqui apresentada pelo colega Enlito, econômica, social e cultural. Uma atividade, como já foi abordada, histórica e que tem muita a ver com a nossa colonização açoriana.

Era isso e agradeço a oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, Silvio.

Estão abertas as inscrições. Não sei como vamos fazer com as pessoas que querem se inscrever para falar lá no fundo. Nós vamos ver agora se alguém da mesa quer usar a palavra, e depois ouvir as pessoas que gostariam de colocar suas angústias, seus problemas e também propostas de encaminhamento. Já recebi aqui várias propostas de encaminhamento.

Alguém da mesa gostaria de usar a palavra?

Então, concedo a palavra ao senhor Lorivaldo Felisbino Constante, representando o Sistema Cresol, de Jaguaruna.

O SR. LORISVALDO FELISBINO CONSTANTE - Boa-tarde a todos e a todas. Ao cumprimentar o deputado Dirceu Dresch, cumprimento toda a mesa.

A história da agricultura familiar aqui da região sul iniciou com a cultura da mandioca, da fécula e do polvilho. E nossos avós e bisavós, que vocês aqui bem sabem, produziam em família cada um na sua unidade. E ao longo desse tempo Jaguaruna foi perdendo o espaço, e hoje restam cinco ou seis unidades em atividade no nosso município, decorrentes, deputados e senhores da mesa, do medo desses Termos de Ajuste de Conduta. É a Fatma visitando, é o pessoal sendo autuado, e são os agricultores cada vez mais sendo desestimulados de se manterem na propriedade por falta de uma lei, por falta de um ajuste de conduta que lhes dê condições de permanecerem produzindo no campo.

Então nós queremos, senhores deputados e agricultores, que o nosso Poder Público, que o nosso Poder Judiciário possa dar um bom [espaço de] tempo para os agricultores a fim de que eles possam se enquadrar, e que os engenhos e as indústrias que ainda restam não venham a fechar e os nossos agricultores não tenham mais o que plantar em Jaguaruna. Se forem fechadas as únicas indústrias que restam, os nossos agricultores vão ter que parar de plantar mandioca, que é uma atividade cultural e histórica em Jaguaruna.

Precisamos ver que os Termos de Ajustamento de Conduta possam reenquadrar as indústrias que já pararam, que são muitas. Também tem muita gente aqui que tem o sonho de começar uma pequena indústria, mas quando vai à Fatma e à Epagri fazer um projeto, fica com medo, porque custa R\$ 200 mil, R\$ 300 mil, R\$ 400 mil, ou seja, fora do alcance e fora da realidade dos pequenos agricultores.

Então nós precisamos de uma lei, de um Termo de Ajuste de Conduta que enquadre todos os agricultores e que possa dar futuro, que possa dar esperança a eles. Nós queremos contribuir e queremos que os senhores nos ajudem, os agricultores familiares, tanto do Sistema Cresol, quanto dos outros sistemas, quanto dos sindicatos que estão aqui presentes e que estão representando os agricultores, e que a nossa classe, que a agricultura familiar, principalmente a produtora de mandioca, permaneça produzindo na nossa região. Santa Catarina foi o berço da produção de farinha de mandioca e fécula no Brasil, foi o maior Estado em produção, mas hoje está em décimo quinto, décimo sexto lugar, porque não teve capacidade de produzir leis e regulamentos que pudessem dar condição de vida e de produção aos nossos agricultores, às pequenas indústrias familiares.

Então, esperamos que possamos ter êxito em nossa caminhada e que possamos ser dados os prazos, no mínimo de cinco anos para que a gente possa ir se ajustando, e de uns dez anos para que as indústrias que pararam possam remanejar - as que pararam são aquelas que estavam muito na beira dos riachos, realmente estavam prejudicando. Mas que elas também possam continuar e se readequar, conforme as suas forças, as suas necessidades, que é preciso ter para remanejar uma indústria que está numa área poluente para uma outra área mais segura. Nós queremos que esse Termo de Ajuste de Conduta possa dar conta de não acabar com a nossa classe, com os produtores de mandioca da região sul de Santa Catarina.

Era isso o que eu tinha para falar. E espero que os companheiros que estão aqui, os agricultores, possam também fazer uso da palavra para colocar seus anseios e suas idéias. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Passamos a palavra ao senhor Valmir Daminelli, neste ato representando o deputado estadual Joares Ponticelli.

O SR. VALMIR DAMINELLI - Boa-tarde a todos. Inicialmente cumprimento os deputados e todos os demais membros da mesa.

Eu estou representando o deputado Joares Ponticelli, que em função de alguns problemas de última hora não pôde se fazer presente, mas deixou um recado aos deputados daqui: que está à disposição, junto com vocês, e que fará o que estiver ao seu alcance para ajudar, o seu gabinete, para que os agricultores tenham sucesso nesse Termo de Ajuste de Conduta.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - A palavra está livre para vocês. Alguém se inscreveu? *(Pausa.)* Vamos lá, gente, a palavra está com vocês.

Concedo a palavra ao senhor João da Silva, secretário municipal de Agricultura de Sangão.

O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL JOÃO DA SILVA (Sangão/SC) - Boa-tarde a todos, aos agricultores de Sangão, de Jaguaruna e de Treze de Maio, ao pessoal da Epagri. Eu quero agradecer a realização desta reunião, porque os deputados se preocuparam, juntamente com todos os órgãos municipais, com a situação vivida não só em Jaguaruna, mas em Treze de Maio e também em Sangão.

Há vinte anos, há trinta anos nós tínhamos mais de quarenta engenhos funcionando em Sangão, e hoje nós estamos só com cinco ou seis engenhos produzindo farinha. E onde que vão ficar, senhores deputados, mais de 560 famílias em Sangão que são cadastradas na agricultura? Nós temos cinco tratores lavrando terra para os pequenos agricultores que estão produzindo 80 toneladas, 100 toneladas de mandioca. Se esses engenhos fecharem, se chegar a esse ponto, o que vão fazer esses pequenos agricultores do nosso município se eles não têm para quem vender a raiz da mandioca?

Quero agradecer ao deputado por ser um dos que fez esse grande manifesto e que leva isso ao conhecimento dos promotores, dos senadores, dos deputados federais e até ao governo federal, para o presidente Lula.

Nós achamos que se ninguém se preocupar, muitos engenhos vão fechar e muitas famílias vão ter necessidades. Tem uma frase que diz: não vamos deixar essa lavoura morrer.

É isso que eu tinha que dizer.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Com a palavra o senhor Gilvan Simão de Carvalho, diretor da Associação da Indústria da Mandioca de Santa Catarina, de Sombrio.

O SR. GILVAN SIMÃO DE CARVALHO - Boa-tarde a todos. Cumprimentando o presidente desta Comissão eu cumprimento toda a mesa.

Eu represento o Polvilho Machado e antes de começar a falar - eu tenho três perguntas voltadas ao setor de polvilho -, queria fazer um desabafo aqui, certo?

(Passa a ler.)

"Em primeiro lugar, gostaria de fazer um desabafo, pois tem gente mal-intencionada em todos os setores da sociedade, inclusive no setor do polvilho azedo, que foi o motivo das denúncias. Mas creio que a maioria é de boa índole, refiro-me aos primeiros, àqueles que preferem que as coisas continuem como estão, do tipo 'quanto pior melhor'. E ficam criticando a nossa empresa de ser a culpada dessa situação em que se encontra o setor, por termos nos adequado às exigências ambientais. Gostaria de dizer que fomos uma das duas únicas empresas fechadas na época, e que se nós não estivéssemos adequados hoje estaríamos fechados" e acho que era isso que eles queriam.

E também [quero] defender o presidente da Associação que é outro que está sendo acusado pelo setor do polvilho azedo, que é ele que está mexendo... e é onde está havendo a confusão. Se não fosse pelo trabalho do João Paulo, desde aquele TAC de 2004 até hoje, as fecularias lá embaixo não estariam trabalhando.

Então, quero fazer três perguntas para quem interessar: *(passa a ler)* "Eu gostaria de saber por que após o final do TAC -, que foi assinado em junho de 2004 e cumprido a risca pelas agroindústrias, inclusive conseguindo recursos financeiros para que se pudesse realizar estudos para a solução do tratamento dos efluentes das indústrias de polvilho azedo - em que foram iniciadas novas discussões para um segundo TAC, que se estendeu por muito tempo e com propostas de melhoras substanciais na questão ambiental, por que parou e não prosseguiu?" Essa pergunta faço para a Fatma e para o Ministério Público.

A segunda pergunta: *(passa a ler)* "Se não foi assinado um novo TAC, nós gostaríamos de saber como vai ficar a fiscalização do setor? Pois várias fecularias trabalharam este ano sem nenhum tipo de licença, e as que possuíam licença ambiental até o ano de 2008, no sistema indicado pela Fatma antes do TAC, jogaram os seus efluentes nos córregos e rios que vão desembocar na nossa lagoa de Sombrio.

E eu gostaria também de saber se seria possível fazer alguma fiscalização (barreira) sanitária em relação à produção e à secagem do polvilho azedo, com relação àqueles que não processam a mandioca e trazem féculas de outro Estado fazendo um buraco no fundo de suas casas, azedando e logo secando o polvilho? Fazendo uma concorrência desleal com aquelas empresas que investem e têm um maior custo de produção, pois eles não pagam nem o alvará municipal e comercializam um polvilho sem fiscalização, o que pode trazer vários riscos a saúde da população, e denegrir a imagem do polvilho da nossa região, que é de melhor qualidade."

Por fim, gostaria de parabenizar a Epagri, na pessoa do Nilto, pelo ótimo trabalho realizado em relação à questão ambiental. E quanto aos trabalhos, quero reafirmar o que o João Paulo falou aqui: esses trabalhos foram feitos e foram concluídos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, Gilvan.

Alguém mais gostaria de fazer uso da palavra? (Pausa.)

Com a palavra o senhor Geraldo Eller, engenheiro agrônomo, do município Treze de Maio.

O SR. GERALDO ELLER - Eu gostaria de dizer que me sinto até ofendido pela Fatma não se fazer presente para ouvir isso aqui. O município Treze de Maio tem aproximadamente 120 produtores de mandioca e ocupa cerca de 500 hectares com essa cultura. Então, preocupa-nos muito quanto à arrecadação do município, porque se quer fazer a coisa certa.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Com a palavra a senhora Isabel da Silva Teixeira.

A SRA. ISABEL DA SILVA TEIXEIRA - Boa-tarde.

Eu sou a mãe do João Paulo, e quero dizer que o nosso engenho só não fechou graças à Associação que surgiu, porque a Fatma, várias vezes, esteve batendo na nossa porta e nos ameaçando. E cadê a Fatma que não está aqui presente, diante de nós, agricultores, que estamos aí na luta? (Palmas.)

Trabalhamos de sol a sol, embaixo de temporal, meio-dia a gente deixa as panelas no fogo e sai correndo para tapar o nosso polvilho porque depende do clima, e neste momento a Fatma não aparece para nos mostrar a sua proposta.

Nós precisamos de trabalho, precisamos dar educação para os nossos filhos. Então, cadê esse povo? Onde ele se esconde? É isso que eu quero saber. Peço mais seriedade da Fatma em relação aos nossos agricultores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dirceu Dresch) - Com a palavra o senhor Márcio Sônego, da Epagri de Urussanga.

O SR. MÁRCIO SÔNEGO - Inicialmente quero cumprimentar o deputado Dirceu Dresch, o deputado Décio Góes, os demais membros da mesa e o público aqui presente.

Trabalho na estação da Epagri de Urussanga fazendo pesquisa, na Unesc ensino climatologia para a Engenharia Ambiental e Geografia, e acompanho o pessoal do ISQ há pouco tempo.

Fui convidado pela Embrapa e pelo Enlito para coordenar um projeto, em nível estadual, chamado "Produção Integrada de Mandioca". É um projeto que a Embrapa vai dirigir em nível nacional em relação às culturas de mandioca, feijão, arroz, maçã e assim por diante. Como já iniciamos este mês aqui no Estado, nosso primeiro passo foi montar uma comissão formada por trinta membros do setor de pesquisa, extensão, produção e campo. E semana que vem, nos dias 25 e 26, teremos um curso no município de Tubarão para começar a montar uma bíblia, um livro, sobre produção integrada de mandioca no Brasil, que irá tratar desde o plantio até a indústria, inclusive os efluentes.

Então, semana que vem será a nossa primeira discussão, seguida pelo menos mais três anos para que se montem as normas técnicas.

O Enilton trouxe aqui um dado que me chamou a atenção: ele falou que a recomendação é de 400 metros cúbicos de efluentes por hectare. Como sou da área de climatologia, passei isso para precipitação: em 400 metros cúbicos de efluentes por hectare, isso dá um total de 40 milímetros de chuva por hectare, o que é muito pouco. Não sou da área química, mas isso é muito pouco. Quarenta milímetros de chuva é o que choveu aqui agora. Se eles vão colocar esses efluentes durante três ou quatro meses - pois, se não me engano, o João Paulo falou que a indústria trabalha de abril até agosto -, então eles vão distribuir 40 litros de efluentes por metro de área durante esse tempo. Isso é muito pouco! O que aprendemos na faculdade é que em solo de areia o que falta é matéria orgânica. Então, como o Silvío é dessa área, sabe também que essa água tem muita matéria orgânica. Pessoalmente, sem nenhum estudo mais profundo, eu acho que isso é um baita adubo orgânico para área de areia.

Eu acho que o processo de produção integrada, que inicia semana que vem aqui no Estado, merece um estudo mais profundo, inclusive estimamos que levará uns três anos para se chegar a um consenso, tanto da parte de plantio quanto de efluentes. Também gostaria de dizer que peguei um TCC de História da Unesc, de vinte anos atrás, de uma aluna de Araranguá, que trata a história de Araranguá com a mandioca. Em 1750, abriu-se um caminho entre o Morro dos Conventos e a Serra Geral por onde os tropeiros carregavam o gado e cargas de charque, e aí começaram a vir os açorianos, os portugueses. Abriu-se um caminho de Laguna até Porto Alegre, após 1750, começando o povoamento daquela região, e o pessoal trabalhava essencialmente com a mandioca. Por quê? Porque os portugueses, seguindo o Enlito me contou, vieram de Açores, da Ilha da Madeira, de Portugal, e trouxeram o maquinário para moer trigo. Chegando no Brasil o trigo não teve clima para crescer, porque o nosso clima é muito úmido. Então, eles adaptaram o engenho deles para moer a mandioca, para fazer a nossa farinha.

A farinha que se produz aqui na região de Jaguaruna, região de Araranguá, é uma farinha *sui generis*, mais fina, mais elaborada, única no Brasil. Então, acho que simplesmente querer travar o processo

agora é matar uma cultura açoriana de mais de trezentos anos, gente. Isso vai contra a história.

Eu conclamo que a Fatma e o Ministério Público tenham uma conversa mais prolongada, mais técnica, com a Epagri, com a Cidasc, com a Unesc, com a escola de Sombrio, para que se chegue a uma solução, não num futuro de um ano ou dois, porque só o processo da produção integrada que a Embrapa iniciou este ano vai levar no mínimo três anos.

Então eu peço, em nome da Epagri, que se dê um prazo maior para que se estude, já que tem as soluções: a da Epagri, que o Enlito apresentou; a da Unesc; e a da escola técnica.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado.

Concedo a palavra ao senhor Marco Antônio Remor, engenheiro agrônomo, de Sangão.

O SR. MARCO ANTÔNIO REMOR - Boa-tarde às autoridades presentes, e principalmente aos nossos produtores, esses que realmente fazem e colocam o nosso alimento à mesa.

Primeiramente, eu gostaria de fazer um breve relato do que foi a cultura da mandioca no nosso município de três, quatro anos para cá. Ocorre que há três anos houve uma ação da Polícia Ambiental que fechou aproximadamente cinco engenhos de farinha. Naquela oportunidade, o secretário municipal da Agricultura, senhor João da Silva, e eu, como engenheiro agrônomo, nos dirigimos à Promotoria, convocamos a estação de pesquisa de Urussanga, e fomos atrás de uma situação que era problemática a todos os produtores do município. E o que ocorreria? Com o embargo dos engenhos, os nossos produtores não teriam como fabricar o seu produto, ou seja, beneficiar as suas raízes. De lá para cá, com a ação da estação de pesquisa, através do coordenador Enlito, a gente buscou alternativas, e elas apareceram na prática.

Hoje eu posso afirmar com vocês que todos os engenhos de farinha do município de Sangão têm condições de receber essa água da prensa, até então muito poluente. Essa água da prensa, como o Enlito muito bem colocou, é retida num local adequado, livre de infiltração, e repassada às próprias roças de onde saíram as raízes de mandioca. Nós já estamos fazendo isso em Sangão há três anos. Outra parte dessa água da prensa é levada à alimentação animal, inclusive com bons resultados, também há três anos. Então, já existem dados em que pode ser comprovada a eficiência, se realmente existe contaminação do lençol freático. Basta que a Fatma tenha um pouco de boa vontade e nos procure, porque a gente está à disposição.

Uma coisa é certa: com o preço, com a alta dos insumos, principalmente a questão da adubação química que é toda importada, a água da prensa está caindo como uma luva para o produtor de raiz de mandioca. Ela está fazendo com que sobre mais renda para o produtor no final, principalmente para a sua propriedade.

Nós já temos também dados em que afirmamos que a produtividade vem aumentando nas áreas que receberam água da prensa.

Eu fico contente, porque o Enlito e o Márcio Sônego vão passar com o técnico da Embrapa semana que vem, no nosso município, para colher dados desses solos, onde está sendo depositada a água da prensa, para que tenhamos realmente estudos mais conclusivos.

Agora, uma coisa é certa, para fechar minha fala, de três anos para cá a mortandade de peixes nos rios inexistente na região de Sangão. Isso era uma prática normal. Vocês, produtores, estão aqui e não me deixam mentir: era começar a farinhada no dia 1º de maio, e no dia seguinte os peixes morriam no rio. Isso está comprovado. Não existe mais.

Então, existe trabalho, sim, existe trabalho coerente, existe trabalho inteligente, só que os órgãos ambientais também vão ter que fazer instruções normativas, se preocupar mais com essa cultura, se preocupar principalmente com os produtores, que são os responsáveis pela produção, que vivem dessa produção, que é própria do clima. E os municípios de Sangão, Jaguaruna e Treze de Maio tem um clima apropriado para essa região, para a cultura da mandioca. Quero salientar que os trabalhos devem continuar. O Enlito fez esse trabalho que é interessante e deve continuar para que possamos, através de licenciamento da Fatma - que hoje os nossos produtores não têm -, trabalhar com mais tranquilidade.

Era isso que a gente tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Muito obrigado, senhor Marco.

Concedo a palavra ao professor Carlyll Menezes, da Unesc.

O SR. CARLYLL MENEZES - Boa-tarde a todos. Queria cumprimentar a mesa e todos os presentes.

Na verdade, eu só quero fazer um testemunho do esforço... Há dois anos nós estamos trabalhando junto com esse grupo do Enlito, do pessoal da Escola Técnica de Santa Rosa, a Epagri e a Unesc. O João Paulo fez uma colocação muito importante quando ele comentou que a tecnologia boa é aquela que funciona. Não adianta ter grandes parafernálias e tecnologias e não resolver o problema. Soluções simplificadas podem resolver o problema, (estou vendo presentes aqui

os pais do João Paulo) lembrando que, na verdade, a gente vem testemunhando o trabalho do Gilvan nesses dois anos, acompanhamos o esforço da comunidade.

Mas eu queria ressaltar uma coisa importante, e o João Paulo lembrou bem: já existem recursos públicos que foram colocados para investir e para melhorar o setor. E realmente nós temos que garantir que haja continuidade no processo e no estudo, que talvez os dois anos não tenham sido suficientes. Foi colocado como uma questão importante um pedido de tempo maior, porque esse prazo de maturar um processo para resolver um problema ambiental não é da noite para o dia.

Nós chegamos a conclusões, e aí eu gostaria de reforçar as palavras do Enilto, que mesmo num processo que desenvolvemos o resultado exigiria um pouco mais de cuidado, porque é uma tecnologia mais nova, que é a de flotação. Na realidade, ela é simples, não é o momento [de detalhar] agora, são pequenas bolhas de ar que removem a sujeira, a poluição.

O que nós precisamos aperfeiçoar é algum tipo de reagente, inclusive um floculante para usar no processo da mandioca. É isso que nós estamos estudando e paramos, porque, como foi falado aqui, a continuidade dos estudos não foi garantida nesse processo, prejudicando inclusive todo o setor.

Na realidade, tem sim, soluções. Existe necessidade de aperfeiçoar, e nesse caso nos colocamos sempre à disposição para a continuidade do processo. Em nenhum momento a Universidade, assim como nenhum dos grupos, como a Epagri, se colocou fora, estão sempre à disposição de continuar colaborando para a solução dessa questão. Sem querer fazer um comparativo com outros setores, mas sabemos que setores aqui na região, esses sim, com grande impacto no meio ambiente têm prazo dilatado de quase dez anos para resolver o problema de recuperação de área degradada, quando, na realidade, o setor está sendo exigido com muito menos tempo.

Esse é o meu testemunho pelo esforço que o pessoal está fazendo para resolver essa situação. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, professor.

Com a palavra a senhora Lidiane Camargo, da Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em Santa Catarina

A SRA. LIDIANE CAMARGO - Boa-tarde a todos e a todas.

Eu trabalho na Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A audiência pública é um espaço que eu gosto bastante, geralmente eu vou mais para ouvir, porque eu acho que é o local que realmente os agricultores e agricultoras têm a dizer para a gente. Estou vendo aqui que hoje poucos agricultores estão se manifestando. Então eu vou quebrar o gelo, porque falo muito mal em público, depois da minha fala todo mundo vai ter coragem de falar.

Como eu falei, sou do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que é o Ministério que cuida da agricultura familiar. Nós temos o Pronaf e recurso para aplicação dele aqui no Estado não falta e nem vai faltar, tanto para investimento como para custeio.

Temos para investimento, foi lançado este ano, vocês já devem ter escutado, o Pronaf Mais Alimentos. Ele não atende todas as culturas, mas a cultura da mandioca está lá. Por quê? Porque o Ministério acredita que a mandioca é a base alimentar do povo brasileiro como um todo. Então, recurso, volto a falar, não falta para aplicação: são R\$ 100 mil do Pronaf Mais Alimentos para investimento na cultura da mandioca, em que entram também milho, feijão e outras culturas da base alimentar.

Nós temos também, desde o ano passado, um programa de diversificação da cultura do fumo. O que entra nesse programa? Nesse programa pode-se também usar... E nós temos uma característica, aqui no sul: temos poucas entidades que trabalham com o agricultor familiar aqui. Não poucas entidades, mas a gente tem menos entidades que trabalham no sul do que, por exemplo, no oeste, no Contestado, nas outras regiões de Santa Catarina. Então, a gente teve poucos projetos apresentados, mas um deles foi da universidade aqui de Tubarão, da Unisul, e da Universidade Federal, em que a cultura da mandioca e a fruticultura entraram aqui no sul. A solução não está numa só cultura e a agricultura familiar sabe disso porque ela não é monocultura, ela cultiva várias culturas num só local. A mandioca, a fruticultura e as ervas medicinais entrariam em substituição também à cultura do fumo, aqui no sul.

Imagino que ninguém veja o agricultor como um criminoso: "Ah, não, ele está destruindo o meio ambiente." Mas vocês sabem também, e o presidente aqui da Associação falou, que vocês têm vontade de se adequar às condições ambientais. Então eu espero, sinceramente, que a gente busque uma solução.

Parabéns aos deputados que tiveram a iniciativa desta audiência pública, que a gente busque uma solução, porque não dá para imaginar o sul sem o engenho, como a senhora bem falou. Não dá para imaginar sem o engenho de farinha funcionando. Eu, pelo menos, como farinha todo santo dia, não fico sem farinha. Como farinha com

macarrão, como farinha com qualquer coisa (ri). Eu fui criada assim, lá em casa a gente não vai para a mesa sem ter farinha de mandioca para servir. E tem aipim cozido também, né! Pelo amor de Deus, gente, não dá para imaginar ficar sem! É tudo de bom.

Então, parabéns aos que vieram, que enfrentaram esse tempo. Vamos buscar juntos uma solução, eu acho que aqui a gente já tem muitos encaminhamentos. Obrigada pela oportunidade, e para o que vocês precisarem a gente está à disposição.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado.

Nós não temos mais ninguém inscrito aqui na mesa. Não sei se mais alguém gostaria de falar? (Pausa.) Pois não.

Então, concedo a palavra ao senhor Vilmar José da Silva, gerente regional da Agricultura de Araranguá.

O SR. VILMAR JOSÉ DA SILVA - Quero cumprimentar a mesa; os deputados; todos os agricultores que estão aqui, em especial o João Paulo, que esteve na Secretaria me convidando para esta audiência. E acho que num bom momento, João, porque na verdade o Estado, hoje, tem uma proposta de mudança do Código Ambiental que começou há dois anos. O governador teve a coragem de jogar para a sociedade, para que ela fizesse uma proposta. E nós, da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Araranguá, como todo o Estado de Santa Catarina, fizemos uma proposta - ela não foi perfeita, há muito que se fazer. Mas fizemos a nossa parte. Casualmente, ontem foi uma das últimas audiências públicas no Estado para discutir o assunto.

O assunto é muito polêmico, porque quando se fala em meio ambiente se envolve a vida de todo mundo. E nós vivemos no meio ambiente, nós queremos o meio ambiente bom para todo mundo, quem não gosta de uma água boa, de um lugar bom para viver? Todos nós queremos isso, mas me parece que os órgãos que fiscalizam criaram uma lei, e essa lei está travando o processo produtivo. E está travando o processo do pequeno agricultor, daquele agricultor que mais precisa se desenvolver, e cada um tem a sua história.

Aqui estou ouvindo hoje o pessoal da mandioca e conheço esse produto. Sou agricultor, planto também - não é a minha principal cultura - e sei que muita gente faz disso a sua fonte de renda.

Eu quero cumprimentar o pessoal da Epagri. Ouvi atentamente o depoimento do pessoal da Epagri e, na minha concepção, por ali já estava tudo resolvido, por aquilo que eles falaram, pelo conhecimento que têm e pelo diálogo que mantêm com todos os agricultores.

Quero cumprimentar a Epagri, na pessoa do Enilto, do Eclair, que é lá da nossa região do Vale do Araranguá, e todos os técnicos da Epagri, porque considero o pessoal da Epagri, na verdade, como primeiro irmão de porta que temos, porque são eles que vão nos atender quando temos dificuldade, certo?

Agora, o pessoal do meio ambiente tem razão de fiscalizar, porque estão ali para isso, mas as ameaças que fazem, aos agricultores tem dia que vem para a pele de cada um. Na verdade, o agricultor é um grande soldado porque se humilha e vai obedecer além do trabalho de cada dia.

Eu acho que está muito perto de resolver a situação do setor da mandioca, em vista de outras tantas coisas que temos no Estado. Está sendo feita uma proposta para o Estado, mas essa situação do pessoal da mandioca, pelo que foi colocado aqui, está bem perto de se resolver.

Então, senhor deputado, espero que a Comissão de Agricultura e os órgãos, que podem resolver essa situação, resolvam isso rápido. Tem coisas que eles criam um mar em cima de um copo d'água, e dá para resolver.

Está aí o pessoal que precisa resolver a licença, eles são ameaçados, são reféns daquilo que é deles, que é a propriedade, e isso é revoltante para eles.

Além de não termos uma política de preço justa para a agricultura, porque isso não temos hoje, vivemos à mercê do tempo, quando dá, dá, quando não dá, mexe no nosso patrimônio, certo? Ainda vivemos à mercê da fiscalização de certos órgãos.

Então, agradeço a oportunidade e me coloco à disposição na nossa Secretaria do Vale do Araranguá, sempre que precisar vou estar lá dando a minha parceria.

E fiquem atentos porque muitas vezes tem que fazer isso que está aqui para mostrar para as autoridades que as coisas não estão caminhando. Nós queremos cuidar do meio ambiente, mas precisamos produzir e isso só acontece quando o povo se reúne e faz o que estamos fazendo. Parabéns a vocês.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Queremos justificar a ausência do Inimar Felisbino Duarte, prefeito eleito de Jaguaruna, que está voltando de Florianópolis e dificilmente chegará a tempo para participar.

Nós consultamos os componentes da mesa, o deputado Décio vai falar e, depois, vamos apresentar os encaminhamentos para ver se vocês concordam.

Teve um companheiro que antes fez algumas perguntas: por que não se encaminhou o segundo TAC? Sem o PAC, como fica a produção de 2009? E como fica a construção de uma barreira sanitária? Não sei se o Enlito quer responder essas questões.

Antes, porém, gostaria de passar a palavra ao senhor Airton Luiz Bortoluzzi, que já estava inscrito, professor e pesquisador, da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio.

O SR. AIRTON LUIZ BORTOLUZZI - Eu gostaria de falar sobre o que o meteorologista Márcio Sônego colocou. Uma coisa eu concordo: eu tenho resultados contundentes de que a concentração de cianeto livre diminui da primeira para a segunda e para a terceira aplicações. Isso tem uma explicação lógica porque o sistema do solo também é um biodigestor e se adapta ao novo recurso aplicado. Então, partimos dessa hipótese, mas por enquanto respeitaremos. Eu pretendo repetir o estudo.

Esse trabalho nos deu a oportunidade de avançar no conhecimento. Eu lembro que nas primeiras reuniões se falava que as feculárias estariam produzindo um pH baixo. Na época, já afirmei que o pH 5 não é baixo, pode-se fazer qualquer análise, isso é natural, e aí começaram a aparecer nas análises.

Acho que o grupo está de parabéns juntamente com o setor, e tem evoluído de forma grandiosa nesse trabalho, mas tem gente que não se adequou, infelizmente.

Então, tem muito discurso. Inclusive até faço uma queixa, uma manifestação: a gente está com uma oposição muito grande, por exemplo, na escola onde eu trabalho. Já são quatro anos sem férias. Então, que procurem saber o que está acontecendo lá. Há uma predominância, hoje, das instituições sociais, mas no meio da democracia também tem muita ditadura. Acho que as questões técnicas não deixam de ter preocupações sociais. Então, posso dizer o seguinte: dentro dessa revisão, vimos que uma das plantas que produz cianeto é a mandioca. Eu fiz uma revisão e constatei que tem mais de 2.500 plantas que produzem cianeto e até hoje o Planeta não se envenenou.

Penso que temos caminhos avançados e espero que tenha uma solução, que o setor seja mantido, que os discursos sejam mais comedidos, que haja um equilíbrio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Muito obrigado, professor.

O Enlito vai dar umas rápidas pinceladas sobre as três perguntas que foram feitas aqui por um companheiro.

O SR. ENILTO DE OLIVEIRA NEUBERT - Foi perguntado por que o TAC não se concretizou e sobre a renovação. Ora, é essa ausência de compreensão que ficou. Se nós entrarmos em detalhes, será uma conversa bastante longa. Temos que construir essa compreensão. Acredito que tem que ser tirado daqui um encaminhamento nesse sentido. Então, não existe o TAC.

Como fica a produção de 2009? Boa parte dos nossos engenhos, das nossas indústrias está sem licença ambiental. Então, legalmente, elas nem poderiam operar. Aquelas que estão nessa condição têm que buscar a legalização, que se dá mediante a instalação de um sistema de tratamento de efluentes, que é aquele que apresentamos, que para muitos desses engenhos, feculárias e polvilheiras não é adequado. Por isso elas têm que chegar a um acordo para poder iniciar a produção com algum instrumento legal que dê condição para que essa atividade não seja punida com infrações, uma vez que precisa da licença para operar.

Então, na realidade, o grande esforço e o encaminhamento que se tem que tirar daqui é como vamos chegar a esse licenciamento, senão a produção de 2009 ficará comprometida do ponto de vista de se trabalhar legalmente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado.

O representante da Secretaria Regional de Araranguá levantou a questão do Código Ambiental, que terminamos ontem na Assembléia Legislativa - o deputado Décio Góes é o presidente da Comissão. Pelo que a gente viu até agora (talvez seja preciso fazer uma emenda), não fala nada das indústrias da mandioca. Então, a Associação precisa ficar de olho, porque vai entrar em pauta agora, o governo do Estado quer que seja votado ainda este ano, e já poderia talvez tratar algumas questões nesse sentido.

Deixo livre a palavra ao deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DÉCIO GÓES (SC) - Na verdade, a gente constata que falta uma política pública para o setor, e aí queria chamar a atenção, Silvío, de que a Fatma... A gente vê uma série de contradições e a falta de definição, o que cria problemas para o setor, inviabiliza o TAC, pelo que estou compreendendo, não diz nem sim nem não.

A Polícia Ambiental também tem criado algumas situações, assim como a própria Epagri, e são todas do mesmo governo. É claro que a Epagri está exercendo um papel extremamente positivo de pesquisa, de dados, tem procurado encontrar as saídas, mas essa não está sendo a postura das outras. E são todas do mesmo governo, sob a mesma política.

Eu acho que a Secretaria da Agricultura, Silvío, precisa pegar esse assunto na unha para poder começar a ajudar a encaminhar esse

povo. A Assembléia Legislativa, a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura, pode ser parceira nesse processo, mas você sabe que o Executivo é a Secretaria. Acho que cabe à Secretaria um papel importante, por isso, acho fundamental você estar aqui para assumir alguns compromissos e a gente ver qual o melhor encaminhamento que pode ser dado. Podemos visitar o Ministério Público imediatamente para ver o que está pegando - eu estava falando com o João Paulo e eles aceitaram os termos do TAC propostos aqui.

Então, temos que ver o que ainda tem [para fazer]. Temos que ir à Fatma para ver o que está acontecendo, porque já deram o parecer positivo e agora estão dando negativo para essa metodologia proposta.

Por outro lado, é evidente que temos aqui uma falta de regulamentação para o setor, tanto que o Márcio Sônego estava falando agora que precisa uns três anos para regulamentar o setor, a Embrapa está vendo o assunto, e dali para frente vai poder avançar mais. Então, precisamos ter todo esse entendimento para poder fazer esse encaminhamento. E eu não conheço nada no Código Ambiental (já li e estudei) que interfira aqui neste caso ou possa ajudar a resolver a situação que estamos vivendo, não tem nada a ver.

Então, não vamos criar falsa ilusão. Acho que tem que sair daqui um encaminhamento muito claro, a Secretaria tem que assumir a responsabilidade, temos que conversar seriamente com a Fatma, seriamente com o Ministério Público, e fazer o entendimento que precisa ser feito porque a safra está aí, e não vamos imaginar que vamos acabar com o setor que orgulha Santa Catarina lá fora. É só viajar para o Rio de Janeiro, para São Paulo e dizer que a farinha, o polvilho é de Santa Catarina que é reconhecido como um produto de qualidade, é um produto típico, famoso, conceituado, e a gente não vai querer comprometer a nossa cultura, a nossa história.

Acho que estamos diante de uma questão que está incomodando, irritando, causando estresse, e que se tivesse uma postura mais firme da Secretaria, não teríamos chegado a esse ponto.

Eu queria aqui dar o nosso apoio, mas também ter a Secretaria junto. Porque, volto a repetir, o governo do Estado é o mesmo que controla a Fatma e a Polícia Ambiental.

São essas as considerações que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, deputado Décio Góes.

A partir das falas pude anotar um conjunto de encaminhamentos. O João Paulo deixou um documento aqui para nós, em que estão todas as propostas que ele apresentou. Não vou ler todas porque vocês acompanharam: manter a tecnologia que já tem os estudos concluídos; a questão da distribuição dos dejetos na terra, e manter o TAC que vocês assinaram.

Então, o que nós estamos propondo aqui? Que com a Secretaria da Agricultura...

(*O senhor Silvío Tadeu de Menezes manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

O senhor Silvío propôs aqui para discutir isso no Consema, fazer uma resolução.

(*O senhor Silvío Tadeu de Menezes manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Isso. Então, nos dias 25 e 26 no debate da cadeia da mandioca, que o companheiro levantou aqui, acho que é fundamental discutir o todo. Eu estava dando um exemplo para o João Paulo que no oeste e em várias regiões do Estado o produto do queijo fica para suinocultura. Os agricultores estão brigando pelo coalho do queijo para tratar [e dar] para os suínos. Quem sabe poderíamos discutir formas, e aqui já apareceu a questão de outros animais. O que vocês e nós precisamos é um prazo nessa perspectiva.

Acho que presença do Ministério aqui é importante. Temos um programa chamado, por exemplo, Água da Chuva em Santa Catarina, e nós poderíamos usar os recursos para os agricultores também se adaptarem a isso, que tem juro zero, porque são recursos do Pronaf. Quem sabe poderíamos até discutir com o Banco do Brasil para vocês organizarem, por exemplo, os depósitos dos resíduos da mandioca.

O que eu proponho aqui concretamente como encaminhamento? Além desse grupo que já está trabalhando na questão das tecnologias alternativas, proponho para que façamos um grupo mais político que vai discutir daqui para frente a questão que o deputado Décio propôs. Nós precisamos discutir com a Secretaria de Agricultura, com a Fatma e o Ministério Público.

E nós - eu como membro da Comissão da Agricultura que estou aqui representando, e o deputado Décio Góes, presidente da Comissão do Meio Ambiente - poderemos fazer essa discussão na Assembléia em termos de grupo de trabalho para operar esses encaminhamentos a partir daqui. Estou propondo esse encaminhamento: poderemos fazer reuniões aqui ou em Florianópolis com todas as entidades que estão presentes, os representantes dos sindicatos, das associações, das cooperativas, para dar vazão a essas propostas que vocês deixaram. O principal problema é a questão do TAC, e aceitar os estudos que vocês fizeram para assinar o TAC aqui. Parece-me que essa é a questão central que está colocada.

Quero saber do pessoal da mesa se é isso.

O SR. SILVIO TADEU DE MENEZES - Eu sugiro no caso o envolvimento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, porque na verdade a Fatma é subordinada [a ela]. E ela tem sido receptiva nas solicitações dos agricultores. Então acho interessante o envolvimento porque vejo uma perspectiva de alguma modificação nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Então, está se propondo aqui a inclusão da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do governo do Estado.

Pode ser? É isso gente?

Então, no mais queremos mais uma vez assumir com vocês o compromisso de dar continuidade, levar isso para Assembleia Legislativa, para todos os deputados. O João Paulo pode ficar tranqüilo nós vamos estar na semana que vem...

(O deputado Décio Góes manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Pois é, eu entendo que o João Paulo pode ser a nossa ponte com o Enlito, que está trabalhando essa questão, as demais entidades. Nós vamos discutir com os deputados, com o deputado Ponticelli e com outros, principalmente os daqui da região, para podermos operar rapidamente essa questão para não chegar ao final do ano sem ter alguns encaminhamentos concretos.

Se chegar em dezembro, em janeiro, a Fatma, todo mundo entra em férias, e aí depois vocês vão começar a produzir, e as coisas não estão andando. Nós certamente precisávamos marcar uma reunião já para a semana que vem em Florianópolis, do grupo de trabalho para, quem sabe, operar.

(O deputado Décio Góes manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Pode. O deputado Décio está perguntando se no grupo técnico fica o Enlito ou fica toda a equipe. Teríamos que ver.

O SR. ENILTO DE OLIVEIRA NEUBERT - É importante aplicarmos na parte técnica a participação do professor Airton, do professor Carlyll, da Unesc, e da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Dia 25 tem reunião no Consema. Então está bom.

Então a proposta é no dia 25 incluir na pauta do Consema a questão técnica do debate da equipe que foi levantada.

Está bem, pessoal? Nós vamos ver o seguinte: se a gente já consegue se reunir, quem sabe, semana que vem ou na outra semana. Vocês fazem a reunião dia 25 e na outra semana a gente faz essa reunião em Florianópolis. Vamos tentar trazer o Ministério Público e a Fatma para esta reunião na Assembleia Legislativa na outra semana, depois do dia 25.

Vamos fazer essa intermediação com o governo do Estado, com a Fatma, com o Ministério Público e com a equipe técnica aqui.

Pode ser isso? No mais eu quero... Sim?

(O senhor Aldoir Teixeira manifesta-se fora do microfone: "Se não der certo, vem aqui de novo dizer!")

Voltaremos de novo, com certeza. Se precisar vamos para briga. Está bem? Hem?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

Com certeza, no início do ano, antes da safra, nós vamos voltar aqui, se não conseguirmos resolver antes.

Mas a gente espera que a gente consiga convencer das coisas aqui para poder começar a andar.

Muito obrigado pela participação de vocês, pela presença. Vamos firme que a gente vai abrindo os caminhos e resolvendo as questões.

Obrigado. *(Palmas.)*

(Encerra-se a audiência pública.)

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

PRESIDENTE

*** X X X ***

EXTRATO

Extrato N.º 036/2009

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL n.º 004/2009 celebrado em 22/04/2009.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: BLOCO BRASILEIRO DA UNIÃO DE PARLAMENTARES DO MERCOSUL (UPM).

OBJETO: Aquisição de Quota de Participação no evento intitulado de

"Um Grande Desafio: Integração Sul-Americana na Saúde, Questões Aduaneiras e Legislação de Trânsito", que será promovido pelo Bloco Brasileiro da União de Parlamentares do MERCOSUL a ser realizado nos dias 07, 08 e 09 de maio de 2009 na cidade de Florianópolis SC, onde a ALESC terá o direito de inscrever 40 (quarenta) parlamentares e 100 (cem) servidores.

VALOR GLOBAL: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 13 inciso VI, art. 25 da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0016/2009.

Florianópolis, 22 de abril de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente ALESC

*** X X X ***

FÓRUM

Ata da reunião de instalação do Fórum Parlamentar em Defesa do Piso Salarial Profissional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, realizada em 03 de dezembro 2008, as 13 horas e 30 minutos.

As treze horas e trinta minutos do dia três de dezembro, sob a coordenação do Deputado Pedro Uczai, foram abertos os trabalhos da reunião de instalação do Fórum Parlamentar em Defesa do Piso Salarial Profissional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica. Foi registrada a presença dos Deputados Darci de Matos, Joares Ponticelli, Sargento Amauri Soares e Serafim Venzon, e da Deputada Ana Paula Lima. Foram registradas as presenças dos Vereadores Adilson Mariano, de Joinville, e Marcelino Chiarello, de Chapecó. Foram também registradas as presenças de assessores representando a Senadora Ideli Salvatti e o Deputado Federal Cláudio Vignatti. Foram registradas ainda a presença de lideranças sindicais de outras categorias, e delegações de trabalhadores na educação de Florianópolis, São José, Chapecó, Dionísio Cerqueira, Joinville, Maravilha, Palmitos, São Miguel do Oeste e Tubarão. Após essa etapa inicial, foi sugerida e definida a pauta: 1) Informes; 2) eleição do Coordenador e do Relator do Fórum; 3) Elaboração de convite ou convocação para que o Secretário de Estado da Educação venha na Assembleia Legislativa (ALESC) falar sobre a Lei Federal nº 11.738; e 4) Emenda a Lei Orçamentária Anual para viabilizar o cumprimento do piso salarial nacional para o magistério público da educação básica. Foram dados vários informes sobre a Frente Nacional, os Fóruns Estaduais, e a Ação Direta de Inconstitucionalidade que tramita no Supremo Tribunal Federal. O Deputado Darci de Matos falou que apóia o piso, a emenda ao orçamento e chamar o Secretário da Educação até a ALESC, e indicou o Deputado Pedro Uczai para coordenar o Fórum. A Deputada Ana Paula falou que apóia o piso e criação do Fórum, e indicou o Deputado Uczai para ser o coordenador. O Deputado Serafim Venzon declarou que apóia o piso, indicou o Deputado Uczai para ser o coordenador do Fórum, e se colocou a disposição para ser o relator. O Deputado Sargento Amauri Soares declarou que apóia o piso, e indicou o Deputado Uczai para ser o coordenador. Falaram também sobre o piso e criação do Fórum, as seguintes pessoas: Miriam Darós, representando o gabinete da Senadora Ideli Salvatti; Ana Júlia, representando o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (SINTE); o Vereador Adilson Mariano, de Joinville; Antonio Campos, representando o SINTE; e o Vereador Marcelino Chiarello, de Chapecó. Logo após foram eleitos por consenso, o Deputado Pedro Uczai para ser o Presidente do Fórum, e o Deputado Serafim Venzon para ser o relator do Fórum. Dando seqüência aos pontos de pauta, ficou definido que o Fórum fará um Requerimento com a assinatura de diversos Parlamentares e apresentará ao plenário da ALESC, objetivando convocar o Secretário de Estado da Educação. Na seqüência, foi definido que o Fórum articulará a aprovação da Emenda a Lei Orçamentária Anual para viabilizar o cumprimento do piso salarial nacional para o magistério público da educação básica. Antes do término da reunião, foi sugerido que o Fórum solicitará para a Comissão de Educação da ALESC, o uso da estrutura daquela Comissão para a divulgação e viabilização das atividades do Fórum. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores e senhoras Parlamentares, e das dezenas de pessoas presentes a reunião de instalação do Fórum, e encerrou a presente reunião, da qual eu, Antonio Marco Silveira Duarte, servidor da ALESC sob a matrícula 3429, na condição de secretário *ad hoc*, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 2008.

Deputado Pedro Uczai

Presidente

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 064/09

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE RODEIO A/C:

PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Assunto: Documentos necessários para a manutenção da entidade declarada de Utilidade Pública Estadual

Estamos encaminhando os documentos solicitados, segundo a Lei Estadual nº 14.182/2007. Segue documentação abaixo relacionada:

01- Declaração de cumprimento dos requisitos exigidos para a manutenção da Utilidade Pública Estadual

02- CNPJ;

03- Cópia da Ata de Eleição e de Posse da atual diretoria;

04- RG e CPF do Dirigente;

05- Cópia do Estatuto e alterações;

06- Relatório de Atividades/ Gestã - 2008;

07- Relatório Contábil - 2008;

Manifestamo-nos de acordo com as informações contidas na documentação, responsabilizando-nos pela veracidade dos mesmos e nos colocando a disposição para mais informações que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

Carlos Alberto Slieter

CPF: 381.249.209-15

RG: 1.045.835

Presidente da APAE de Rodeio

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 065/09

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICIENTE MISERICÓRDIA DE VILA ITOUPAVA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICIENTE MISERICÓRDIA DE VILA ITOUPAVA, mantenedora do **HOSPITAL MISERICÓRDIA**, entidade sediada na rua Max Haufe nº 211, em Vila Itoupava, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, vem respeitosamente apresentar a V. Exa. a prestação de contas concernente ao exercício social de 2008, juntado, para tanto, o Relatório de Atividade, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de resultado e demais peças contábeis, relativo às atividades desenvolvidas no aludido exercício, comparado a 2007, face à sua condição de entidade declarada de **UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL**, através da Lei nº 3.414, de 03/04/1964, para fins de manutenção de entidade de fins filantrópicos e, para tanto, requer se digno determinar seja expedida certidão, confirmando que esta entidade continua fazendo jus ao mencionado título.

Anexo, seguem os documentos acima relacionados.

Nestes termos

Pede deferimento

Blumenau, 15 de abril de 2009

Hellmuth Danker

Presidente do Conselho Diretor

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 066/09

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS ESCOLA ESPECIAL RECANTO ALEGRE

Rio do Sul, 10 de abril de 2009.

Ofício nº 056/2009

À

PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

RUA JORGE LUIZ FONTES 310 CENTRO

CEP: 88.020-900 FLORIANÓPOLIS - SC

Prezados Senhores,

Encaminhamos a Vossa Senhoria, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pela APAE de Rio do Sul no ano de 2008, além do Balanço Patrimonial e demais demonstrativos contábeis.

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos a Vossa disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,
Célio Simão Martignado
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 067/09

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS RELATÓRIO 2008 - DOCUMENTOS para a Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina

Florianópolis (SC)

01 Carta de Apresentação

02 Relatório de Atividades Sociais 2008

02.1 Anexo XVI

a. Identificação da entidade Identificação das Responsáveis

b. relação dos Estabelecimentos filiais.

02.2 Anexo XVII

Resumo de Informações - descrição sucinta, da Assistência Social

desenvolvida no exercício da Entidade Identificação das responsáveis

a. Identificação da Entidade Identificação das Responsáveis

b. Atividades

c. Projetos

d. Benefícios

e. Serviços

f. Consolidação do Programa Educação para a Cidadania

g. Declaração

h. Considerações

03 Cópia (autenticada) da Ata de Posse da Diretoria em exercício.

04 Atestado de Funcionamento da Entidade emitido por Tereza Valler, presidente e Maria Ármine Panini, conselheira, aos 08 de abril de 2009.

05 Cópia (simples) da Utilidade Pública Estadual e cópia (simples) da certidão (21.10.2008) atestando a manutenção da mesma.

06 balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis - exercício 2008, incluindo a Planilha da Isenção da Cota Patronal e a também a página 21 do Jornal A Notícia de Joinville, SC, onde foram publicadas as demonstrações do exercício 2008, aos em 27 de março de 2009.

Joinville (SC) 17 de abril de 2009

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/09

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 110/09

Declara de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Oeste - Acismo, com sede no município de São Miguel do Oeste.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Oeste - Acismo, com sede no município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividade;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/09

JUSTIFICATIVA

A Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Oeste tem prestado relevantes serviços à sociedade migueloestina e região, desenvolvendo atividades de representação e congregação de seus associados. Dentre suas atividades, destacamos o fomento de exposições de produtos, organização e congraçamento das classes que representa, proporcionando o desenvolvimento social e econômico de seus associados e da comunidade em geral.

Pelo acima exposto, e considerando os relevantes serviços desenvolvidos nas atividades da referida entidade, que por não ter fins econômicos necessita do amparo e da contrapartida do Poder Público para melhor desenvolver e aumentar a abrangência dos seus trabalhos, submeto este projeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final seu acolhimento.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 111/09

Declara de utilidade pública a Sociedade Esportiva Recreativa Cruzeiro, com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Esportiva Recreativa Cruzeiro, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 23/04/09

JUSTIFICATIVA

A Sociedade Esportiva Recreativa Cruzeiro, com sede no município de Blumenau, é uma sociedade civil, de caráter representativo, cultural, educativo, social e desportivo, sem fins lucrativos, que tem como finalidade a preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico, da cultura e do folclore da colonização alemã no município de Blumenau, como também proporcionar a seus associados atividades desportivas amadoras, entre as quais a prática do bolão, tiro, bocha e demais promoções sociais de natureza recreativa, mantendo intercâmbio social, cultural e desportivo com entidades congêneres.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0590.1/2007**

Em cumprimento ao artigo 187 e 188 § 2º do Regimento Interno, a Deputada subscrita vem apresentar a seguinte Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 0590.1/2007, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

A ementa e o caput do artigo 1º do PL nº 0590.1/2007 que dispõe sobre a proibição da entrada de animais domésticos em restaurantes, bares, lanchonetes, supermercados e similares, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre a proibição da circulação e da entrada de animais domésticos em restaurantes, bares, lanchonetes, supermercados, similares e nas praias do litoral catarinense"

"Art. 1º Fica proibida a circulação e a entrada de animais domésticos em restaurantes, bares, lanchonetes, supermercados, similares e nas praias do litoral catarinense."

Sala das Sessões, em

Deputada Odete de Jesus

Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Acatamos o Voto Vista c/ Emenda Modificativa do Dep. Silvio Dreveck ao PL 0590/2007.

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 25/03/09

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 07/04/09

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

A Emenda Modificativa acima apresentada visa especificamente proibir a circulação de animais domésticos na orla das praias do litoral catarinense, que hoje infelizmente, muitas pessoas levam seus animais para passear na areia do mar, onde divide espaço com o ser humano, o que pode ocasionar doenças contágeis.

Assim sendo, ante a motivação exposta para esta emenda do Projeto de Lei em questão, pedimos o voto favorável aos Nobres Pares, por se tratar de medida de relevante interesse público.

Sala das Sessões, em

Deputada Odete de Jesus

Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0590.1/2007

O artigo 3º do Projeto de Lei nº 0590.1/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de sessenta dias."

Sala da Comissão, em 26 de março de 2008.

Deputado Silvio Dreveck

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 25/03/09

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 07/04/09

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 590/07

Dispõe sobre a proibição da circulação e da entrada de animais domésticos em restaurantes, bares, lanchonetes, supermercados, similares e nas praias do litoral catarinense.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica proibida a circulação e a entrada de animais domésticos em restaurantes, bares, lanchonetes, supermercados, similares e nas praias do litoral catarinense.

Parágrafo único. Somente cães guias serão excluídos dos efeitos desta Lei.

Art. 2º É obrigatória a fixação, nos estabelecimentos de que trata o art. 1º, de cartaz em local visível e de fácil leitura, contendo referência a esta Lei e os seguintes dizeres: "Proibida a entrada de animais neste estabelecimento".

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de sessenta dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir de trinta dias de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, de abril de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 297/08

Altera o art. 1º da Lei nº 13.348, de 2005, que estabelece condições de estacionamento em *shopping centers*, supermercados e agências bancárias.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 13.348, de 02 de maio de 2005, que estabelece condições de estacionamento em *shopping centers*, supermercados e agências bancárias, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º....."

§ 2º Fica estabelecido que em todos os postos de cobrança de estacionamento de veículos, em *shopping centers*, supermercados e agências bancárias, deverão ser afixados e mantidos avisos quanto à Lei nº 13.348, de 2005, a qual estabelece o direito à isenção do pagamento de estacionamento de veículos automotores. Os cartazes, placas ou adesivos referidos deverão estar em tamanho legível, citar a Lei, seus artigos e parágrafos e conter o seguinte texto: CUIDE DOS SEUS INTERESSES VOCÊ MESMO.

"....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 15 de abril de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 331/08

Autoriza a doação de imóveis no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Florianópolis os seguintes imóveis:

I - área de terra com duzentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos e setenta e dois metros quadrados, composta por uma Área de Preservação Permanente - APP, com duzentos e trinta e cinco mil e quinhentos e sessenta e sete metros quadrados, e uma Área Residencial Predominante-zero - ARP-0, com vinte mil e novecentos e cinco metros quadrados, a ser desmembrada da área maior situada na rua Delminda da Silveira, bairro Agrônoma, onde se encontra instalada a Penitenciária do Estado, matriculada sob o nº 35.417 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrada sob o nº 01942 na Secretaria de Estado da Administração; e

II - área de terra situada na rua General Vieira da Rosa, com sete mil e setecentos e sete metros e quarenta e nove decímetros quadrados, matriculada sob o nº 22.866, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, e cadastrada sob o nº 01566 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade viabilizar a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, em Florianópolis, objetivando dar execução às obras e aos serviços relativos a projetos de saneamento básico, urbanização de favelas e habitação do Maciço do Morro da Cruz.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador; e

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionadas.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 15 de abril de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 392/08

Declara de utilidade pública a Cia Teatral Bocarela das Palavradas, com sede no Município de Araranguá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Cia Teatral Bocarela das Palavradas, com sede no Município de Araranguá.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 15 de abril de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº

PL/0403.5/2008

O Projeto de Lei nº 0403.5/2008 passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 0403.5/2008

Determina que nas peças publicitárias de lançamento imobiliário deverão constar, obrigatoriamente, o nome do autor do projeto arquitetônico e ou urbanístico.

Art. 1º Nas peças publicitárias de lançamentos imobiliários no Estado de Santa Catarina, veiculadas por órgãos de comunicação, deverão constar, obrigatoriamente, o nome do autor do projeto arquitetônico e ou urbanístico.

Art. 2º O empreendedor responsável pela veiculação da publicidade de que trata o artigo anterior que não cumprir o que nele está disposto, será inicialmente notificado pelo órgão responsável pela sua fiscalização para que faça a devida retificação nas peças publicitárias em desacordo com a presente Lei.

Parágrafo único. Em caso de não-atendimento da notificação será aplicada multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais), cobrada em dobro em caso de reincidência, sujeitando-se ainda o infrator ao recolhimento do material publicitário.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei em sessenta dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em

Deputado Joares Ponticelli

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 15/04/09

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 15/04/09

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 403/08

Determina que nas peças publicitárias de lançamento imobiliário, deverão constar obrigatoriamente o nome do autor do projeto arquitetônico e/ou urbanístico.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Nas peças publicitárias de lançamentos imobiliários no Estado de Santa Catarina, veiculadas por órgãos de comunicação, deverão constar, obrigatoriamente, o nome do autor do projeto arquitetônico e/ou urbanístico.

Art. 2º O empreendedor, responsável pela veiculação da publicidade de que trata o artigo anterior, que não cumprir o que nele está disposto, será inicialmente notificado pelo órgão responsável pela sua fiscalização para que faça a devida retificação nas peças publicitárias em desacordo com a presente Lei.

Parágrafo único. Em caso de não atendimento da notificação, será aplicada multa de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), cobrada em dobro em caso de reincidência, sujeitando-se ainda o infrator ao recolhimento do material publicitário.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei em sessenta dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de abril de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 003/09

Declara de utilidade pública o Sindicato dos Parapsicólogos Clínicos do Sistema Grisa do Estado de Santa Catarina, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Sindicato dos Parapsicólogos Clínicos do Sistema Grisa do Estado de Santa Catarina, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 14 de abril de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 004/09

Declara de utilidade pública o Clube de Caça e Tiro Ribeirão Itoupava, com sede no Município de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube de Caça e Tiro Ribeirão Itoupava, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 15 de abril de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 005/09

Declara de utilidade pública o Conselho Escolar da Escola Básica Municipal Professor Friedrich Karl Kimmelmeier, com sede no Município de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Conselho Escolar da Escola Básica Municipal Professor Friedrich Karl Kemmelmeier, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 15 de abril de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 006/09

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores dos Arredores da Comunidade Kolping, C.C.E.A.Z. e Centenário do Bairro Valparaíso - MAKCEVAL, com sede no Município de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores dos Arredores da Comunidade Kolping, Centro Comunitário e Esportivo Antonio Zendron - C.C.E.A.Z. e Centenário do Bairro Valparaíso - MAKCEVAL, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 15 de abril de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 009/09

Dispõe sobre a cessão de uso do imóvel que especifica e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal de Justiça, autorizado a ceder o uso, a título gratuito, do imóvel do Estado de Santa Catarina, matriculado sob nº 6.508, do Livro nº 2, fl. 01, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhalzinho, para o Município de Pinhalzinho (térreo e o 1º andar) e para o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (andar subsolo).

Parágrafo único. O imóvel do Estado referido neste artigo se constitui de parte dos lotes urbanos nº 202 e 203, da quadra nº 19, com a área de 600m² (seiscentos e vinte metros quadrados) cada um, perfazendo a área total de 1.200m² (um mil e duzentos metros quadrados), situado à avenida Porto Alegre, esquina com a rua São Luiz, nesta cidade e Comarca de Pinhalzinho, confrontando em conjunto: ao NORTE, com a avenida Porto Alegre; ao SUL, com parte dos mesmos lotes urbanos nº 202 e 203, de Sandra Regina Zortéa; ambas as confrontações na extensão de 40m (quarenta metros); ao LESTE, com a rua São Luiz; ao LESTE com parte do lote rural nº 201, de Neusa Tonatto, ambas as confrontações na extensão de 30 (trinta metros); incluindo a edificação em alvenaria com três pavimentos, com área total construída de 630m² (seiscentos e trinta metros quadrados, coberto com telhas de fibro-cimento; nº predial 715, devidamente averbada junto à matrícula do imóvel - AV. 3/6.508.

Art. 2º As cessões de uso referidas no art. 1º serão outorgadas por prazo indeterminado, podendo ser revogadas a qualquer tempo por qualquer das partes.

Art. 3º O uso do imóvel será cedido por meio de Termos de Cessão de Uso, no qual deverão constar os direitos, obrigações e penalidades das partes.

Art. 4º Os cessionários terão direito de uso do imóvel descrito no art. 1º para a finalidade exclusiva de instalação de serviços

municipais e da Justiça Eleitoral, vedada qualquer tipo de cessão, aluguel ou transferência, total ou parcial, de uso ou posse do imóvel.

Art. 5º O Estado será representado no ato pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ou quem por mandato especial, for por ele constituído.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 15 de abril de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 015/09

Altera a Lei nº 6.230, de 1983, que declara de utilidade pública a Fundação Médico-Assistencial ao Trabalhador Rural de Agrolândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.230, de 9 de maio de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Fundação Hospitalar Alex Krieser, com sede no Município de Agrolândia.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Hospitalar Alex Krieser, com sede no Município de Agrolândia.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 15 de abril de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 025/09

Declara de utilidade pública a Organização para o Movimento e o Desporto Adaptado - OMDA, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Organização para o Movimento e o Desporto Adaptado - OMDA, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 15 de abril de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 043/09

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Urussanga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder à União, Ministério do Trabalho e Emprego, pelo prazo de vinte anos, o uso gratuito de um terreno com área de novecentos e trinta e dois metros e cinquenta e nove decímetros quadrados, parte do imóvel localizado na Avenida Presidente Nereu Ramos, Município de Urussanga, matriculado sob o nº 1.456 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga e cadastrado na Secretaria de Estado da Administração sob o antigo nº 2.648.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por objetivo permitir que o Ministério do Trabalho e Emprego construa unidade administrativa, visando melhor atender a comunidade do Município de Urussanga.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à cessionária, face à gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade da cessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º A cessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, a cessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 15 de abril de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 048/09

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Rio do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Associação Beneficente dos Militares Estaduais - ABEPOM, pelo prazo de dez anos, o uso gratuito de parte do imóvel com área de um mil, cento e vinte e sete metros e setenta e três decímetros quadrados, no Município de Rio do Sul, matriculado sob o nº 4.386 no Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o nº 00785 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. De acordo com o que determina o inciso I do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, fica dispensada a concorrência para concessão de uso de que trata esta Lei, por tratar-se de entidade com fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei nº 14.347, de 18 de janeiro de 2008.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por finalidade permitir que a entidade construa e instale uma clínica de saúde para os militares estaduais.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à cessionária, face à gratuidade da concessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pela concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações da concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 15 de abril de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 052/09

Autoriza a doação de imóvel no Município de São Domingos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar, ao Município de São Domingos, o imóvel com área de um mil e seiscentos metros quadrados, contendo benfeitorias, matriculado sob o nº 5.093 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê e cadastrado sob o nº 03504 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade viabilizar a instalação do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS, do Município de São Domingos.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionadas.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 15 de abril de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 073/09

Declara de utilidade pública a Multiplicando Talentos, com sede no Município de Criciúma.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Multiplicando Talentos, com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 15 de abril de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 077/09

Declara de utilidade pública a Fundação Túlia Matos de Souza, com sede no Município de São Joaquim.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Túlia Matos de Souza, com sede no Município de São Joaquim.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 15 de abril de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0006.2/2009

Altera o caput do artigo 14 do Projeto de Lei Complementar nº 0006.2/2009:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 14 do Projeto de Lei Complementar nº 0006.2.2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. Aos Auditores Fiscais da Receita Estadual, nomeados e empossados em decorrência de aprovação no concurso público regido pelo Edital SEF nº 01, de 25 de maio de 1998, fica assegurado, a partir do efetivo exercício, o enquadramento no cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual, nível IV."

Deputado Renato Hinnig

JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta visa deixar claro que o disposto no artigo 14 do Projeto de Lei Complementar aplica-se exclusivamente aos servidores nomeados nos termos do Edital especificado no texto legal.

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 15/04/09

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0006.2/2009

Insere art. 17-A ao Projeto de Lei Complementar nº 0006.2/2009:

Art. 1º. Fica acrescido o artigo 17-A ao Projeto de Lei Complementar nº 0006.2/2009, com a seguinte redação:

"Art. 17-A. O disposto no artigo 4º desta Lei Complementar somente poderá ser aplicado no ingresso de novos servidores, através de concurso público, na carreira de Auditor Fiscal da Receita Estadual."

Deputado Renato Hinnig

JUSTIFICAÇÃO

A norma proposta visa manter a regra atual, prevista no Estatuto do Servidor Público Estadual, para os atuais integrantes da carreira enquanto não houver nomeação de novos servidores.

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 006/09

Dispõe sobre a carreira de Auditor Fiscal da Receita Estadual, extingue cargos e institui mecanismo de acordo de resultados.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

CAPÍTULO I**DA CARREIRA****Seção I****Disposições iniciais**

Art. 1º Os cargos de Auditor Fiscal da Receita Estadual constituem carreira exclusiva e essencial ao funcionamento do Estado, integrada pelos seguintes níveis:

- I - Auditor Fiscal da Receita Estadual, nível I;
- II - Auditor Fiscal da Receita Estadual, nível II;
- III - Auditor Fiscal da Receita Estadual, nível III; e
- IV - Auditor Fiscal da Receita Estadual, nível IV.

Seção II**Do quadro**

Art. 2º O quantitativo de cargos previsto no art. 4º da Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, fica reduzido para 550 (quinhentos e cinquenta), na forma estabelecida no Anexo Único desta Lei Complementar.

Parágrafo único. A redução do quantitativo de cargos dar-se-á:

I - após a realização das promoções na forma prevista no art. 5º da Lei Complementar nº 189, de 2000, respeitado o limite de vagas, por nível, fixado no art. 4º da referida Lei Complementar; e

II - atendido o disposto no inciso I, quando se ajustar o número de servidores ao quantitativo estabelecido nesta Lei Complementar.

Seção III**Da lotação**

Art. 3º A lotação do Auditor Fiscal da Receita Estadual dar-se-á em uma das sedes das Gerências Regionais da Fazenda Estadual.

§ 1º A primeira lotação terá duração mínima de três anos.

§ 2º Respeitada a ordem de classificação no concurso de ingresso, o empossando, antes da nomeação, escolherá a Gerência Regional em que deseja ser lotado, dentre aquelas disponíveis, devendo à Administração Pública observar tal preferência quando da lotação.

Seção IV**Da Remoção de ofício**

Art. 4º A remoção, quando fundada na necessidade de pessoal, recairá, na seguinte ordem, sobre o funcionário:

I - de menor nível na carreira;

II - de menor tempo de serviço no nível;

III - de menor tempo de serviço na carreira;

IV - residente na localidade mais próxima;

V - de menor tempo de serviço público; e

VI - menos idoso.

Parágrafo único. O servidor não poderá ser removido antes de decorridos dois anos na lotação.

Seção V**Da remoção a pedido**

Art. 5º A remoção a pedido será precedida de edital divulgado nas sedes das Gerências Regionais, com antecedência mínima de trinta dias.

Parágrafo único. Terá preferência para fins de remoção, na seguinte ordem, o servidor:

I - de nível mais elevado na carreira;

II - que tiver maior tempo de efetivo exercício no respectivo nível da carreira;

III - que tiver maior tempo de efetivo exercício nos cargos correspondentes, extintos pelo art. 1º da Lei Complementar nº 189, de 2000;

IV - que tiver maior tempo de efetivo exercício no serviço público estadual; e

V - mais idoso.

Seção VI**Das promoções**

Art. 6º As vagas existentes em cada nível da carreira serão preenchidas, na ordem indicada, pelo servidor:

I - que tiver maior tempo de efetivo exercício no nível imediatamente anterior ao pretendido;

II - que tiver maior tempo de efetivo exercício nos cargos correspondentes, extintos pelo art. 1º da Lei Complementar nº 189, de 2000;

III - que tiver maior tempo de efetivo exercício no serviço público estadual; e

IV - mais idoso.

Parágrafo único. As promoções ocorrerão no mês de janeiro de cada ano.

CAPÍTULO II**DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES**

Art. 7º Sem prejuízo de outras atividades, competências e atribuições previstas em lei, são privativas do ocupante do cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual:

I - a constituição do crédito tributário, mediante procedimento administrativo de lançamento dos tributos de competência do Estado, bem como a homologação dos procedimentos adotados pelo sujeito passivo, conforme disposto nos arts. 142, 147, e 150 da Lei federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;

II - a imposição de penalidade por infração de obrigação tributária principal ou acessória;

III - os atos concernentes à verificação do cumprimento das obrigações tributárias por parte do contribuinte ou responsável, relativas a tributo estadual, em especial:

a) o exame e auditoria da escrita fiscal e contábil do sujeito passivo e a realização de outros procedimentos de fiscalização, inclusive vistorias no estabelecimento, com a finalidade de verificar o cumprimento das obrigações tributárias;

b) a apreensão de bens e documentos, e a nomeação de depositário, nas hipóteses previstas na legislação tributária;

c) os procedimentos de fiscalização em relação às mercadorias em trânsito ou à prestação de serviço de transporte; e

d) a requisição de informações que se relacionem aos bens, negócios ou atividades de terceiros, às pessoas e entidades legalmente obrigadas;

IV - a auditoria da rede arrecadadora e a aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento da legislação tributária pertinente; e

V - a decisão, em instância singular ou colegiada, na condição de representante do Estado, sobre processo contencioso-fiscal.

§ 1º As atribuições de menor complexidade serão exercidas, preferencialmente, por ocupantes de cargo de menor nível.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se também no caso de atribuição a este Estado, conforme disposto no art. 7º da Lei federal nº 5.172, de 1966, das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos de alheia competência.

§ 3º O ocupante do cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual, por exercer função essencial ao funcionamento do Estado, nos termos dos incisos XVIII e XXII do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, tem no desempenho do cargo prerrogativa de precedência sobre os demais setores administrativos, dentro de sua área de competência e jurisdição.

CAPÍTULO III

DA IMPLEMENTAÇÃO DO LIMITE DE REMUNERAÇÃO

Art. 8º Para a carreira exclusiva de Estado de Auditor Fiscal da Receita Estadual, aplica-se como limite remuneratório, observada a hierarquia, o definido no § 12 do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, implementado 50% (cinquenta por cento) do seu valor em janeiro de 2007, e condicionado o pagamento do remanescente ao disposto nesta Lei Complementar.

§ 1º Para efeito de hierarquia, a remuneração dos Auditores Fiscais da Receita Estadual, níveis III, II e I, fica limitada a 93% (noventa e três por cento), 86% (oitenta e seis por cento), e 75% (setenta e cinco por cento), da remuneração de Auditor Fiscal da Receita Estadual, nível IV.

§ 2º A implementação para pagamento da diferença entre o valor de 50% (cinquenta por cento) do limite, aplicável a todos os Auditores Fiscais da Receita Estadual, independentemente do nível funcional, e os valores previstos no § 1º, dar-se-á de acordo com o comportamento da arrecadação, apurado anualmente, sempre no mesmo mês, iniciando-se a revisão daquele limite em janeiro de 2009.

§ 3º Ocorrendo incremento real da arrecadação será elevado o limite de forma a comportar o pagamento, para os ocupantes dos cargos de Auditor Fiscal da Receita Estadual, de montante equivalente a vinte e nove milésimos do incremento verificado, respeitando-se a hierarquia referida no § 1º, o qual servirá de limite mensal até a revisão seguinte.

§ 4º Havendo decréscimo na arrecadação será reduzido o limite para pagamento, em montante equivalente a vinte e oito milésimos da redução verificada, observada a hierarquia prevista no § 1º, mantendo-se o limite mensal apurado enquanto não procedida a revisão nos termos do § 2º.

§ 5º Ocorrendo a situação prevista no § 4º, fica assegurado como valor mínimo de limite remuneratório aos Auditores Fiscais da Receita Estadual, o equivalente a 50% (cinquenta por cento) do subsídio de Desembargador do Tribunal de Justiça.

§ 6º Entende-se por arrecadação, para os fins deste artigo, as receitas efetivamente arrecadadas, inclusive multas e outros acréscimos legais, mesmo que destinadas à constituição de fundos, com origem em impostos cuja fiscalização é da competência dos Auditores Fiscais da Receita Estadual.

§ 7º Será considerado incremento real da arrecadação a diferença positiva entre a média mensal da arrecadação no ano anterior ao da revisão e a média mensal da arrecadação no ano-base de 2007, corrigindo-se mensalmente os valores arrecadados, até o penúltimo mês daquele ano, pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Os valores eventualmente devidos pelo Estado, relativamente ao exercício de 2007, serão absorvidos com a implementação gradual do limite a que se refere o art. 8º desta Lei Complementar.

Art. 10. O adicional de produtividade de que trata o *caput* do art. 5º da Lei nº 4.426, de 3 de fevereiro de 1970, será pago até o limite previsto no art. 8º desta Lei Complementar.

Art. 11. Aplica-se o disposto no art. 8º aos proventos de aposentadoria e às pensões de dependentes de Auditor Fiscal da Receita Estadual, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, observando-se, ainda, a redução proporcional dos proventos e pensões prevista em lei.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo o adicional de produtividade previsto no *caput* do art. 5º da Lei nº 4.426, de 1970, será pago aos aposentados e pensionistas utilizando-se como parâmetro o valor médio percebido pelos Auditores Fiscais da Receita Estadual em atividade, do mesmo nível funcional.

Art. 12. Durante a implementação desta Lei Complementar, se ocorrer elevação do subsídio fixado nos termos do inciso XV do art. 39 da Constituição do Estado, observar-se-á o limite remuneratório de maior valor, até ser absorvido pela aplicação do art. 8º desta Lei Complementar.

Art. 13. As licenças e afastamentos, não remunerados, não serão computados como tempo de efetivo exercício, para efeitos de remoção, a pedido ou de ofício, e promoção na carreira.

Art. 14. Aos Auditores Fiscais da Receita Estadual, nomeados e empossados em decorrência de aprovação no concurso público regido pelo Edital SEF nº 01, de 25 de maio de 1998, fica assegurado, a partir do efetivo exercício, o enquadramento no cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual, nível IV.

Parágrafo único. Ficam remanejados trinta e cinco cargos do nível I, para o nível IV, no quantitativo previsto no art. 4º da Lei Complementar nº 189, de 2000.

Art. 15. Fica acrescido ao art. 160, da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, o § 5º, com a seguinte redação:

“§ 5º A Função Gratificada - FG de Gerente Regional da Fazenda Estadual, constante do Anexo XIV, serão ocupadas exclusivamente por Auditor Fiscal da Receita Estadual.”

Art. 16. O Auditor Fiscal da Receita Estadual detém identificação funcional específica, com validade no Território Estadual, e fora deste, quando reconhecida a extraterritorialidade da legislação tributária, nas hipóteses previstas no art. 102 da Lei federal nº 5.172, de 1966.

Parágrafo único. O Secretário de Estado da Fazenda editará as normas para implementação do disposto neste artigo.

Art. 17. A Lei nº 14.507, de 15 de agosto de 2008, fica acrescida do art. 33-A, com a seguinte redação:

“Art. 33 -A Fica autorizada a implementação do limite de remuneração a que se refere o art. 23, § 2º da Constituição Estadual.”

Art. 17 -A O disposto no art. 4º desta Lei Complementar somente poderá ser aplicado após ingresso de novos servidores, através de concurso público, na carreira de Auditor Fiscal da Receita Estadual.

Art. 18. As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 19. Esta Lei Complementar produzirá efeitos financeiros e entrará em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, 15 de abril de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO QUANTITATIVO DE CARGOS

NÍVEL	SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO NOVA
I	65	100
II	150	130
III	150	150
IV	285	170
TOTAL	650	550

*** X X X ***